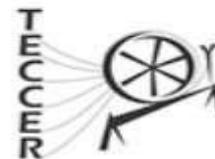




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Câmpus Anápolis de Ciências
Sócio-Econômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Territórios e Expressões Culturais do
Cerrado



MARIA JULIANA DE FREITAS ALMEIDA

O SERTÃO DE AMARO LEITE NO SÉCULO XIX

Anápolis
2016

MARIA JULIANA DE FREITAS ALMEIDA

O SERTÃO DE AMARO LEITE NO SÉCULO XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área Interdisciplinar, linha de pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira.

Anápolis
2016

Ficha catalográfica

A447s	<p>Almeida, Maria Juliana de Freitas. O Sertão de Amaro Leite no século XIX [manuscrito] / Maria Juliana de Freitas Almeida . - Anápolis, 2016. 149 f. ; 30cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira.. Dissertação (Mestrado TECCER – Território e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas , Anápolis, 2016.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. História – Goiás(Estado). 2. Colonização militar – Sertão de Amaro Leite (GO). 3. Conflitos interétnicos – Sertão de Amaro Leite(GO) 4. Dissertações – TECCER – UEG/CCSEH. I.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 94(817.3(043.3))</p>
-------	--

MARIA JULIANA DE FREITA ALMEIDA

O SERTÃO DE AMARO LEITE NO SÉCULO XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área Interdisciplinar, linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira
Presidente / TECCER – UEG

Prof.^a Dr.^a Sônia Maria de Magalhães
Membro / Faculdade de História – UFG

Prof. Eliézer Cardoso de Oliveira
Membro / TECCER – UEG

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva
Suplente / TECCER – UEG

Anápolis, 7 de abril de 2016.

*Para Marden e Isadora, meus filhos,
a João e Euza, meus pais, e a Marco Antônio, o irmão curioso!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar os meus passos.

Aos meus filhos, luz da minha vida.

Aos meus pais e ao meu irmão Toninho, pelo apoio incondicional não só para a concretização deste trabalho, mas na vida.

A José Renato, João Júnior, Sara, Ana Laura e aos demais familiares, que acreditaram e se desdoblaram para que eu pudesse concretizar este sonho.

Ao meu orientador, Robson Mendonça Pereira, pela orientação paciente e comprometida.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação TECCER, e também aos colegas, meu reconhecimento e gratidão.

Às professoras Poliene dos Santos Soares Bicalho e Sônia Maria de Magalhães, membros da banca de qualificação, por seus pertinentes apontamentos, e aos membros da banca de defesa, professores Sônia Maria de Magalhães e Eliézer Cardoso de Oliveira.

Às queridas Maria Doralice e Nely, minhas eternas professoras, exemplo a ser seguido.

À Romilda, Magna, Beth, Regina, Damiana e Rosemeire, irmãs que a vida me trouxe.

Ao Max Lanio, amigo e colega, companheiro de viagens e de angústias.

À Katheleen, por sossegar meu coração de mãe aflita, amparando a filha distante.

À direção do Campus da UEG de Porangatu, à Coordenação do Curso de História, à Secretaria Municipal de Educação de Porangatu e aos colegas de trabalho, pelo apoio.

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Goiás, do Museu das Bandeiras e da Biblioteca Central da UEG, especialmente Cristiano, Milena e Cida, pela presteza em atender minhas solicitações.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela concessão de bolsa de mestrado decisiva para a realização e a conclusão desta dissertação.

Terras bárbaras, gente forte!

(RAMOS, 1984, p. 51)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória do Sertão de Amaro Leite com base em diferentes discursos: científico (Pohl e Castelnau), militar (Cunha Mattos) e administrativo (relatórios dos presidentes da província), construídos ao longo do século XIX, o que permitirá aumentar o conhecimento sobre uma região ainda pouco estudada. O Sertão de Amaro Leite, no século XIX, correspondia a uma grande área localizada na porção central da Capitania/Província de Goiás. A pesquisa se amparou na historiografia goiana, buscando um sentido para as ações empreendidas na região. Os resultados a que cheguei me possibilitam perceber que, ao contrário do propalado isolamento que teria predominado ao longo do século XIX, o Sertão do Amaro Leite constitui uma região dinâmica e integrada aos acontecimentos da Província, do Império e do mundo. Sua importância durante parte do século XIX transcende seus próprios limites, motivo pelo qual a sua conquista foi efetivamente buscada ao longo de décadas por sucessivos governantes. Conquistar o Sertão passava necessariamente pela dominação dos povos indígenas que o habitavam, motivo que norteou todas as demais ações, inclusive a Colonização Militar, política de ocupação territorial que promovia a defesa das fronteiras e o controle de vastas regiões mediante o enfrentamento aos inimigos internos e externos. Essa política foi viabilizada na Província de Goiás pela implantação dos Presídios Militares. Cheguei à conclusão que o Sertão de Amaro Leite, durante todo o século XIX, como grande parte da Província ante o declínio da mineração, se amparou na pecuária. Em virtude desse redirecionamento e de sua posição estratégica, sofreu inúmeras intervenções orientadas pelo governo imperial e que tiveram como resultado o aumento gradativo de sua população não indígena, ao mesmo tempo em que a população indígena era vertiginosamente diminuída, como parte de uma estratégia de integração nacional.

Palavras-chave: Goiás. Século XIX. Sertão de Amaro Leite. Conflitos interétnicos. Colonização Militar.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the trajectory of Sertão de Amaro Leite based on different discourses built throughout the XIX Century: scientific (Pohl and Castelnau), military (Cunha Mattos) and administrative (reports from the presidents of the provinces), which will increase the knowledge about an understudied region. In the XIX Century, Sertão de Amaro Leite corresponded to a large area located in the center portion of the Captaincy/Province of Goiás. The research was supported by the historiography of Goiás, searching for a meaning for the actions carried out in the region. The results I have achieved allow me to realize that Sertão do Amaro Leite constitutes a dynamic region and is integrated to the events of the Province, the Empire and the world, instead of the propagated isolation which might have prevailed throughout the XIX Century. Its importance during part of the XIX Century transcends its own limits, reason why its conquest was effectively sought throughout the decades for successive governors. Conquering the Sertão meant necessarily dominating indigenous people who lived in the region, reason that guided all the following actions, including the Military Colonization, politics of territorial occupation which promoted frontier defense and control of vast regions by confronting internal and external enemies. This politics was enabled in the Province of Goiás by the implementation of Military Prisons. I have concluded that during all the XIX Century, the Sertão de Amaro Leite, as the majority of the Province before the mining decline, relied on cattle raising. Due to this redirection and its strategic position, the Sertão suffered numerous interventions oriented by the imperial government which resulted in the gradual growth of its non-indigenous population as the indigenous population decreased dramatically, as part of a national integration strategy.

Keywords: Goiás. XIX Century. Sertão de Amaro Leite. Interethnic Conflicts. Military Colonization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	<i>Place du Palais a Goyza (Brésil)</i>	27
Figura 2 –	Mapa de Tosi Colombina, de 1751	34
Figura 3 –	Sertão de Amaro Leite, 1809	41
Figura 4 –	Mapa da viagem de J. B. Emanuel Pohl	45
Figura 5 –	A Estrada do Norte, descrita por Cunha Mattos	52
Figura 6 –	Mapa da viagem de Francis Castelnau	56
Figura 7 –	“Certão do Gentio Xavante” (detalhe do Mapa de Tosi Colombina, de 1751)	71
Figura 8 –	Expansão Agropecuária em Goiás (1822-1890)	79
Figura 9 –	Mapa da Colonização Militar no Brasil, 1861	115
Figura 10 –	Presídio de Santa Maria (1896-1897)	129
Figura 11 –	Detalhe da localização do Presídio de Santa Bárbara	131
Figura 12 –	Detalhe da localização do Presídio de Santo Antônio	132
Figura 13 –	Detalhe da região escolhida para a implantação do Presídio de Santa Cruz	132
Figura 14 –	Área de influência dos Presídios Leopoldina e Jurupensen	140
Figura 15 –	Área de influência dos Presídios de Santa Bárbara, Santo Antônio, Santa Cruz, Monte Alegre e São José do Araguaia	141
Figura 16 –	Área de influência do Presídio de Santa Maria.....	145
Figura 17 –	Caminhos, estradas e picadas	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População livre de Pilar e Traíras (1804-1848)	61
Tabela 2 –	População da Paróquia de Amaro Leite (1824-1890)	101
Tabela 3 –	Composição da população da Paróquia de Amaro Leite (1824-1872)	101
Tabela 4 –	População dos presídios do Sertão de Amaro Leite (1854-1880)	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Colonização Militar em 1861	111
Quadro 2 –	Colonização Militar em Goiás	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHE-GO	Arquivo Histórico do Estado de Goiás
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BN	Biblioteca Nacional
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
IPEHBC	Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central
MuBan	Museu das Bandeiras
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O SERTÃO DE AMARO LEITE, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, NOS RELATOS DOS VIAJANTES	21
1.1 Missões e expedições científicas no século XIX	22
1.2 Viagens e viajantes	28
1.3 Viajantes na província de Goiás	31
1.4 O olhar estrangeiro sobre o sertão de Amaro Leite	33
1.4.1 O descobridor de Goiás: Pohl (1817-1822)	42
1.4.2 Um português de quatro costados em Goiás: Cunha Mattos	48
1.4.3 Um nobre no sertão: Francis Louis de la Porte, conde de Castelnau (1844)	53
2 “NOS SERTÕES, OUTR’ORA, E HOJE POVOADOS DE AMARO LEITE”	65
2.1 O que é o sertão	66
2.2 Sertão de Amaro Leite, o encontro entre o simbólico e o geográfico	68
2.2.1 A presença “do outro”, os Avá-Canoeiro no Sertão de Amaro Leite	70
2.3 Os relatórios dos presidentes da província e as medidas de intervenção efetivadas no Sertão de Amaro Leite	82
2.3.1 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da província, de 1835 a 1853	84
2.3.2 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da Província: de 1854 a 1864	90
2.3.2.1 <i>O Araguaia, o Tocantins, e novamente o Araguaia</i>	96
2.3.3 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da província: de 1865 a 1889 o sertão desaparece (junto com os Avá-Canoeiro)	98
3 A COLONIZAÇÃO MILITAR NO SERTÃO DE AMARO LEITE	107
3.1 A Colonização Militar	109
3.2 A Colonização Militar em Goiás	117

3.3	A Colonização Militar no Sertão de Amaro Leite	126
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

A escolha do tema que ensejou esta pesquisa aconteceu com base em minha vivência profissional e acadêmica. Especificamente nesse último caso, havia um desejo de “fazer justiça” a uma dessas áreas consideradas remotas e esquecidas em Goiás: o Descoberto da Piedade, atual Porangatu, um dos povoados do Sertão de Amaro Leite, lembrando, assim, Paulo Bertran (2006, p. 63) ao considerar que “em indeterminado momento, as histórias dos indivíduos e da coletividade se interpenetram”, ou mesmo Gilmar Arruda (2000, p. 31), para o qual o ato de pesquisa também é um ato autobiográfico mediante a “estreita ligação entre o historiador e seu tema”, sem negar, claro, o caráter científico que rege um estudo.

Porangatu foi a motivação inicial deste trabalho, principalmente pelo pouco interesse que o sítio histórico desperta na população, que não consegue explicar exatamente de onde surgiram aquelas casas e a igreja, únicas testemunhas da existência do outrora Descoberto da Piedade. Contudo, afirmam que ali era uma região de muitos povos indígenas, e de muito ouro!

Na busca pela origem do Descoberto, algumas perguntas ficavam sem respostas: para onde foram o ouro e os índios? E como uma população tão diminuta conseguiu submeter povos indígenas conhecidos por sua bravura, como os Xavante e os Avá-Canoeiro? Ao mesmo tempo, outro elemento ia se apresentando com importância crescente: o Sertão de Amaro Leite.

O Sertão de Amaro Leite, no século XIX, correspondia a uma grande área localizada na região central da Capitania de Goiás. Conhecido desde o ano de 1739 (BERTRAN, 1996a, p. 172), quando o bandeirante paulista Amaro Leite Moreira – atendendo às ordens de D. Luiz de Assis Mascarenhas, Governador da Capitania de São Paulo (1739-1748)¹ – sai em busca de novos descobertos auríferos. Com a notícia da descoberta de ouro naquelas paragens, grupos de mineradores se deslocaram para o local e surgem alguns núcleos urbanos: Amaro Leite, que pode ser considerada a “capital” desse sertão, e o Descoberto da Piedade.

Amaro Leite, o arraial, por ser detentor tanto do nome do descobridor, quanto sede do aparato governamental, instalado por ocasião da descoberta das minas, acaba por capitanear mais atenções que o Descoberto, cujo nome nos documentos variou bastante: Piedade, Descoberto da Piedade, Registro do Descoberto de Amaro Leite, Descoberto de Amaro Leite,

¹ As “Mynas dos Goyazes” estiveram sob a jurisdição da Capitania de São Paulo no período de 1721 a 1749, quando foi criada a Capitania de Goiás.

ou Descoberto do Gongue (ou Dongue, ou Dunga). Mas, de qualquer forma, indica uma condição de subordinação a Amaro Leite, que perdura, até quando, juntos Amaro Leite e Descoberto da Piedade se tornam distritos do recém-criado município de Santana, em 1933.

Bernardo Élis (2005, p. 117-124), no conto *A crueldade benéfica de Tambiú*, assim descreve o pequeno arraial de Amaro Leite, no início do século XX:

Amaro Leite, fundada pelo bandeirante que lhe deu o nome, era uma povoação cadavérica do então anêmico sertão goiano.

Da cidade de outrora, só restava uma meia dúzia de casas velhas, sujas, arruinadas, tocaiando o tempo, na dobra da serra imensa. E na embriaguez do silêncio purulento de ruínas, lembrava glórias imortais, tropel de bandeiras, lufa-lufa dos escravos minerando nos arredores auríferos.

A tristeza irônica das grandes taperas mostrava o rico fastígio burguês, gordo e fácil daqueles tempos de Brasil curumim.

Isto era Amaro Leite em 1927. Hoje, deram-lhe umas injeções de óleo canforado de progresso. Abriram uma estrada de automóvel que se afunda pelo norte até o médio Tocantins e a velha cidade refloresce com uma pujança agradecida.

No fragmento apresentado, três elementos chamam a atenção, exatamente por serem coincidentes com a memória da população local: o início, o ouro e a riqueza lá dos tempos primeiros, frutos da mineração, instituída ainda no século XVIII; seguido de um tempo de decadência, taperas e ruínas para todo lado, que o narrador se esmera em descrever e que perdura até o início do século XX; e, depois, a modernidade, personificada pela “estrada de automóvel”, que teria o poder de remoçar o pequeno arraial e a região como um todo.

A descrição do povoado de Amaro Leite por Bernardo Élis é bastante representativa da forma como a região foi apresentada também pela historiografia goiana: o século XVIII, o início faustoso; o século XX, a modernização. E o século XIX, o vazio! Vazio este explicado pelo “isolamento”, que, em uma leitura apressada, de um leitor desavisado, dá a impressão que, ao fim da mineração, toda a região tinha caído em um estado tal de letargia e desânimo que só seria acordada pelo ronco dos motores dos automóveis, cortando a estrada já em pleno século XX.

Sobre toda a região do antigo Sertão de Amaro Leite percebemos duas visões conflitantes: uma primeira, apresentada pela historiografia tradicional goiana, que aponta para o seu “isolamento” ao longo do século XIX; e uma segunda, que surge na interpretação dos documentos consultados, indicando uma região dinâmica, claro, dentro das possibilidades de uma Província periférica, ainda aterrada pelo súbito desaparecimento do ouro e impactada pela tenacidade com que os povos indígenas defendiam seus territórios, frente à invasão por descendentes de portugueses e seus rebanhos.

Essas duas visões indicam também a polarização das análises sobre a região, a primeira parte do modelo explicativo da economia colonial baseado em “ciclos econômicos”, no qual cada período seria caracterizado por um produto de exportação dominante, que passaria pelas fases de estabelecimento, apogeu e declínio econômico das várias regiões coloniais. Ao fim de um ciclo, se seguiria um período de decadência até o surgimento de outro (SIMONSEN, 2005). A principal consequência desse modelo explicativo é o fato de desconsiderar a existência dos mercados de abastecimento internos (ZEMELLA apud LEITÃO, 2012, p. 32) e as dinâmicas regionais.

Em Goiás, as pesquisas que mapearam, na transição do XVIII para o XIX, as redes de abastecimento (MAGALHÃES, 2014; LEITÃO, 2012) e os registros, as contagens, as coletorias e as recebedorias (GARCIA, 2009) apontam a preexistência da agropecuária como atividade subsidiária e a existência de um mercado local e regional, que permitiu a conversão da atividade mineradora para a pecuária, mesmo que lentamente, em virtude da ausência de capitais, da precariedade das estradas e da resistência dos povos indígenas.

De maneira simples, pode-se afirmar que a sobrevivência desses pequenos e vulneráveis núcleos urbanos se deu pelo anteparo promovido pelo Sertão de Amaro Leite, que para os povoados era sua base territorial, seu provedor e também sua defesa. Esse Sertão foi alvo de várias medidas do governo provincial – pequenas diante da fragilidade econômica da Província – e da implantação da colonização militar, projeto do Governo Imperial.

Foram essas ações que permitiram que a modernidade, ao chegar ao Sertão de Amaro Leite, escasso de ouro, mas livre do indígena, encontrasse terras já ocupadas e outras livres para ocupar; caminhos, estradas e picadas, indicando o norte para onde seguir, deixando claro que, nesse último século, na região não se dormira, mas, ao contrário, do sono reparador houve lutas e conquistas, humanas e territoriais. Uma praça de guerra, na qual foram travadas lutas contra a natureza desconhecida e contra os povos indígenas que ali habitavam. Esse fato nos remete a outra constatação: faltam pesquisas sobre o século XIX goiano, especificamente sobre a região do antigo Sertão de Amaro Leite.

Sobre o Sertão de Amaro Leite durante o século XIX tem sido feitos poucos estudos, mas, ao mesmo tempo, encontram-se muitas citações como ilustração, em trabalhos sobre a expansão da mineração em Goiás e as relações entre colonos e indígenas, bem como para exemplificar a pobreza, a distância e o abandono de sua população. Tal assertiva contribui para a manutenção das ideias de isolamento da região e da ambiguidade conhecido e desconhecido.

Luíz Palacín (1986, s.p.), em texto de Apresentação ao terceiro volume da coleção **Memórias Goianas**², falava da existência de uma lacuna na História de Goiás, o período imperial. Após dez anos, dando continuidade a mesma coleção, em seu quinto volume, Paulo Bertran (1996b, s.p.) ainda afirmava que o século XIX “é a caixa opaca da História goiana”.

Na atualidade, o historiador José Murilo de Carvalho (2011, p. 7) ressalta o recente interesse que o século XIX tem despertado:

Por motivos que não são de todo claros, tem havido nos últimos 10 ou 15 anos grande incremento nos estudos sobre o século XIX brasileiro. [...] Mas, seguramente, o interesse tem crescido muito, pelo menos na historiografia produzida no Centro-Sul, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.

E prossegue o historiador, “seja como for, há vários indicadores do aumento do interesse no século XIX” (CARVALHO, 2011, p. 8), que o pesquisador atribui a uma melhor distribuição dos cursos de pós-graduação no território brasileiro, que ampliaram os estudos regionais e nacionais.

Nos últimos anos, assistimos ao aumento do número de Instituições de Ensino Superior no estado de Goiás, como também dos cursos de pós-graduação, o que parece ter refletido sobre a quantidade dos trabalhos produzidos sobre a História de Goiás (SERPA; MAGALHÃES, 2008, p. 8-9). No entanto, sobre o século XIX, andou-se na contramão do que ocorria no restante do Brasil. Entre os anos de 2000 a 2013, foram defendidos 257 trabalhos (226 dissertações e 31 teses), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás³, dos quais apenas 21 trabalhos (17 dissertações e 4 teses), que representam 9,3% do total, abordam o século XIX em Goiás.

Esse quadro pode estar mudado em virtude da maior disponibilidade de fontes históricas sobre o século XIX, cujo acesso foi ampliado, sob os mais diversos suportes (*CD-ROM*, livros, bibliotecas, hemerotecas e arquivos digitais), com a possibilidade de consultas *on-line* ou da consulta a alguns acervos de forma não presencial, como no caso da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tornam as distâncias menores, diminuem os custos das pesquisas e as tornam mais acessíveis.

² **Memórias Goianas** é uma coleção publicada e editada pela Sociedade Goiana de Cultura e Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), desde 1982 e que conta atualmente com dezessete volumes. A partir de seu terceiro volume, em 1986, dá continuidade à coleção com a publicação dos Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás e de Governadores do Estado de Goiás (1835-1917).

³ Dados disponíveis em <https://pos.historia.ufg.br/p/6716-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 25 jan. 2016.

A maior disponibilidade de fontes, dos diversos níveis da administração, durante o período imperial, permite ao pesquisador ir além daquelas que foram produzidas e guardadas localmente, alargando a História de Goiás e incluindo seus vários sertões sob as mais diferentes perspectivas, alijando grande parte da antiga Província de Goiás de sua participação histórica.

Em um primeiro momento, ainda na ressaca pós-mineração, quando Pohl excursiona pela Capitania, e, ao que parece, muitos ainda se lastimavam pelos “anéis [de ouro] perdidos”, o Sertão de Amaro Leite se encontrava intransitável, convulsionado pela atividade dos povos indígenas, que a cada dia viam suas terras serem invadidas pelo gado dos criadores. Por outro lado, os colonos buscavam uma solução para a ameaça aos seus negócios, procurando, nos arraiais de Traíras e São Félix, o apoio para armar bandeiras contra os indígenas, mas, ao que parece, sem contar com muita atenção do governo imperial ou provincial, que estavam ainda em choque pela abrupta interrupção do fornecimento do ouro.

No entanto, um acontecimento mudará os rumos da ocupação do Sertão de Amaro Leite: a Proclamação da Independência. Diante desse fato novo, a insatisfação dos habitantes do norte, por considerarem abusivos os impostos que lhes eram cobrados – pois o governo provincial privilegiava muito mais investimentos no sul e sustentava a burocracia estatal existente na capital – se avoluma principalmente pela:

[...] demora – ou omissão total em alguns casos – das autoridades da Capital em socorrê-los dos ataques cada vez mais frequentes dos índios às suas fazendas, a forte taxação que incidia sobre o gado exportado e o fato de grande parte dos homens livres da Capital serem funcionários sustentados pelos impostos arrecadados sobre seu trabalho, tornava os homens do Norte conscientes da opressão que pesava sobre eles. (MOREYRA, 1972, p. 263).

Tal estado de coisas leva à instalação de um governo separatista na Comarca do Norte. Entre o sul e o norte, havia o Sertão de Amaro Leite, que, diante do abandono por parte do governo da Capital, havia ido buscar apoio na Comarca do Norte (POHL, 1976) para a contenção dos indígenas. Se junta a isso a maior afinidade de seus habitantes com o norte da província, pela atividade econômica, a pecuária, o que poderia transformar esse grande sertão em uma potencial cunha divisória, diante da fragilidade em torno da reunificação, uma vez que o novo governo do Imperador D. Pedro I, embora não houvesse aprovado a separação, não conseguira conter a insatisfação dos nortenses.

Entretanto, esses acontecimentos, bem como a fragilidade percebida pela existência de um grande “vazio” no coração da Província⁴, em permanente estado de beligerância em virtude dos confrontos com os povos indígenas, obrigou que fossem mudadas as atitudes para com o Sertão de Amaro Leite. Isso já fora percebido na visita de Cunha Mattos, que, além de enaltecer a fertilidade de seus terrenos, destaca a importância de se reestabelecer o tráfego regular pela Estrada do Sertão, até Porto Imperial, e combater a presença indígena.

Os passos seguintes, a transferência do distrito de Amaro Leite, de Traíras para Pilar (Comarca do Sul), e a utilização da força pública para conter os indígenas, ocorridas entre 1835 e 1836, já demonstram que o interesse sobre a região havia mudado, com ações que aumentavam o controle sobre ela e também atendiam aos clamores da população local. Outras atividades, de mais ou menos impacto, aconteceram durante todo o século XIX.

Nesse momento, vemos que as bases para a “conquista” do Sertão de Amaro Leite já estavam lançadas: a suposta fertilidade e riqueza dos terrenos; a teoria da origem miscigenada dos Avá-Canoeiro, que, de certa forma, os excluía da política indigenista; e a crença na incapacidade de os Avá-Canoeiro serem “civilizados”. Na segunda metade do XIX, o discurso se torna ação, principalmente após a implantação, pelo Governo Imperial, da colonização militar na região.

Aceitar o isolamento seria também acreditar que durante todo o século XIX essa região se manteve inalterada ou à margem das transformações que ocorriam em todo o Brasil. Em Goiás, como nos lembra Paulo Bertran, o século XIX é “justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados” (BERTRAN, 2006, p. 66), o que evidencia que a compreensão dos núcleos urbanos deveria ser buscada fora deles. Visto dessa forma, o Descoberto foi colocado em perspectiva, analisando-o a partir de sua base material e geográfica: o Sertão de Amaro Leite, onde as mudanças se processaram.

Como percebemos, a busca de alternativas para superar a instabilidade política e a precariedade das rendas da província, característico do século XIX, refletem diretamente sobre o Sertão, que se torna alvo de medidas tanto do governo imperial como provincial, que possibilitaria a ocupação das terras adjacentes ao Rio Tocantins, expansão até o Araguaia, fomentaria a agricultura, a navegação e o comércio e geraria as condições para a manutenção

⁴ “O território era descrito de acordo com os modelos políticos que regeram os contextos históricos. Portanto, no período colonial (1500-1822) a região era descrita como Capitania de Goiás, no período Imperial do Brasil (1822-1899) o território denominava-se Província de Goiás e durante o período republicano (a partir de 1889) a denominação da região assumia um caráter federativo, Estado de Goiás” (CAMPOS; SILVA, 2013, p. 40). Para este trabalho se adota prioritariamente a forma Província, por ser essa a denominação da maior parte do período analisado.

dos núcleos urbanos existentes, uma vez que eles não subsistiriam, de forma autônoma, em ambiente tão hostil.

Os objetivos do ambicioso projeto de incorporação do Sertão de Amaro Leite, por meio dos núcleos de colonização sediados nos presídios militares, não se completou, mas as ações efetivadas ao longo do século XIX surtiram efeito principalmente sobre os indígenas, que tiveram sua população reduzida nas últimas décadas do século e o sertão receptivo ao povoamento (PEDROSO, 1994, p. 82).

Podemos também antecipar o marco inicial da política de colonização dirigida pelo poder central nas áreas do cerrado em quase um século e que as terras, livres de indígenas, foram apropriadas e transformadas em fazendas, pastos e lavouras por diversas frentes migratórias que a região passou a receber, especialmente em meados do século XX. As medidas apresentadas não proporcionaram melhorias nas condições materiais da população do Sertão, no século XIX, mas permitiram que essa população fosse gradualmente aumentada, o oposto do que ocorria com a população indígena, que vertiginosamente diminuía.

Este trabalho propõe um olhar sobre o Sertão de Amaro Leite, partindo da premissa de que o sertão é uma construção a partir do desejo de intervenção (MORAES, 2003) e, portanto, incompatível com a ideia de “isolamento”.

Uma dificuldade encontrada ao longo da pesquisa, que muito provavelmente foi sentida por outros pesquisadores, foi a delimitação geográfica do Sertão de Amaro Leite, uma vez que ele não formava uma unidade administrativa e ocupava, no século XIX, uma extensa área, desde próximo ao Rio São Patrício até o povoado do Peixe, no Rio Tocantins, motivo que levou à confecção de mapas especialmente para este trabalho. Para efeitos desta pesquisa, o Sertão de Amaro Leite coincide com o território que foi desanexado de Traíras, em 1835, e incorporado ao município de Pilar como Distrito de Amaro Leite.

Para uma melhor compreensão, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro se aborda o Sertão de Amaro Leite na literatura de viagem, a partir dos relatos de Pohl, Cunha Mattos e Castelnau, que percorreram seus caminhos ou suas imediações na primeira metade do século XIX, impulsionados pela renovação das ciências, na qual se insere o movimento de redescoberta do território brasileiro, entendendo o ato de visitar e conhecer também como uma forma de intervenção, conhecer para apropriar, controlar e transformar. Não se pretende uma análise do discurso desses viajantes, e sim o resgate de seus instantâneos de viagem, as imagens do Sertão capturadas e eternizadas por seus relatos.

O segundo capítulo retoma o Sertão de Amaro Leite por relatórios dos Presidentes da Província de Goiás, dando continuidade ao reconhecimento iniciado pelos viajantes na

primeira metade do século XIX, além das intervenções, em maior ou menor escala, implantadas em consonância com a política da administração imperial para a província e os efeitos destas sobre o Sertão de Amaro Leite.

No terceiro capítulo, tratamos da política de colonização militar, que se baseava na ocupação e no controle territorial, visando a defesa das fronteiras do Império (internas e externas) pela ocupação dessas áreas por paisanos e militares a partir de 1850, e como esta se deu no Sertão de Amaro Leite, seus objetivos e desdobramentos.

1 O SERTÃO DE AMARO LEITE, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, NOS RELATOS DOS VIAJANTES

No dia 9 de junho de 1844, o Conde de Castelnau, com uma comitiva composta por trinta e duas pessoas, após as bênçãos do vigário e debaixo de salvas de mosquetaria, dá início a sua aventura em terras goianas, e, a despeito dos riscos, e com o apoio do Presidente da Província, parte do porto de Salinas com o objetivo de “reabrir” o rio Araguaia à navegação, conhecer os povos indígenas que habitavam as margens desse rio e as poderosas cachoeiras que tornariam a viagem ainda mais arriscada, para retornar a Goiás, capital da Província, subindo o rio Tocantins até o Povoado do Peixe.

Em setembro daquele mesmo ano, no início da estação chuvosa, o viajante, a serviço da coroa da França, precisava fazer uma escolha: continuar sua viagem pelo rio Tocantins, como já haviam feito outros viajantes, ou se arriscar ainda mais, percorrendo com sua comitiva, por terra, a distância que o separava de Goiás, caminho que nunca havia sido feito por nenhuma outra expedição científica até aquele momento e que apresentava a vantagem de diminuir consideravelmente a distância até a capital e o inconveniente de atravessar o território dividido pelos indígenas Xavante e Avá-Canoeiro.⁵

Optando pelo caminho mais curto, Castelnau dá início à travessia do “Sertão dos Xavantes”, ampla região encravada no centro da Província de Goiás, e também parte do Sertão de Amaro Leite.⁶

A chegada de Castelnau ao Sertão de Amaro Leite não foi um fato isolado ou casual, uma vez que a presença de viajantes estrangeiros no Brasil, no século XIX, era bastante comum e a publicação de seus relatos de viagem acabavam por fomentar outras novas expedições, que, ao percorrerem o Brasil, no século XIX, promovem um novo descobrimento do Brasil: a geografia, a hidrografia, a fauna, a flora e seus habitantes.

⁵ “A denominação canoeiro foi atribuída aos Avá pelos primeiros colonizadores de Goiás porque eram hábeis em navegar em canoas e ubás no caudaloso Rio Maranhão/Tocantins. Durante o século XX, em muitas regiões [...] eram conhecidos por “cara-preta” [...]. O nome avá lhes foi designado pela Funai, a partir da década de 1970, quando já era conhecida sua filiação linguística com os povos Tupi, muitos dos quais usam esse termo para significar “homem” e, por extensão “humanidade” ou “povo”. Na verdade, os Avá-Canoeiro se autodenominavam de ãwã que tem o mesmo significado anterior” (PEDROSO, 2006, p. 91, aspas no original). Nos documentos do século XIX, a denominação presente é “canoeiro”.

⁶ A reconstituição da viagem de Castelnau, pelos rios Araguaia, Tocantins e “Sertão dos Xavantes”, foi feita com base no livro *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (CASTELNAU, 2000, p. 136-240) e do *Relatório Dirigido ao Ministro da Instrução Pública pelo Sr. Castelnau, encarregado de uma comissão na América Meridional*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (CASTELNAU, 1845, p. 196-203).

1.1 MISSÕES E EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS NO SÉCULO XIX

O Brasil, desde os primeiros anos da colonização portuguesa, teve seu território percorrido por diversas expedições e missões científicas com os mais variados objetivos. Cândido de Melo Leitão (1941) divide as expedições ocorridas no Brasil em dois tipos: explorações da terra e da vida. Destaca o autor que as explorações da terra buscavam informações sobre a costa brasileira, os rios, o planalto, as fronteiras, o solo e suas riquezas; as explorações da vida seriam expedições botânicas, zoológicas e etnológicas.

As primeiras expedições, dos anos iniciais da ocupação portuguesa até às vésperas do século XIX, mesmo alcançando resultados positivos no que tange ao reconhecimento do território e à descoberta das minas de ouro e diamantes, tiveram pouca divulgação de seus resultados em virtude das disputas territoriais entre os reinos ibéricos e outras potências europeias, obrigando que o produto dessas incursões fosse mantido em segredo nos arquivos portugueses.

Para Almaça (1991a, p. 60-62 apud BELLUZZO, 1994, p. 48), os trabalhos dos portugueses poderiam ter enriquecido e favorecido o desenvolvimento da história natural, mas, devido ao sigilo com que envolviam as informações sobre os recursos naturais do Brasil, pouco se sabia sobre a colônia na Europa.

Entre esses trabalhos se destaca a obra do jesuíta André João Antonil (1835), *Cultura e Opulência do Brazil*, que poderia ter contribuído para a divulgação das riquezas do Brasil. Publicada em Lisboa em 1711 (ANTONIL, 1835, p. VI), traz um tratado sobre a cultura da cana de açúcar e tabaco, sobre a produção do açúcar, sobre a criação do gado e as minas de ouro recém-descobertas em Minas Gerais, fato que fez com que a obra fosse destruída pelo Governo português:

Também mal saíra, ou talvez nem saíra o livro da casa do impressor, quando, sobre a edição, se abateram inexoráveis o veto e o seqüestro régio. Foi confiscada e com tal severidade destruída, que dela apenas escaparam três ou quatro volumes, como demonstração do inflexível princípio grandioso de que ninguém mata as idéias. (TAUNAY, 1982, s.p.).⁷

Sobre a obra, Taunay (1982, s.p.) afirma ainda que: “não era esta obra, porém, cousa que pudesse cair em graça ante a tacanhez da administração colonial, nem ante o sistema político de segregação seguido pelas potências iberas em relação às suas possessões americanas”.

⁷ Optou-se por manter a ortografia original dos documentos consultados, impressos ou manuscritos.

Somando, ao sigilo exigido pela metrópole no trato de sua colônia na América, prevalecia ainda, em Portugal, a ausência de um ambiente cultural capaz de assegurar a formação regular de naturalistas; a compreensão da natureza como um valor prático e utilitário aproximava os portugueses da história natural praticada na Idade Média. Belluzo (1994, p. 48) salienta ainda que: “A exploração dos recursos naturais desconhecidos foi pragmaticamente pautada pela política de expansão, pelos interesses comerciais e pelo lucro”.

Para Portugal e Espanha prevaleciam os interesses geopolíticos, como se pode perceber pelos documentos iconográficos existentes da época, com o predomínio das referências territoriais, ligadas à demarcação e defesa de suas posses (BELLUZZO, 1994, p. 49). A iconografia do século XVIII foi marcada pelas paisagens da costa brasileira e plantas das cidades. Nesse período, a maior parte da produção se constitui de obras cartográficas com preocupações acerca da ocupação e da demarcação das fronteiras sobre o território conquistado à Espanha e a ocupação militar da costa. A metrópole portuguesa mantinha severo controle sob sua vasta colônia americana. As restrições de entrada no Brasil se aplicavam aos estrangeiros, bem como aos portugueses, que precisavam de autorização régia para ter acesso aquele território ultramarino.

Entre os séculos XVIII e XIX, percebe-se uma ligeira mudança da política metropolitana a partir da criação da Academia de Ciências de Lisboa⁸, passando a incentivar e patrocinar estudos sobre a natureza (NAXARA, 2004, p. 141) e o levantamento das condições econômicas do Reino e de suas colônias (NOVAIS, 2001, p. 225).

Esse é o caso da *Viagem Philosophica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, de 1783 a 1793, sobre a qual “podemos falar de uma primeira missão científica, devidamente organizada por Portugal para o conhecimento exaustivo das riquezas da nação brasileira” (BELLUZZO, 1994, p. 49).

O século XIX altera, definitivamente, o interesse da metrópole sobre a colônia, pois a transferência da Corte portuguesa traz para o Brasil as primeiras expedições científicas estrangeiras, que passam a percorrer o interior do país (BELLUZZO, 1994, p. 90).

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, não só os portos se abriram para as “nações amigas”, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. A colônia vive o fim do exclusivismo português. [...]. Esses visitantes serão autores de um “novo descobrimento do Brasil”, [...]. Muitos deles não hesitaram em transformar as anotações de viagem, cujo objeto principal era descrever a longínqua terra, em amplos relatos e apresentá-los ao mercado editorial europeu. (LISBOA, 1997, p. 29, aspas no original).

⁸ Criada em Portugal, em 1779, seu objetivo era incentivar a investigação e divulgar a aplicação de novos conhecimentos técnicos e científicos.

Mesmo que algumas dessas expedições fossem anteriores ao desembarque de D. João VI – como as de Thomas Lindley, em 1802; Waterton, em 1804; John Mawe, em 1807; Luccock, em 1808, e Henry Foster, em 1809 (BELLUZZO, 1994, p. 92) –, após 1808 as expedições científicas no Brasil se avolumam.

Marcia Naxara (2004, p. 22) ressalta que o século XIX foi marcado, no Brasil, pela necessidade de tornar o país “parte da civilização, ao lado das demais nações”. Havia, de forma generalizada, um movimento de busca de conhecimento.

No XIX enfatizou-se, nos mais diversos domínios a busca de explicações sobre as origens – dos homens, das sociedades, das nações. Foi dentro deste quadro que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil, enfatizando-se ora seus aspectos selvagens e naturais, ora seus aspectos civilizados – civilização *versus* barbárie. (NAXARA, 2004, p. 24).

O Brasil, primeiro como sede da Corte e depois como país independente, encontrava-se na interseção entre o mundo civilizado e a barbárie, precisava ser conhecido, civilizado. Assim, tem início um novo descobrimento do Brasil, com seu território palmilhado por viajantes estrangeiros e nacionais, ao longo do oitocentos.

Nesse período, a ciência vive seu momento de encantamento pela natureza. É inegável a importância de Alexander von Humboldt⁹, que inaugura uma nova forma de fazer ciência: pelas viagens, pois “não aceita o recorte estabelecido no cenário natural, visto e pensado por um observador situado externamente a ele” (BELLUZZO, 1994, p. 21). Seu método de pesquisa, objetivos científicos e estilo da narrativa influenciaram sobremaneira os naturalistas que visitaram os trópicos (LISBOA, 1997, p. 43).

O que pode ser considerado a obra *princeps* dessa modalidade científica é o resultado da viagem empreendida por Humboldt à América, realizada entre 1799 e 1804. Com autorização do rei espanhol e financiamento de banqueiros da Alemanha, produz sua obra sobre os trópicos, publicada entre os anos 1805 e 1834.

A longa obra, composta por trinta e dois volumes, “impressiona seus contemporâneos pela extensão da coleta e dos domínios estudados, revelando a amplitude da rica natureza dos trópicos” (BELLUZZO, 1994, p. 22). Humboldt torna-se o grande divulgador, e incentivador, das pesquisas sobre a América, mesmo não conhecendo o Brasil, impedido em 1800 pelos portugueses, que estavam em litígio territorial com os espanhóis: “Mantém-se em contato com

⁹ Alexander Von Humboldt (1769-1859) foi um geógrafo, naturalista e explorador alemão.

número muito significativo de viajantes que se dirigem ao Brasil, induzidos indiretamente por sua obra ou diretamente por suas gestões [...]” (BELLUZZO, 1994, p. 22).

Cientistas agrupados em torno das expedições, ou individualmente, percorreram o Brasil, e de suas jornadas surgiram os relatos de viagem,

[...] em geral narrados de acordo com o ponto de vista fixo, seguro do observador que procura olhar apenas ao que se apresenta à vista e o que interessa à “História Natural”, para paisagens singulares e intransferíveis, mas, de preferência, pouco pessoais ou capazes de fazê-lo voltar-se criticamente para si mesmo, os próprios instrumentos e modos-de-ver. (SÜSSEKIND, 1990, p. 74, aspas no original).

Objetividade e neutralidade eram qualidades necessárias aos relatos científicos da época. Qualidades pretendidas, mas nem sempre atingidas, pois, em muitos momentos, é perfeitamente perceptível a fala do sujeito, seu desânimo, a angústia, a tristeza ou os registros do desconforto, do tédio e da irritação provocados pelas dificuldades das viagens, feitas em lombo de burro, por estradas ruins, debaixo de sol e chuva, e, mesmo assim, “estes naturalistas ainda achavam tempo para coletar plantas, animais, desenhar, escrever seus diários e notas científicas em pousos que, na melhor das hipóteses, eram coberturas abertas aos ventos de todos os lados [...]” (DOLES; NUNES, 1992, p. 91).

A despeito de todas as dificuldades, havia a convicção da necessidade de estudos pelas expedições, que deviam levar ao conhecimento da natureza, ou seja, proporcionar o conhecimento do meio e não o autoconhecimento ou deleite (SÜSSEKIND, 1990, p. 108-109). Para Naxara (2004, p. 148), os relatos são cheios de uma sensibilidade romântica, inconsciente, demonstrando que o viajante, mesmo que por breves instantes, deixava-se levar pela subjetividade, deixando aflorar a “reverência diante da criação”. Ainda conforme a autora, desenhos, palavras ou pinturas nada mais são do que tentativas de guardar e transmitir as impressões vivenciadas.

Muitas expedições tinham patrocinadores que, juntamente com a relativa ausência de restrições por parte do governo português (após 1808), possibilitaram as viagens de coleta de dados e espécimes, enviados aos países financiadores para a posterior classificação (NAXARA, 2004, p. 146). O interesse do governo português facilitou o trânsito das expedições, emitindo licenças, vistos de entrada, permanência e saída, e autorizações especiais para a entrada em territórios de segurança nacional (como as minas). As cartas de apresentação eram importantes para garantir o acesso às informações, à hospedagem e ao auxílio da população das localidades visitadas. Contudo, o apoio oficial não era garantia

contra a resistência da população e das autoridades nas localidades, que viam os estrangeiros com reservas (LISBOA, 1997, p. 33).

As expedições seguiam um roteiro pré-determinado, com o objetivo de aumentar o conhecimento da humanidade por meio das coleções de vegetais e animais, bem como sobre o Brasil, possibilitando fazer sugestões sobre os mais variados temas, como agricultura, educação e literatura (SÜSSEKIND, 1990, p. 116).

Conforme Belluzzo (1994, p. 92), “entre a chegada de dom João VI e a partida de dom Pedro II, o Brasil é visitado por um elevado número de naturalistas, organizados, na maioria dos casos, em expedições científicas”. O reino desconhecido (BELLUZZO, 1994, p. 92) abre suas portas aos estrangeiros, são diplomatas, comerciantes, artistas, aventureiros, turistas, engenheiros e naturalistas que, em grupos ou individualmente, viajam pelo Brasil.

As expedições científicas poderiam contar com várias pessoas, como a expedição liderada pelo Barão de Langsdorff, composta por grande número de participantes e grande amplitude de conhecimentos (BELLUZZO, 1994, p. 124), ou com apenas um cientista, como é o caso da expedição empreendida por Saint-Hilaire. Contudo, não era o número de pessoas envolvidas que determinava ser ou não uma expedição científica, mas os objetivos propostos para sua execução (LEITÃO, 1941, p. 8).

Era comum também a presença de um paisagista nas expedições, que, conforme Sússekina (1990, p.113), “em meio à paixão classificatória que norteou as viagens, os relatos e desenhos responsáveis pelo mapeamento e pela definição de uma paisagem quase que só-Natureza para o país no século passado”. Belluzzo (1994) e Naxara (2004) afirmam que a habilidade com desenho fazia parte da formação daquele tempo, portanto, mesmo a expedição que não contava com um artista dispunha de recursos técnicos, juntamente com os diários, para o registro do que o olho via.

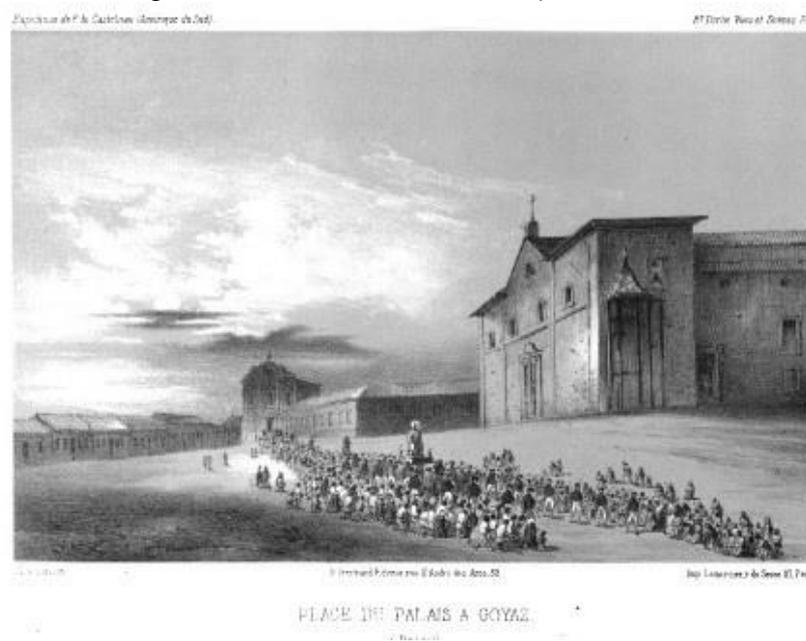
Aos pintores (paisagistas) cabia descrever aquilo que não seria possível com palavras, corroborar com o discurso do cientista, “daí a quantidade de esboços, desenhos inconclusos, aquarelados apenas em parte. O que se explica pela pressa dos viajantes, mas também por esse desejo de ao mesmo tempo *representar e colecionar a paisagem*” (SÜSSEKIND, 1990, p. 119, *itálico no original*).

Esses pintores, também colecionadores de paisagem, seguiam o roteiro colocado pelo naturalista, uma extensão do olhar deste, com o objetivo de fixar uma imagem ou espécie, documentar tudo, uma vez que as condições da viagem, as dificuldades de conservação dos espécimes coletados, as tortuosas vias de transporte pelo interior do Brasil e, posteriormente, para o exterior, colocavam em risco os objetivos da expedição: aumentar o conhecimento

acerca do Brasil e as coleções, “possuir aquilo que se apresenta à vista” (SÜSSEKIND, 1990, p. 120).

Assim foi a expedição de Castelnau, que, conforme Cândido de Melo Leitão (1941, p. 171), “trazia como pessoal científico, além do seu chefe, consumado entomólogo, o preparador Emilio Deville, o botânico e médico Hughes A. Weddell e o engenheiro de minas E. D'Osery”, mas dispensava um paisagista, visto que o chefe da expedição e Weddell eram hábeis desenhistas, como se pode notar na Figura 1, na qual se buscou representar o conjunto principal em torno do enorme largo de Vila Boa, capital da Província de Goiás.

Figura 1 – *Place du Palais a Goyaz* (Brésil)



Fonte: Castelnau (1852, s.p.).

Uma representação da forma de unir texto e imagens é a obra de Castelnau, composta por quinze volumes, publicada entre os anos 1850 e 1859. Dispondo de textos, imagens e cartografia, a segunda parte dessa obra é *Vues et Scènes*, publicada em 1852, composta por um atlas, com imagens da expedição, e um pequeno texto explicativo sobre cada imagem¹⁰, com referência ao texto original, o que permite uma síntese, por meio dos textos e das

¹⁰ « Goyaz était autrefois connue sous le nom de Villa Boa; c'est la capitale d'une des vastes provinces centrales du Brésil. La scène représente la place principale, entre les deux églises s'étend un long bâtiment, que est habité par le président de la province (gouverneur), et que est designé sous le nom de *Palais* [itálico no original] On a représenté l'une des nombreuses processions religieuses qui circulent fréquemment à l'entrée de la nuit dans les rues de cette ville. » (*Expéd.*, t. I, p. 330, itálico no original). Tradução livre: Goiás já foi conhecida por Villa Boa, é a capital de uma grande província central do Brasil. A cena representa a praça principal, entre as duas igrejas se estende um longo edifício, que é a residência do presidente da província (governador), é designado sob o nome de *Palácio*. Mostra uma das muitas procissões religiosas que circulam na entrada da noite nas ruas dessa cidade.

imagens, da expedição. As imagens do *Vues et Scènes* são de Castelnau e Weddel. Importante notar como texto e imagem, se unem para trazer uma explicação do real, “uma arte de ver e uma arte de dizer” (PIERINI, 1994 apud NAXARA, 2004, p. 149).

Várias expedições produziram material iconográfico, como as: do Príncipe Maximilian von Wied-Nieuwied, de 1815 a 1817; a missão austríaca, de 1817 a 1821; a liderada pelo Barão de Langsdorff, de 1822 a 1829; a expedição ao Ivaí, empreendida pelos engenheiros Franz Keller e Joseph Keller, que vieram ao Brasil a pedido do governo imperial, em 1857; a expedição Thayer¹¹, chefiada por Louis Agassiz¹², que conta com os relatos de viagem de sua esposa Elizabeth Agassiz e percorreu o Brasil entre 1865 e 1866 (BELLUZZO, 1994).

A expedição Thayer motivou outras expedições norte-americanas, como as duas expedições Morgan (sem acervo iconográfico), realizadas entre 1870 e 1871. A partir desse momento, aumenta o número de expedições nacionais (BELLUZZO, 1994, p. 147).

Muitas vezes, para atingir os objetivos da expedição, esta, quando chegava ao Brasil, se dividia, como a expedição Thayer, do casal Agassiz. Contando com uma equipe de dez cientistas e diante da extensão do território a ser percorrido, acabaram formando três grupos: “O primeiro, em direção a Minas Gerais [...]. O segundo grupo, [...], dedica-se a exploração de todo o litoral do Rio de Janeiro à Bahia. O terceiro grupo [...], dirige-se ao Amazonas de navio, com escalas nas diversas capitais do Nordeste brasileiro, chegando a Belém” (BELLUZZO, 1994, p. 146).

1.2 VIAGENS E VIAJANTES

A viagem, expedição científica ou não, proporciona o conhecimento, que deve ser obtido pela observação da natureza e dos homens, o que justifica o seu crescente interesse no século XIX:

Um aprendizado via experiência, via contato direto com as coisas do mundo. [...] Nos relatos de expedições com fins científicos, o narrador já parece iniciar o trajeto formado, com sólidos conhecimentos de ciências naturais que apenas testa e amplia diante de novos espécimes e terras desconhecidas. O aprendizado aí não é, pois, exatamente de si mesmo, mas da própria capacidade de resistência e trabalho mesmo em condições por vezes bastante adversas. Aliás, é um narrador que pouco se define quem costuma relatar tais expedições. (SÜSSEKIND, 1990, p. 110-111).

¹¹ A expedição Thayer foi patrocinada pelo milionário norte-americano Nathaniel Thayer.

¹² Ictiólogo e geólogo suíço, professor da Universidade de Massachusetts.

O tema viagens se tornou um modismo no Brasil oitocentista. Ao mesmo tempo em que as viagens se tornaram mais populares, também a literatura de viagem, “viagens de todo o tipo” (SÜSSEKIND, 1990, p. 75), ficcional ou não, passou a despertar um crescente interesse do leitor brasileiro do século XIX. Sobre os leitores brasileiros, e seu gosto pelos relatos de viagens, temos a seguinte afirmação de Süssekind (1990, p. 127): “Interlocutores não propriamente ingênuos, os letrados locais, leitores dos relatos de viagem pelo Brasil, não os liam à toa, mas com olhar de colecionador semelhante ao que lançavam tais viajantes para as cenas de natureza nos trópicos”. Havia muita curiosidade sobre o Brasil, inclusive dos brasileiros, que “não se cansavam de indagar dos estrangeiros acerca da sua pátria. Da qual faziam a mais singular ideia” (SPIX e MARTIUS apud SÜSSEKIND, 1990, p. 127).

Nem todos os viajantes vieram pelo mesmo motivo. A grande diversidade de tipos de viajantes (naturalistas, comerciantes, diplomatas, mercenários, imigrantes e aventureiros) permite traçar dois tipos de objetivos para as viagens: a esfera pública e a particular. A aventura, a pesquisa, o lazer e o trabalho circunscrevem-se na esfera particular em virtude dos resultados, como enriquecimento, projeção social, *status* ou deleite serem usufruídos de forma individual. Com os objetivos particulares (comerciais, científicos, literários, exploratórios de recursos naturais) interagem os objetivos da esfera pública (BOAVENTURA LEITE, 1986, apud LISBOA, 1997, p. 32).

Inicialmente, os relatos de viagens mais abundantes eram os de estrangeiros, sendo mais praticados pelos nacionais durante a segunda metade do século XIX, como os trabalhos de Couto Magalhães, entre outros.

De fato, só se multiplicaram significativamente os exemplos do gênero [relatos de viagens] a partir do momento em que são definidas as fronteiras um pouco mais rígidas entre a escrita literária e os diários e narrativas “científicos” ou de simples registros de expedições, [...]. (SÜSSEKIND, 1990, p. 74, aspas no original).

Desde o início do século XIX alguns nacionais, brasileiros e portugueses, já se dedicavam aos relatos de viagens (SÜSSEKIND, 1990, p. 74), provavelmente influenciados pelos cientistas estrangeiros que os antecederam. São relatos dos presidentes de província, padres, juízes, militares e outros, que, com seu olhar de “estrangeiro em sua própria terra” (NAXARA, 2004, p. 133), corroboraram com o discurso dos cientistas.

As diferenças entre o viajante e o naturalista podem ser percebidas na afirmação de Süssekind (1990, p. 45): “se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho”.

Todos podem ser viajantes, alguns naturalistas, o que nos possibilita incorporar outros discursos, não produzidos por cientistas, mas os relatos daqueles que se tornaram viajantes ao acaso (NAXARA, 2004, p. 163).

Cientistas e viajantes não têm um mesmo objetivo com as viagens, nem com seus relatos, cada um traz seu repertório próprio para a interpretação do mundo que os rodeia, porém, tem em comum a intenção de relatar sua experiência, de forma neutra e fidedigna, em um relato que se pretende isento de paixões, descrição neutra da realidade vivenciada, como constata Naxara (2004, p. 164):

Aspecto interessante a aproximar tais textos, refiro-me aqui, ao fato de estar utilizando textos de viagem de estrangeiros e de um brasileiro [Agassiz (naturalista), Burton (diplomata inglês) e Leite Morais (presidente da Província de Goiás)], tem a ver com a constatação de que, quando se trata de entrar, conhecer, viver e explorar o sertão (o que é visto e representado como oposto à civilização), a postura e pontos de vista de brasileiros e estrangeiros se aproximam e por vezes coincidem.

Todos os viajantes, nacionais e estrangeiros, têm reação semelhante frente ao desconhecido. Saída do mundo ordenado, denominado organizado, para se confrontar com o diferente, o anônimo e o caótico. Nesses relatos, é evidente, que a viagem representa um afastamento do mundo civilizado em direção à barbárie, tendo como referência a Europa ou o litoral brasileiro (Rio de Janeiro e São Paulo).

O confronto com o ignoto e as formas de apreendê-lo remetem a uma questão central que perpassa toda a literatura de viagem. De um modo geral, a descrição do “desconhecido” depende das condições do observador e de como ele está “preparado” para enxergá-lo. E as “estratégias” para tanto previamente elaboradas, que variam conforme o tipo de observador, de viagem e do período histórico, nem sempre permitem ao estrangeiro dar-se conta do “desconhecido”, do “diferente”, da “alteridade”. [...]

Ainda assim, devemos lembrar que a percepção do “desconhecido”, da “alteridade”, do “estrangeiro”, do “outro”, pressupõem a existência do “conhecido”, do “próprio”, do “pátrio”, do “eu” como ponto de referência. (LISBOA, 1997, p. 46, aspas no original).

Ao falar do lugar visitado, o viajante também fala de seu lugar. Suas referências balizarão o seu discurso. A todo o momento o viajante estará descrevendo e comparando o novo (desconhecido) ao velho (conhecido). Narrar sobre o “outro”, é também narrar sobre “si mesmo” (LISBOA, 1997, p. 47).

A maior parte das viagens ao Brasil, no século XIX, teve sua atenção voltada para o conhecimento da Floresta Amazônica; para a Mata Atlântica, ainda presente e exuberante na

região litorânea; e a Província de Minas Gerais. As demais regiões ficaram relegadas a um segundo plano, recebendo um pequeno número de viajantes, como Goiás.

Poucos foram os que se aventuraram por estas terras. Entre os motivos para que a capitania fosse pouco visitada por estrangeiros e nacionais, podemos enumerar: as distâncias; as péssimas estradas; condições climáticas pouco favoráveis (alta pluviosidade e o calor excessivo); pouco conhecimento da região até mesmo por seus habitantes; elevado número de povos indígenas; desconhecimento do potencial da fauna, flora e hídrico do Cerrado. Porém, a despeito de todas as dificuldades, alguns cruzaram a fronteira do desconhecido, se lançando pelas terras pouco exploradas das distantes províncias brasileiras e chegando à Província de Goiás.

1.3 VIAJANTES NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

Margarida Maria da Silva Corrêa (1997, p. 227) afirma que, entre os vários cientistas estrangeiros, naturalistas, que foram atraídos pelo Brasil, apenas sete chegaram até Goiás, são eles: os franceses Auguste de Saint-Hilaire e Francis de Laporte Castelnau; os ingleses George Gardner e William John Burchell; o austríaco Johann Emanuel Pohl e os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius.

Além desses naturalistas, outros viajantes que se dirigiam especificamente a Goiás, ou de passagem, deixaram seus registros, como Oscar Leal, D'Allincourt, Cunha Mattos, Leite Morais, Couto de Magalhães, entre outros. Seus relatos compõem, juntamente com os relatos científicos, um importante acervo documental sobre Goiás. Cada um, cientista e demais viajantes, com olhar próprio, narram suas experiências e expectativas (NAXARA, 2004, p. 161) sobre a distante e desconhecida Província de Goiás.

O conhecimento de Goiás por não indígenas teve início ainda no século XVI, quando as bandeiras paulistas percorriam os “sertões desabitados” em busca do gentio, o “negro da terra”, que pudesse ser apresado para ser enviado aos engenhos açucareiros. A descoberta de ouro desencadeou a ocupação da região por descendentes de portugueses e trouxe uma grande movimentação humana por toda a província:

[...] poucos fenômenos históricos aparecem na história moderna com o dinamismo populacional da descoberta de ouro numa terra nova. Populações inteiras correm, sugadas por esta área ciclônica, dando lugar, em pequeno lapso de tempo, a modificações profundas em todos os aspectos do desenvolvimento nacional. (PALACIN, 1976, p. 15).

Essas alterações são muito evidentes quando observado o grande fluxo populacional que se dirigiu para aquela Capitania, que a cada dia via surgir um novo descoberto, um novo arraial do ouro, mas também atingiram as populações indígenas que ocupavam a região. A invasão de seus territórios os obrigou a também migrarem, provocando guerras entre as diferentes etnias e com os invasores.

Nos anos iniciais da mineração a escassez do ouro em uma mina era seguida pela descoberta de novos filões, até se tornar cada vez mais remota. Desse modo, o esgotamento dos depósitos auríferos deixou o seu legado: uma população esparsamente distribuída pelo território goiano, resultando em enormes áreas desconhecidas dentro da província; isolamento externo, devido às dificuldades de comunicação com as demais províncias do Império, sobretudo com a Corte; rendas insuficientes, baixa produção agrícola; e reduzido comércio. Esse era o quadro que se apresentava na Província de Goiás em princípios do século XIX, panorama encontrado pelos viajantes e naturalistas e presente em seus relatos.

Escritos a partir da visão de “estrangeiros”, fossem da Europa ou do litoral, os relatos de viagem requerem cuidados para sua leitura e interpretação, por estarem repletos de “juízos de valor negativos ou positivos” (BERTRAN, 2000, p. 202), por faltar a esses estrangeiros “condições históricas para perceber o significado da diversidade cultural” (LISBOA, 1997, p. 49). Paulo Bertran (2000, p. 202) chama a atenção para a leitura desses viajantes:

A heurística geral necessária para lê-los é apenas de divisar que, vindos da poderosa Europa industrializada e fisiocrata – que bem ou mal implantou no pequeno continente várias etapas de progresso material, as quais os viajantes e as elites regionais não encontravam aqui – e que passariam a cobrar à população, [...].

O compartilhamento do dia a dia das viagens e suas impressões nos permite estudar e compreender aspectos ainda obscuros de nossa história, por inúmeras abordagens possíveis, de acordo com o interesse e a percepção de cada pesquisador; a leitura e as análises desses textos se dá também pelas entrelinhas, pelo que está dito, e o não dito, o evidente e o latente.

Dentre os viajantes que estiveram em Goiás no século XIX, três nos são especialmente relevantes, dois integrantes de missões científicas europeias, Pohl e Castelnau; e o então Governador das Armas da Província, o português Cunha Mattos. Em comum, os três percorreram, na primeira metade do século XIX, a região compreendida entre a margem

esquerda dos rios Maranhão/Tocantins e a margem direita do Araguaia, parte do Sertão de Amaro Leite¹³, e aceito o desafio de empreender tão custosa empreitada.

1.4 O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O SERTÃO DE AMARO LEITE

A região que viria a ser denominada Sertão de Amaro Leite muito provavelmente já era conhecida desde o século XVII, pois, conforme Ferreira (1982, p. 185) o território goiano já era bastante visitado pelos bandeirantes em suas buscas por minérios e índios, estes não se fixaram no sertão, mas fizeram seu reconhecimento e deixaram “roteiros”, que foram as bases para o conhecimento científico do interior, posteriormente fornecendo aos cartógrafos dados e elementos para a execução das primeiras cartas geográficas “verdadeiras” de Goiás.

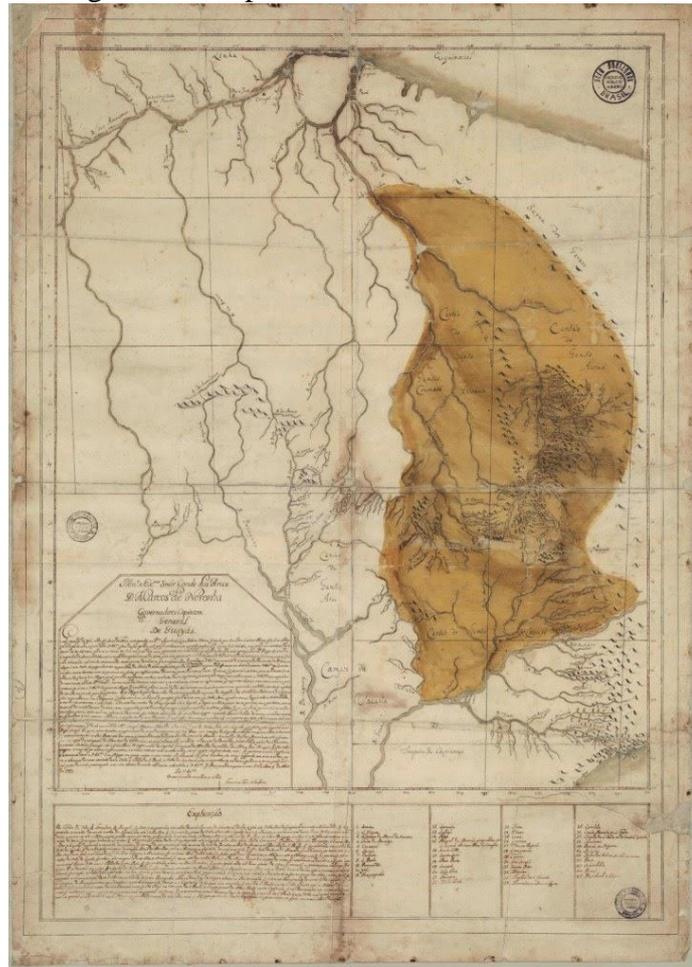
Dessas informações se valeu também o cosmógrafo Francisco Tosi Colombina¹⁴ (1751) para a execução do **Mapa da Capitania de Goyaz e regiões circunvizinhas, que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas**¹⁵, como pode ser observado na Figura 2.

¹³ O nome Sertão de Amaro Leite também aparece nos documentos como Sertão d’Amaro Leite ou Sertão do Amaro Leite. Para este trabalho, usamos Sertão de Amaro Leite, por ser essa a forma que se apresenta na maior parte da documentação investigada.

¹⁴ “Francesco Tosi Colombina nasceu em Gênova, Itália, em 1701. Contratado pelo Marques de Pombal e a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, foi enviado ao Brasil de 1743 a 1753, como explorador militar e projetista de estradas” (CINTRA; COSTA, 2011, p. 2).

¹⁵ Teixeira Neto (2009, p. 5) afirma que esse foi um mapa executado a pedido de D. Marcos de Noronha, primeiro governador de Goiás: “Desse mapa se serviu D. Marcos de Noronha para propor, em carta a el-rei, de 1753, os limites da Capitania de Goiás – Projeto de Limites – na verdade, esboçados em 1750”, onde o limite com a capitania do Mato Grosso seria o rio das Mortes, o que deixa claro as pretensões territoriais desse governante.

Figura 2 – Mapa de Tosi Colombina, de 1751



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/viewcat.php?cid=776. Acesso em: 5 nov. 2015.

Uma obra de “cartografia expedita” (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 5), pois é baseado nos roteiros e relatos dos exploradores do sertão e é considerado a “certidão de nascimento” de Goiás (TEIXEIRA NETO, 1975 apud TEIXEIRA NETO, 2009). Os viajantes que vieram depois se valeram desses primeiros mapas, acrescentaram dados e corrigiram erros.¹⁶

De acordo com Paulo Bertran (1979, p. 32), no século XVIII a região compreendida entre os rios Araguaia e Tocantins passa por um processo mais sistemático de ocupação com os jesuítas do Colégio Santo Alexandre, de Santa Maria do Belém do Pará, que mantinham fazendas na região, muito embora o Guarda-Mór das minas de Natividade, Antônio Nunes do

¹⁶ “Devo pedir aos Srs. que se achão á testa da Administração Publica de Goiaz, que continuem e aperfeiçoem os meus escriptos: eu emendei os antigos mappas da Provincia em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar: ninguém pense que os meus mappas são absolutamente exactos: eu o declaro nos Itinerarios: se eu fiz mais de três mil emendas, nos antigos mappas manuscritos, agora pelos Itinerario e mappas impressos, proporciono os meios convenientes de se proceder a novos exames, e ás correccões innumeráveis, que será preciso praticar” (CUNHA MATTOS, 1836, v. 1, p. XVIII-XIX).

Valle, afirme que os jesuítas vieram do “Collegio da Cidade de S. Luíz do Maranhão”¹⁷, e, como veremos a seguir, a permanência deles no Sertão de Amaro Leite se deu em virtude da atividade econômica mais do que da ação missionária.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, acompanhando o Governador Geral Tomé de Souza, mas é somente em 1622 que a Companhia de Jesus inicia suas atividades no Maranhão, com a fundação do colégio e da igreja, e, em 1636, chega ao Grão-Pará. A permanência dos inacianos na região norte é marcada por desentendimentos e conflitos “e da luta por mais de dois séculos travada entre colonos e jesuítas, ambos interessados no monopólio do trabalho indígena” (LEITE apud CHAIM, 1983, p. 66-67).

As ações missionárias na região tomaram fôlego após a chegada do Padre Antônio Vieira, acompanhado de outros quinze jesuítas, ao Maranhão, em 1653. Tavares (1995, p. 58) salienta que “sua vinda para a América também significou uma revitalização do projeto das missões da Companhia na região norte, além dele ter sido o grande articulador da defesa da liberdade dos índios”, inaugurando uma nova fase da Companhia de Jesus na região norte, marcada, principalmente, pela rejeição do projeto jesuíta pelos colonos, que se viam privados da mão de obra indígena, fundamental para a extração das drogas do sertão predominante na região. Diante de tantos desentendimentos, Vieira, em 1655, sai vitorioso junto ao rei D. João IV, de Portugal, que autoriza a administração exclusiva das aldeias indígenas para a Companhia de Jesus e a liberdade de erguer missões no sertão. Mesmo com um reduzido número de padres, tem início, no ano de 1655, a obra missionária na região norte.

Os colégios foram fundados com o objetivo da catequese, sendo os principais o Colégio de Nossa Senhora da Luz, do Maranhão, e o Colégio de Santo Alexandre¹⁸, de Belém. As demais atividades, missões e fazendas foram incorporadas como subsidiárias, visando garantir a integridade e a sobrevivência das missões pela produção e pelo comércio de bens. Os poucos missionários se desdobravam nos trabalhos das missões, das fazendas e dos colégios.

As constantes divergências com os colonos afastam a Companhia de Jesus da administração temporal dos aldeamentos, entre os anos de 1661 e 1680. Há, nesse período, consideráveis mudanças em sua estrutura e organização interna, com melhoria de seus edifícios, melhor suporte econômico anexando aos colégios, hortas, jardins e fazendas de gado (MAYER, 2010, p. 12).

¹⁷ AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1761 [cópia digitalizada]. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/71897>. Acesso em: 21 fev. 2016.

¹⁸ A Igreja e o Colégio da Companhia de Jesus em Belém foram inaugurados entre os anos de 1718 e 1719.

Paulo de Assunção (2007, p. 63) afirma que “a expansão da fé e a conversão do gentio promoveram, por outro lado, a expansão das propriedades jesuíticas e a conversão dos jesuítas em administradores num mundo marcado pelo trabalho e pelo ganho, como forma de servir a Deus”. A irregularidade e a exiguidade dos subsídios reais eram insuficientes para a manutenção dos missionários e estudantes, fazendo com que a Companhia de Jesus buscasse recursos próprios para a manutenção de suas atividades, logo, as fazendas foram a alternativa viável, uma vez que aos jesuítas era vetado o comércio. Assim, conforme Serafim Leite: “uma coisa é mercar, para tornar a vender, outra é comprar o necessário para o seu consumo, ou vender os produtos da sua lavra, para, com a venda, ocorrer às exigências da própria vida” (1938-1950, v.1, p. 148 apud ASSUNÇÃO, 2007, p. 63), e, aos poucos, de padres, os jesuítas foram também se tornando fazendeiros (SILVA, C. R., 2013).

Entre os anos de 1693 e 1695, ocorre a divisão da região amazônica para a instalação de missões:

Coube aos carmelitas o território entre os rios Solimões, Negro e Branco; aos franciscanos Cabo Norte, Ilha de Marajó e afluentes da margem norte do rio Amazonas; aos jesuítas a região dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira e aos mercedários o médio Amazonas até próximo ao rio Urubu. (TAVARES, 1995, p. 72-73).

O rio Tocantins era a “porta de entrada e saída” para Goiás (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 3). Os jesuítas utilizaram os caminhos dos rios para penetrar o interior da colônia, promovendo a “descida” de índios do sertão, a expansão da fé católica (ALENCASTRE, 1978, p. 25) e as atividades econômicas da Companhia, principalmente a extração das “drogas do sertão” e as fazendas de criação de gado.

No caso do Sertão de Amaro Leite, as fazendas foram obra do missionário Manoel da Silva e de seu companheiro, Frei Pedro Fedalti, em 1749.¹⁹ Sobre o padre Manoel da Silva, afirma Sebastião Leite que “parecia estar acima de qualquer suspeita na sua missão de evangelizar pelos sertões do país” (apud SILVA, C. R., 2013, p. 165), era um missionário pedâneo²⁰, e autor de um documento-confissão sobre a prática do *sabá* por moradores do sertão do Piauí, no ano de 1758 (MOTT, 2006, p. 60), “um zeloso jesuíta travestido em inquisidor” (MOTT, 2006, p. 74), se não pairasse sobre o inaciano a denúncia das irmãs do

¹⁹ AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1761 [cópia digitalizada]. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/71897>. Acesso em: 21 fev. 2016.

²⁰ Missionário pedâneo: “juizes que, nas vilas e aldeias, julgavam de pé e no direito eclesiástico, aos missionários viajantes que percorriam as residências mais afastadas na zona rural” (MOTT, 2006, p. 79).

Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação (MARQUES, 1870; SILVA, C. R., 2013; RODRIGUES, 2010).

Para a construção do *Recolhimento*²¹ houve a mobilização de autoridades e da população, que contribuía com esmolas para o término da edificação e manutenção da instituição (MARQUES, 1870). As pessoas doavam o que queriam e podiam, desde objetos de pequeno valor a fazendas, gado, escravos e dinheiro (RODRIGUES, 2010, p. 44).

O padre Manoel da Silva, já de saída para suas pregações no sertão de Goiás, se ofereceu para esmolar em nome das *recolhidas*. “Com esse caridoso fim, e munido de licença dos seus prelados, andou esmolando pelo interior, dizendo-se por toda parte procurador do *Recolhimento*, e declarando a aplicação, que pretendia dar a sua abundante collecta” (MARQUES, 1870, p. 477).

O jesuíta veio se estabelecer próximo às minas da Natividade, onde aplicou o produto das esmolas na fundação de fazendas de criação de gado às margens do rio das Almas, Santa Teresa e Cana Brava, em número de seis: Recolhimento, Ortigas, Pindobeira, Gilbuez, Gadobrado e uma sexta de nome não declarado (MARQUES, 1870, p. 477; ALENCASTRE, 1978, p. 159-162). Os lucros dessas fazendas nunca foram repassados para o *Recolhimento*, que “em ocasião alguma ofereceu um ceitil” (ALENCASTRE, 1978, p. 160) às recolhidas, apesar das solicitações da sóror Maria Josepha de Jesus.

A sóror Maria Josepha de Jesus, responsável pelo *Recolhimento* desde a sua fundação, pediu a interferência do governador do Maranhão e se queixou ao bispo de Belém, que, por sua vez, escreveu ao governador de Goiás, João Manoel de Mello (1759-1770). Este se comprometeu, pessoalmente, a cuidar dos interesses das *recolhidas* em Goiás (MARQUES, 1870, p. 477), “tratava João Manoel de tomar conhecimento disto, quando seguiram-se as desordens, que motivaram a prisão dos jesuítas, e o sequestro dos bens que possuíam, ou administravam” (ALENCASTRE, 1978, p. 160).

Os padres Manoel da Silva e Pedro Fedalti foram presos em Natividade e encaminhados ao Rio de Janeiro, e de lá para Lisboa. Quando os jesuítas foram expulsos do domínio português, por determinação do Marquês de Pombal²², Manoel da Silva tinha em seu poder as fazendas do Sertão de Amaro Leite, que foram entregues a Antônio Alves Maia e Antônio Nunes do Vale (Guarda Mór das Minas de Natividade²³), “até que por ordens

²¹ “Casa de mulheres que vivem encerradas, como as religiosas mas sem fazer votos” (PINTO, 1832, s.p.).

²² Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), diplomata e estadista, que ocupou o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de D. João I, exercendo amplos poderes como um superministro.

²³ AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1761 [cópia digitalizada]. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/71897>. Acesso em: 21 fev. 2016.

posteriores tiveram de ser os assuntos relativos a este sequestro afetos ao desembargador e ouvidor geral Antônio José de Araújo, e afinal ao bacharel Manoel Gomes da Costa, que exercia o cargo de intendente das minas da repartição do norte” (ALENCASTRE, 1978, p. 160).

José Martins Pereira de Alencastre (1978, p. 159-162), nos *Anais da Província de Goiás*, afirma que, segundo o inventário dos bens da Companhia de Jesus em Goiás, essas fazendas contavam com duas mil cabeças de gado, outras mil cabeças espalhadas e dezessete escravos.

Maria José Lobato Rodrigues (2010, p. 44-48), em pesquisa sobre o *Recolhimento* do Maranhão, afirma que a regente, a sóror Maria Josefa de Jesus, mesmo antes da expulsão dos jesuítas, já estava em dificuldades para reaver os bens, administrados pelo padre Manoel, e que, após a expulsão dos jesuítas, as fazendas do *Recolhimento* foram entendidas como bens da Companhia de Jesus e confiscadas.

Inconformada com o destino dos bens do *Recolhimento* e com as dificuldades que a instituição estava passando, a sóror procurou apoio durante anos, perante as autoridades da Província do Maranhão e de ultramar, para reaver as propriedades localizadas na Província de Goiás (RODRIGUES, 2010). A pesquisadora acredita ainda que as fazendas não foram vendidas imediatamente e que durante algum tempo forneceram rendimentos ao Real Erário, pois, na correspondência entre Joaquim de Mello e Póvoa e o Marquês de Pombal, este afirmava que vinha cuidando “com maior desvelo na conservação, adiantamento e rendimento das ditas fazendas, tendo nelas maior confiança e visitando-as algumas vezes” (MELLO E PÓVOA apud RODRIGUES, 2010, p. 46).

Após aguardar, por anos, a resposta de suas solicitações, e diante do fim do ministério de Pombal, em junho de 1779, a sóror escreve uma carta à Maria I, expondo a situação de penúria do *Recolhimento* e pedindo sua intervenção, “pelo que podemos observar na documentação analisada, a Instituição não conseguiu reaver seus bens, pois não consta em nenhuma referência, em datas posteriores, de posse ou venda das ditas fazendas” (RODRIGUES, 2010, p. 47).

Parte dos bens pertencentes aos jesuítas no Brasil foram vendidos em leilões públicos, outra doada a Dioceses e o restante incorporada ao patrimônio do Estado Português. As fazendas de Amaro Leite, entendidas como propriedades da Companhia de Jesus, foram

transferidas para o controle da metrópole e tiveram sua venda autorizada, por José de Almeida Vasconcellos, Barão de Mossâmedes, em agosto de 1773.²⁴

O episódio narrado, juntamente com a documentação investigada, não nos permite afirmar a antecedência da pecuária em relação à mineração no Sertão de Amaro Leite, mas podemos dizer que, no mínimo, as duas atividades (pecuária e mineração) aconteceram de forma simultânea, apesar das dificuldades impostas à criação de gado, devido às constantes represálias perpetradas pela população indígena²⁵. Conforme salienta Rocha (1998), a tributação estabelecida durante a mineração tornava os produtos de outras províncias muito caros em Goiás, fato este que, aliado à abundância de terras, fez da agricultura e da pecuária atividades lucrativas.

Muito provavelmente as fazendas jesuítas vieram a se somar a outras já existentes na região, motivadas pelas condições favoráveis à prática da pecuária e ao fato de a região estar cercada por importantes núcleos mineradores, os quais dariam rápida vazão à produção das fazendas.

Nos anos de 1730, revelam-se as riquezas das então chamadas minas do Tocantins: Traíras, Niquelândia, Água Quente, Santa Rita etc. No final da década, com a presença ou assistência do governador D. Luiz de Mascarenhas, abrem-se as minas do norte: Cavalcante, São Félix, Arraias, a vultosa mineração de Natividade e, para o Noroeste, o ouro interminável de Crixás, do turbulento Domingos Rodrigues do Prado, genro de Anhanguera. (BERTRAN, 2000, p. 97).

Não podendo esquecer, também, das minas de Pilar, descobertas em 1741 (ALENCASTRE, 1978, p. 108-109), que, em 1865, ainda se mantinham em atividade, apresentado a maior produção da Província (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 156). Ainda sobre as fazendas jesuítas, temos o comentário da pesquisadora Dulce Madalena Rios Pedroso (2006, p. 93):

Em 1760, já estavam destruídas várias fazendas de gado dos jesuítas, fixadas nas regiões dos rios Santa Teresa, Cana Brava e das Almas, no Sertão de Amaro Leite. A documentação histórica a respeito da presença de jesuítas em Goiás é restrita²⁶, porém, a história desses religiosos encontra-se na memória de alguns habitantes das cidades de Peixe, Gurupi e Mara Rosa.

²⁴ AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1761 [cópia digitalizada]. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/71897>. Acesso em: 21 fev. 2016.

²⁵ AHU_ACL_CU_008_Cx. 27, D. 1761 [cópia digitalizada]. Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/71897>. Acesso em: 21 fev. 2016.

²⁶ Moraes e Rabelo (1996, p. 29-31) chamam a atenção para a dificuldade de localização dos documentos manuscritos de Goiás, que se encontram dispersos em vários acervos, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais e Portugal. Os autores afirmam ainda que, “segundo Lena Castello Branco e Nancy Silva, existem também manuscritos de Goiás no Arquivo Histórico do Pará, em Belém, e no Arquivo Histórico do Maranhão, em São Luís” (MORAES; RABELO, 1996, p. 31).

Mesmo vulneráveis diante das investidas dos indígenas, as fazendas de criação foram fundamentais para a conformação da região, que desde muito cedo esteve envolvida com a produção pecuária.

Sobre a ocupação motivada pela mineração, encontramos informações em *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, obra organizada por Paulo Bertran (1996a, p. 53-54), que nos diz que, em 1739, o governador, D. Luís de Mascarenhas, promoveu várias expedições com o intuito de descobrir novas minas, entre as quais estava a expedição dos bandeirantes João da Veiga Bueno e Amaro Leite, que, com grande número de pessoas armadas, deveriam seguir para o sudoeste em busca do Rio Rico.

Os dois comandantes se desentenderam e, conforme Alencastre (1978, p. 78), João da Veiga Bueno retornou a Vila Boa, enquanto Amaro Leite e Alarcão continuaram suas buscas. Atingiram a margem do rio Maranhão e de lá seguiram para Vila Boa, fazendo o reconhecimento desse sertão que recebeu o nome de seu “descobridor”: Sertão de Amaro Leite (ALENCASTRE, 1978, p. 78). “No districto de Amaro Leite foi encontrada uma folheta de ouro pesando 90 marcos” (GOIÁS, 2001, p. 22), que foi enviada como presente a D. João V (ALENCASTRE, 1978, p. 69).

O Sertão de Amaro Leite abarcava uma grande extensão de terras (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 240) e alguns pequenos núcleos urbanos originados com a atividade de mineração, tais como Amaro Leite e Descoberto da Piedade, localizado entre as Comarcas do Norte e do Sul, espalhado na porção central da Província de Goiás, distribuído entre os julgados²⁷ de Pilar e Traíras,

limitado ao sul pela serra do Passatrez; ao poente pelas serras dos Bois, Genipapo, Jacaré, Boavista, Gregório, e pelo rio Canabrava; ao nascente pelo rio Maranhão desde a barra do rio das Almas, e depois pelo Tocantins até a do rio S. Thereza, fechando ao norte abaixo da povoação do Espírito Santo do Peixe. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, p. 240).

Devido a sua grande extensão e localização geográfica, era inevitável que os viajantes que percorriam os dois extremos da Capitania/Província de Goiás, no século XIX, passassem por ele ou em suas imediações (Figura 3), como fizeram Pohl, Cunha Mattos e Castelnau.

²⁷ “Julgado: Território de jurisdição de juizes municipais” (SAMPAIO, 2011, p. 221).

1.4.1 O descobridor de Goiás²⁸: Pohl (1817-1822)

O médico austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl foi o primeiro cientista a adentrar o território goiano. Bertran (2000, p. 204) assinala que “além de médico, o Dr. Pohl era um experimentado naturalista e, foi de longe o cientista mais viajor de Goiás e do Tocantins na primeira metade do século XIX”.

Chegou ao Brasil em 4 de novembro de 1817, integrando a expedição científica da Corte de Viena e acompanhando a comitiva nupcial de Dona Leopoldina. Permaneceu na corte, fazendo pequenas expedições a regiões próximas, até setembro de 1818, quando tem início a sua grande jornada, “seguindo a 6 desse mês de setembro para Goiás, passando por Barbacena, São João d'El-Rei, Paracatú, serra dos Cristais e Meia-Ponte, chegando a Vila-Boa no dia 23 de janeiro de 1819” (LEITÃO, 1941, p. 164-165).

As condições climáticas adversas, os insetos, as estradas ruins e os padecimentos físicos foram seus companheiros de viagem por Goiás, “e parece que morreu em consequência de febres que aqui adquiriu e que lhe abreviaram a vida” (BERTRAN, 2000, p. 204); por quatro anos permaneceu no Brasil, e, destes, um ano e meio, aproximadamente, na Província de Goiás. Excursionou sozinho pelo interior, como nos relata a seguir:

[...] havíamos nos convencido de que uma viagem em conjunto no interior do País seria menos produtiva para as nossas observações e coleções do que viagens isoladas, em que cada qual, segundo o seu destino, tomaria a sua rota, pois no primeiro caso, juntos uns com os outros, seria grande o número de animais necessários para o transporte e difícil a hospedagem numa região ainda inculta. (POHL, 1976, p. 13).

Pode ser considerado o descobridor de Goiás por ser o primeiro a descrever sua riqueza mineral e florística, mesmo que, para Leitão (1941, p. 165), “em Pohl, o geólogo estava longe de equivaler ao botânico”. De suas andanças, Pohl nos legou as memórias de sua viagem ao Brasil, *Reise In Innern Brasilien*, publicadas em dois volumes em Viena, em 1823 e 1837, acompanhado de um álbum de litogravuras, executadas a partir dos esboços de Thomas Ender. Sobre o livro, merece nota o fato de Pohl só ter revisado o primeiro volume dessa obra, visto que, em virtude de sua longa enfermidade, foi impedido de editar o segundo volume, mas o seu diário permitiu que se completasse a sua obra, cuja impressão foi ordenada pelo imperador austríaco (POHL, 1976, p. 167).

²⁸ BERTRAN, 2000.

O segundo volume é justamente o que traz a maior parte da viagem por Goiás. Não houve tempo para que o autor executasse uma reconstrução do texto, conforme observa Naxara (2004, p. 146), é na organização do texto definitivo que o autor o submete a “[...] um outro crivo em que se imiscuem e alternam as notas, a memória e a sua organização a partir dos cânones artísticos e literários, assim como do lugar que vir a ocupar na cultura mais ampla”, dando ao texto a tão necessária “neutralidade científica”.

No caso de Pohl, não houve a retomada pelo autor e, por isso, a edição apresentada recebeu algumas críticas na época: “Pohl faleceu em 1834, antes da impressão do segundo volume de sua **Reise** em 1837 [...] revisto por pessoa inábil, saiu inçado de incorreções, principalmente quanto aos nomes do país” (GARCIA, 1922, p. 887 apud CORRÊA, 1997, p. 212, negrito no original). Esse fato, conforme Corrêa (1997, p. 122), é confirmado por Taunay, em três artigos sobre a obra, escritos para o *Jornal do Comércio*. Claro está que isso não inviabiliza a obra, mas, se a leitura desses cientistas estrangeiros requer cuidados, no caso de Pohl, principalmente a segunda parte do relato, deve ser uma leitura ainda mais acurada, levando em conta que os acontecimentos são narrados no calor do momento, uma descrição sensorial, o que os olhos viam e seu corpo, cansado e doente, sentia.

A viagem às regiões mais distantes da capitania era algo já bastante esperado por Pohl, que se preparou longamente para ela, “[...] comecei, em 22 de abril de 1819, essa viagem que a tantos respeitos se prefigurava atraente e promissora. [...] Além disso eu tomara cuidadosamente todas as providências para evitar ser detido no caminho [...]” (POHL, 1976, p. 169).

Ao seguir em direção ao norte da capitania, o médico se depara com lavras abandonadas, casebres ameaçando ruir, estradas ruins, falta de alimentação para os animais de carga, população reduzida e dispersa (POHL, 1976, p. 170-174), e, ainda, condições climáticas adversas: “fomos perturbados pela inclemência das chuvas; agora nos atormentava a companhia do calor seco, [...] embora apenas cinco dias tivessem decorridos [...] desde a tempestade do dia 24. Já começava a murchar a vegetação dos campos” (POHL, 1976, p. 178).

Mas Pohl também seria incomodado por mosquitos e carrapatos, enquanto seu estado de saúde se tornava cada vez mais debilitado. Em alguns momentos, há um nítido encantamento pela paisagem: “[...] surpreendeu-me agradavelmente encontrar a bela *Manihot peltata* em grande quantidade, germinando viçosamente em terreno pedregoso” (POHL, 1976, 190); e o estranhamento frente aos indígenas e seus costumes: “[...] eu não me sentia bem entre as figuras desnudas de tantos aborígenes” (POHL, 1976, p. 180).

Em outros momentos fica evidente, na visão do estrangeiro, a sua suposta superioridade, que não permitia reconhecer atributos humanos em sua comitiva, composta por negros, índios e mestiços: “A minha gente mostrou-se inconsolável ao ver-me nesse estado [doente], nos ermos, longe de qualquer auxílio humano” (POHL, 1976, p. 183).

A viagem do austríaco contorna o Sertão de Amaro Leite, suas interseções nos julgados de Pilar, Aldeia do Carretão, Traíras e o rio Maranhão: “aqui poderíamos enriquecer nossa coleção botânica; os campos secos e colinas estavam cobertos de milhões de Velosiáceas, cássias, mimosas, begônias e Euforbiáceas, que medravam luxuriosamente” (POHL, 1976, p. 190). No relato há uma descrição minuciosa da variada flora que encontra ao longo do percurso e que proporciona ao viajante abundante coleta de espécimes da flora campestre do cerrado, como provam as inúmeras vezes em que teve o viajante de interromper a marcha para providenciar novas caixas ou despachar a recém-coletada coleção botânica, para, assim, diminuir a carga a ser transportada por sua tropa (POHL, 1976, p. 193-205). Por vezes, Pohl descreve o sertão como enfadonho: “o nosso caminho levava de novo através de monótonos campos secos [...] apenas raramente um filho de Flora nos chamava a atenção; em geral tudo era monótono e desinteressante” (POHL, 1976, p. 178).

Em Traíras, região intersticial do Sertão de Amaro Leite, Pohl se escandaliza com a “imoralidade” da população e com como brancos, mulatos e negros se misturam “numa algazarra caótica e indescritível” por ocasião das festas, ou naturalmente gerando os filhos ilegítimos. Ainda, conforme Pohl (1976, p. 194-204), a infidelidade era habitual entre os homens, como também o ciúme que sentiam por suas mulheres: “Conservam-nas tão guardadas [as mulheres], que justificam o dito proverbial: “A mulher só deve ser levada à igreja três vezes em sua vida: para o batizado, para o casamento e para o enterro” (POHL, 1976, p. 194, aspas no original).

Seu conhecimento do Sertão de Amaro Leite se dá pelas bordas, conforme Figura 4, sem cruzá-lo, pois, conforme Pohl (1976, p. 211): “Por ocasião da minha estada aqui, aquelas regiões [do Sertão de Amaro Leite] eram inacessíveis aos viajantes por causa dos perigos apresentados pelas tribos de índios selvagens que ali habitavam, especialmente os canoeiros, temidos pela sua selvageria e crueldade”.

No entanto, suas andanças permitiram que ele fizesse observações quanto à fauna, flora, mineralogia, geografia e também impressões e análises a respeito dos homens com os quais cruzou, seus costumes, medos, crenças, doenças e a preguiça que, segundo Pohl, era um mal do brasileiro de forma geral. “Quanto aos brancos e aos mulatos livres, por hereditária preguiça, nada os leva a se mexer, a pôr a mão em qualquer trabalho que demande algum esforço. Preferem passar fome. Faltam negros escravos e qualquer serviço só dificilmente pode ser feito” (POHL, 1976, p. 175).

Chama a atenção do europeu a evidente precariedade da região, que atinge até mesmo as igrejas, com a falta de vinho (POHL, 1976, p. 175) e velas para as celebrações dos serviços religiosos:

A festa do Corpo de Deus não é celebrada neste arraial [Traíras]. Atribuem isso à falta de velas de cera, que são trazidas da Europa para o Rio de Janeiro e dali levadas para o interior do país, o que conseqüentemente torna o seu preço exorbitante para esta gente tão pobre. (POHL, 1976, p. 205).

Outro aspecto ressaltado por Pohl diz respeito à carência alimentar, que provoca a morte de animais e pessoas: “[...] no ano da minha chegada, morreram muitas pessoas de fome por ter sido escassa a colheita. Então, todo o gado também foi aniquilado; [...]” (POHL, 1976, p. 187).

O estranhamento ante o sertão, realidade nova para esse viajante, faz com que ele enxergue decadência por todos os lados, nas vilas cheias de taperas e no fato da maioria da população viver nas roças, procurando a cidade normalmente na época das festas religiosas (POHL, 1976, p. 175), como podemos ver na citação a seguir:

Aqui também é costume passarem os habitantes da povoação a maior parte do tempo em suas fazendas ou engenhos. Vêm à aldeia somente no tempo das grandes festas religiosas, para se mostrarem com toda a pompa que ainda permite o seu empobrecimento. Com o decréscimo da produção do ouro, aumentou cada vez mais a penúria. (POHL, 1976, p. 194).

Durante sua estadia em São Félix, povoado situado próximo ao Sertão de Amaro Leite, foi testemunha da organização de uma campanha: “Durante a minha estada o arraial inteiro estava em alarma e sob inquietação. Preparava-se uma bandeira (ou expedição) contra as tribos de índios selvagens que habitam a margem oposta do piscoso Rio Maranhão, os temidos canoeiros” (POHL, 1976, p. 213). Sobre esses indígenas, Pohl se manifesta:

Eles formam uma das tribos mais numerosas, selvagens e cruéis; são de robusta constituição física, belicosos, implacáveis, obstinados na realização de seus intentos. Não têm clemência. [...] Na crueldade e sede de sangue, não ficam atrás as mulheres, antes muita vezes excedem os homens. Quando podem, roubam o gado; comem carne de cavalo e de burro e apreciam muito esse alimento. [...] Levam para a luta grandes cães, que participam do combate e, com sua fúria e seus ladridos, aumentam o horror de um ataque dessas hordas. Tiram o nome (canoeiros) das canoas que usam [...]. Vivem nas matas próximas dos rios Maranhão, Paraná [*sic.*] e Manuel Alves e da Barra do Palma, onde têm suas aldeias. Dominam além do Rio Maranhão, a oeste, os descampados até Amaro Leite e Piedade, onde muito perturbam os moradores. Os colonos brasileiros descrevem as terras desses índios como muito férteis e auríferas. (POHL, 1976, p. 213).

A guerra aos índios, e, mais precisamente, aos Avá-Canoeiro, era capaz de provocar a união de esforços, como foi o caso das vilas de Traíras e São Felix, que partiram em socorro ao Sertão de Amaro Leite, que tinha suas terras disputadas por brancos e índios:

Com olhos cúpidos, encaram esses colonos as posses dos índios em geral, e de sua apropriação esperam abundantes riquezas. Ouvem-se constantemente reclamações de que os índios, [...] possuem as melhores terras e devem ser aniquilados e que o Rei deveria enviar auxílio para a exterminação desses bichos (é este o nome que dão aos pobres índios). (POHL, 1976, p. 213).

Interessante o contraste produzido pelo viajante. Em determinado momento, ressalta a ferocidade e incivilidade do gentio Avá-Canoeiro, reproduzindo um discurso muito comum ao período, motivado por sua interação com os habitantes, porém, ainda assim foi capaz de justificar sua ferocidade, diante dos colonos, como ato de legítima defesa diante dos ataques e da invasão de suas terras:

Não é de se admirar, portanto, que os pobres selvagens tomem igualmente providências para a sua segurança e que pretendam aniquilar os seus adversários ou, pelo menos, conservá-los amedrontados e assustados. Esse é o caso especialmente dos canoeiros, limitado a leste e a oeste pelos colonos que às vezes dão vazão ao seu ódio e inveja dos índios e até tentam escravizá-los. Não fossem tão cruéis em suas ações os canoeiros, não perdoando qualquer cristão, e há muito tempo estariam exterminados, desalojados ou escravizados. (POHL, 1976, p. 213).

E esta é a principal descrição feita sobre o Sertão de Amaro Leite por Pohl (1976, p. 211-215): solo rico, “infestado por índios”, mas, principalmente, território de confrontos constantes entre os colonos e os indígenas, uma região marcada pelo medo, o que, por outro lado, fomentava o ódio e motivava novos confrontos.

1.4.2 Um português de quatro costados em Goiás: Cunha Mattos

Entre aqueles que estiveram na Província de Goiás nas primeiras décadas do século XIX, e produziram um relato importante, encontra-se Raymundo José da Cunha Mattos. Designado para o cargo de Governador de Armas, chega a Goiás no dia 28 de maio de 1823, uma quarta feira (CUNHA MATTOS, 1836, v. 1, p. 101). Nas palavras de Bertran (2000, p. 214), a sua apresentação:

[...], português de quatro costados²⁹, nascido em Faros, desde os 14 anos de idade servira como soldado em São Tomé da África, onde viveu 19 anos, cuja experiência nos legou um formidável **Compendio Histórico das Possessões de Portugal na África**, [...] Escreveu uma extensa **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais** e uma resumida **Corografia Histórica da Província de Goiás**, onde, a partir de 1823, assumiu o cargo de Comandante das Armas, tanto as militares quanto as civis, para defender o Império contra os insurgentes portugueses do Maranhão, contrários à Independência. (grifos no original).

Permaneceu na Província, que considerava “immensa, malsã, escassa de alimentos, e despovoada” (CUNHA MATTOS, 1875, p. 56), até o ano de 1826, quando concluiu o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*, publicado em 1836. Essa obra contém os relatos de suas viagens do Rio de Janeiro até a Província de Goiás e também as marchas empreendidas, por ele, dentro da Província, além de numerosos itinerários coletados sob a sua supervisão. Uma espécie de diário de viagem, com datas e horários de saídas e chegadas aos pontos de pouso, além de outros itinerários sobre os quais o autor esclarece:

Havendo eu nos escriptos precedentes mostrado os Itinerarios da Provincia de Goiaz taes quaes forão no terreno por mim pessoalmente arranjados [...] lembro-me que farei serviço aos amantes da Geographia, e ás pessoas que tiverem de fazer jornadas pelas terras de Goiaz, escrevendo os Itinerarios que organizei á vista dos apontamentos feitos por vários Officiaes com quem servi, e forão por mim encarregados dessa diligencia, os quaes apontamentos, segundo outras informações obtidas, merecem o cunho de verdadeiros. (CUNHA MATTOS, 1836, p. 85, v. 2).

O fato de viajar à noite causava grande estranhamento em seus comandados, mas, conforme Bertran (2000, p. 212), traria suas vantagens: “viajar à noite, no entanto, era sábia precaução desse militar – tinha 43 anos ao chegar a Goiás, em 1823 – poupando suas tropas do sol abrasador e dos mosquitos diversos transmissores de moléstias que, justamente atacam à noite, período em que o balanço das montarias defenderia os cavaleiros”.

²⁹ “Na geração, se diz os quatro costados para significar os dous avòs, de sorte que cada huma destas pessoas se diz hum costado” (PINTO, 1832, s.p.), um português “puro”.

As obras de Cunha Mattos podem ser inseridas no movimento denominado por Michèle Duchet (1995 apud KURY, 2004, p. 111) de “rede internacional de informantes de *philosophes* durante o século XVIII: viajantes, funcionários da administração estatal, militares, comerciantes. Ou seja, [...] colonialismo e Iluminismo fazem parte do mesmo movimento histórico”, movimento este que em Portugal estava associado à Academia de Ciências de Lisboa, que na virada do século XVIII para o XIX, passa a incentivar o conhecimento sobre a natureza do Império, “[...] dentro do espírito das luzes, objetivaram, além da ampliação dos conhecimentos de história natural, perspectivas utilitárias, para explorar as riquezas naturais potenciais do Brasil [e de outras colônias], tendo em vista a sustentação econômica de um projetado Império [...]” (NAXARA, 2004, p. 141).

Sua experiência como militar foi reconhecida em campanhas na Europa, África e América, quando da repressão à Revolução Pernambucana (1817), o que lhe possibilitou galgar diversas patentes. Seu relato é peculiar, efetuado por um militar, mas também um intelectual ligado ao Império, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Na Província de Goiás, Cunha Mattos percorreu um longo caminho até a Cidade de Goiás e dela seguiu com destino à Comarca do Norte, se fixou em Traíras, por sua centralidade, posição estratégica para intervir em questões importantes, como a separação que os “nortenses” desejavam fazer na Província, tornando independente a Comarca de São João de Duas Barras (CUNHA MATTOS, 1836, p. 105, v. 2); e a ameaça portuguesa: “recebi a portaria da secretaria de Estado dos negócios da Guerra datada de 10 de junho de 1824 em que se me participavam as intenções hostis do Governo de Portugal contra o Império do Brasil” (CUNHA MATTOS, 1874, p. 218).

Sobre sua *Chorographia Historica*, o autor (1874, p. 216-217) nos diz que: “[...] Difficultosa empreza é escrever na província de Goyaz aquelle que não viaja; e perigosíssima tarefa é a de escrever na mesma província aquelle que vai viajando, com intenção de se informar”. Assim esse estrangeiro enxerga a Província de Goiás: um grande sertão, em muitas partes entregue à barbárie. Essa obra foi manuscrita em 1824, mas só veio a lume após a morte de seu autor, em 1874³⁰, em forma de artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).

³⁰ Conforme nota que acompanha a publicação, os manuscritos foram cedidos ao IHGB pela viúva de Cunha Mattos (1874, p. 213).

Estradas sem nenhuma conservação, casas arruinadas, um quadro de total desolação é descrito por Cunha Mattos em seus primeiros passos pela Província, presentes no *Itinerários*, que atinge, inclusive, a família de Bartolomeu Bueno, o descobridor das minas de Goiás:

Qual foi a minha magoa vendo o Príncipe da nobreza, o Príncipe da mocidade Goianna com hum remo na mão conduzindo huma pequena canôa! Qual foi o meu desgosto vendo duas senhoras, suas irmãs, abandonadas e entregues unicamente á sua virtude, na margem do Corumbá, sofrendo todas as privações, ausentes de seu pai o Coronel Bueno, que há 14 annos está vivendo em S. Paulo! [...] Assim vivem os descendentes do ramo principal dos Anhangueras! (CUNHA MATTOS, 1836, p. 114, v. 1).

Em sua passagem, Cunha Mattos, como outros viajantes, não conseguiu perceber o que existia ou que se estava sendo criado, mas diagnosticou o que faltava na Comarca do Sul, ausência esta que pode muito bem ser estendida para toda a análise da Província, uma vez que na Comarca do Norte se depara com as mesmas “faltas”:

Falta um poderoso braço que tire o povo da apathia que se conserva: falta reestabelecer e restaurar a fé nos comerciantes; falta obrigar os homens aos trabalhos da agricultura; falta compellil-os a empregarem-se na navegação; falta dar nova vida ás construccões de grandes barcas chatas mui diferentes, e com aparelhos diversos d’aquelles de que usavam nas passagens perigosas dos rios, falta consertar e desobstruir as estradas, e abrir outras mais direitas e mais commodas; falta reformar as pontes agora arruinadas, e as que antigamente existiam; falta dar prêmios aos maiores exportadores, e tirar todos os embaraços aos importadores; falta abolir o direito do quinto, acabar com as alfandegas, ou registros internos; repelir os índios ferozes; estabelecer postos militares; fortes sobre os rios; abrir alguns canaes mui praticáveis aos lados das cachoeiras; quebrar as pedras em algumas entaipavas; em conclusão falta quase tudo para dar algum vigor ao commercio da comarca de Goyaz; mas os elementos existem no [*sic*] província: nada se carece de fora d’ella; nada é impossível, uma vez que possível fôr ressuscitar ou criar algum patriotismo no coração dos governantes e dos governados. (CUNHA MATTOS, 1874, p. 279).

Para Cunha Mattos, a grandeza do Sertão era inviabilizada pelas hostilidades dos indígenas e pela preguiça de seus habitantes:

O território de Amaro Leite se tivesse moradores amantes do trabalho, podia dar mantimentos de toda a qualidade para a sustentação dos habitantes da província de Goyaz: os porcos chegam até um volume enorme, sem nunca verem milho: o terreno está cheio de minhocas (vermes) mui grossas, que servem de alimento aquelles vorazes animaes. (CUNHA MATOS, 1875, p. 13).

O que para Cunha Mattos era considerado indícios da preguiça dos habitantes do Sertão de Amaro Leite muito provavelmente era uma reação da população à pesada carga tributária, presente na primeira metade do século XIX, que deveria ser paga exclusivamente

em dinheiro, o que esbarrava em outro inconveniente: a pouca circulação de moedas na Província (OLIVEIRA, 2011, p. 612-614).

A respeito do Sertão de Amaro Leite, o Brigadeiro afirma que está “infestado dos ferozes índios canoieiros” e que eles “habitam as matas do Rio Maranhão, tem causado estragos horrorosos nas fazendas do Sertão de Amaro Leite” (CUNHA MATTOS, 1836, p. 115, v. 2), atacando e destruindo várias propriedades de pecuaristas, interrompendo a comunicação ao longo da estrada do sertão. Sobre a estrada a citação é longa, mas significativa:

Este caminho, posto que mais breve, [...] está sujeito a insultos dos Índios Canoieiros, e he muito falto de moradores: faltão casas, e muitas vezes torna-se indispensável dormir no campo a céu descoberto, por se acharem os ranchos queimados ou destruídos pelo fogo, vento, ou Índios selvagens. Por aqui não há meios de subsistência para muitas pessoas: todavia qualquer corpo de tropas de Cavallo ou de pé, que tenha que marchar em direitura ao Porto Real, deve preferir a estrada de Amaro Leite. Se tiver bestas para a condução de farinha desde o Arraial da Piedade até ao Pontal. Gado não falta nas fazendas do sertão [...]. A diferença da distância ou da marcha de Goiaz ao Porto Real pela estrada de Amaro Leite, e a que segue pelos arraiais de Trahiras [feito por Pohl], etc., monta a 44 legoas a favor da primeira, o que póde reputar 9 marchas [dias de viagem] fortes para a tropa e o gado. (CUNHA MATTOS, 1836, p. 118-119, v. 2).

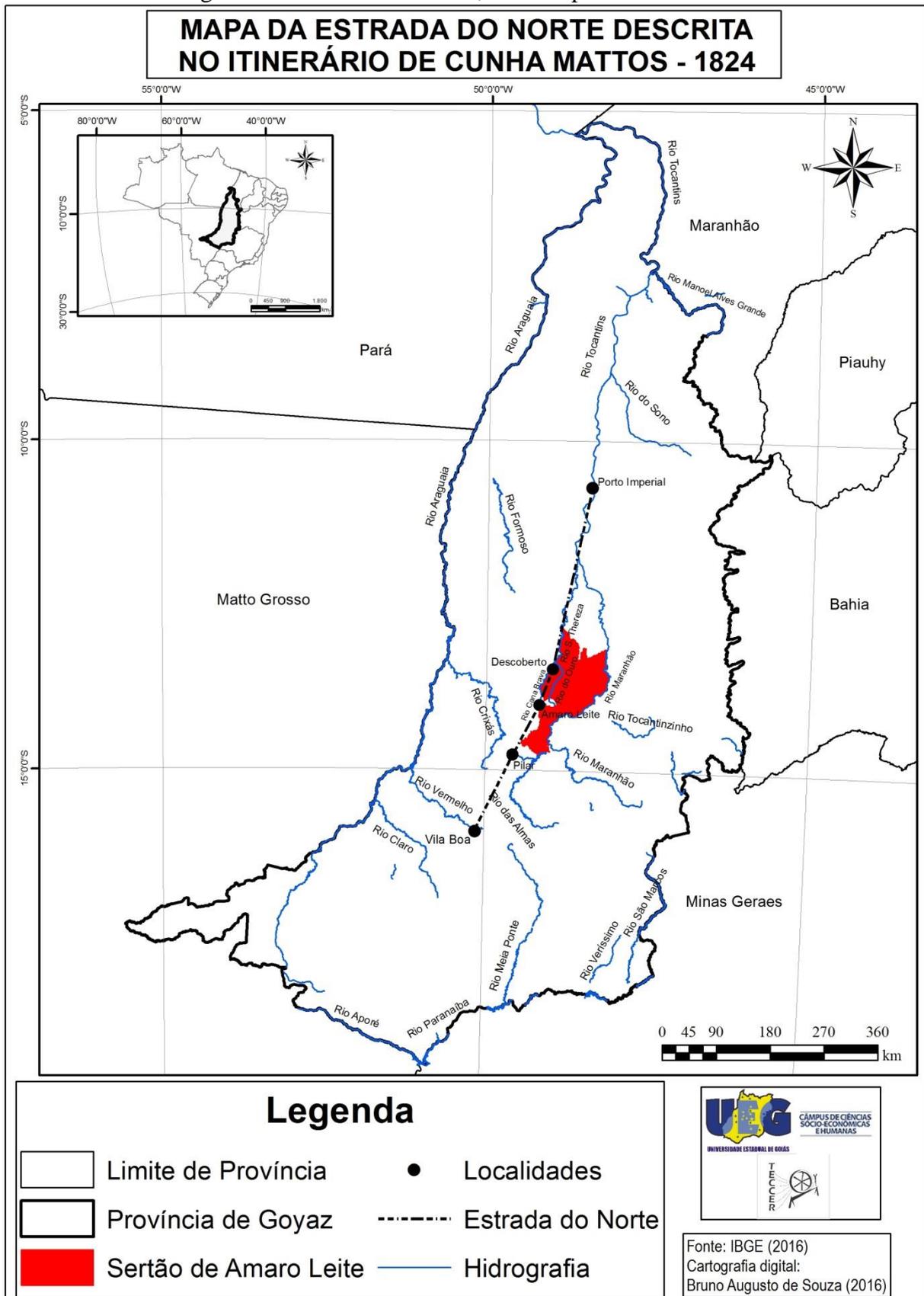
Para Cunha Mattos, o Sertão tinha todas as qualidades necessárias para se tornar grande produtor de alimentos, solos férteis e águas em abundância, além de possibilitar a integração do comércio na Província, ligando as comarcas do Sul e do Norte³¹ pelos rios, que seriam utilizados como rotas de comércio, mediante a execução de algumas obras (CUNHA MATTOS, 1874, p. 282-283), e da estrada de Pilar a Porto Real (posteriormente Porto Imperial e atual Porto Nacional), que pode ser observada na Figura 5 adiante.

Chama a atenção de Cunha Mattos a situação dos núcleos urbanos Amaro Leite e Descoberto da Piedade. Em relação ao primeiro, afirma: “[...] tem 36 casas de telhas e quatro de capim. A igreja de Santo Antônio com 3 altares; é pobre. Ha aqui uma companhia de infantaria de pardos, e outra de ordenanças. [...]; e o seu districto é muito bom para criar gado de todas as qualidades. [...]” (CUNHA MATOS, 1874, p. 341).

Sobre o Descoberto da Piedade, registra que “fica a doze léguas distante de Amaro Leite ao rumo do noroeste. Tem 37 casas humildes, e uma d’ellas serve de oratorio. O terreno é rico em metaes e pastos, mas as hostilidades dos índios *Carijós* ou *Canoieiros* os tem feito decahir de sua antiga prosperidade” (CUNHA MATOS, 1874, p. 341, itálico no original).

³¹ Comarca do Norte, criada pelo Alvará de 18 de maio de 1809 (MASCARENHAS, 1885, p. 63).

Figura 5 – A Estrada do Norte, descrita por Cunha Mattos



Fonte: Cunha Mattos (1836, p. 114-119, v. 2).

Conforme Cunha Mattos (1875, p. 13), a hostilidade indígena era a responsável pelo abandono de fazendas e pelo despovoamento da região, que, à época de sua viagem, contava com um total de 856 habitantes. Entretanto, afirma também que os povos indígenas da Província, de forma geral, estavam diminuindo e tendiam ao desaparecimento:

Varias tribus que povoavam a provincia de Goyaz tem-se extinguido, e é mui provável que todas ellas desapareçam, ou seja pelos efeitos de guerra se lhes faça, ou seja contagio que adquiram. Os trabalhos pesados, as bexigas, o sarampo, deram fim á vida de immensos índios; e certamente agora não existe a centesima parte do numero de aborígenes, que há um século povoavam a província [...]. (CUNHA MATOS, 1875, p. 79).

Obviamente, Cunha Mattos não lamentava ou criticava a extinção dos indígenas, pois ele próprio pretendia, em um futuro próximo, fazer uma entrada, com 250 homens, para conter o avanço dos “selvagens” (1836, p. 9-17, v. 2) sobre o Sertão de Amaro Leite. Contudo, ele esperava contar, para a “pacificação” dos Avá-Canoeiro, com o reforço dos Kayapó (aldeados em São José de Mossâmedes). As práticas de “pacificação” do período se davam pela imposição da paz mediante a guerra, utilizando, para isso, os indígenas aldeados.

De um modo geral, a visão de Cunha Mattos apresenta similaridades com a de Pohl, especialmente o julgamento dos habitantes e a numerosa presença indígena, porém, Pohl, percebia a ferocidade dos Avá-Canoeiro como derivada do instinto de defesa e sobrevivência, enquanto para Cunha Mattos – frente ao empecilho imposto pelos Avá-Canoeiro e a sua recusa à “civilização” – restava a guerra. Ele avança quando percebe, no Sertão de Amaro Leite, o seu potencial integrador, ao diminuir a distância entre o norte e o sul da Província, um meio eficaz para consolidar a posse sobre todas as regiões desta. Alguns anos depois, outro estrangeiro, Castelnau, percorreria a estrada descrita por Cunha Mattos.

1.4.3 Um nobre no sertão: Francis Louis de la Porte, conde de Castelnau (1844)

O Conde de Castelnau (1810-1880) era já um zoólogo reconhecido por seus feitos quando chefiou a expedição enviada ao Brasil pelo governo francês, tendo aqui chegado em 1843. Sua expedição percorreu Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de regiões da Bolívia. Explorou os rios Tocantins e Araguaia. Conforme Leitão (1941, p. 168), sua expedição frustrou as expectativas quanto ao conhecimento geológico do Brasil.

Quando chegaram ao Brasil, Castelnau e os demais membros de sua expedição ficaram no Rio de Janeiro por mais de dois meses. Após esse período, rumaram para Minas

Gerais e dali para o território goiano. Chega à capital da Província em abril, para logo cumprir o seu principal desafio em terras goianas: seguir o percurso dos rios, Araguaia e Tocantins, e retornar à cidade de Goiás, considerada por Castelnau como uma das mais belas do Brasil (LEITÃO, 1941, p. 235). Assim, Castelnau descreve sua aventura, no prefácio³² de sua narrativa de viagem: “Chegados a Goiás, descemos o Araguaia que era quase desconhecido, e voltamos pelo Tocantins, que logo deixamos, para atravessar imensos desertos, habitados somente pelos canibais Chavantes e pelos Caoeiros [*sic*], ainda mais cruéis [...]” (CASTELNAU apud LEITÃO, 1941, p. 234).

O foco principal da expedição eram as áreas banhadas pelos rios Araguaia, Tocantins e Paraguai, com o objetivo de estudar a bacia amazônica, que poderia se tornar a porta de entrada e saída para o comércio do interior do continente (COSTA, 2013, p. 73-75).

Para a efetivação desse plano, o governo francês enviou a expedição, que deveria “reconhecer e descrever os territórios localizados entre a linha do Equador e o Trópico de Capricórnio, vale dizer, para estudar partes do território do Império Brasileiro e das repúblicas da Bolívia e do Peru” (COSTA, 2013, p. 73).

O governo francês tinha conhecimento, pelas crônicas coloniais do século XVIII, da possibilidade dos cursos dos rios Araguaia e Tocantins servirem de caminhos para ligar o centro do país, e da América do Sul, ao rio Amazonas e, mesmo sabendo das dificuldades que encontrariam nos trechos encachoeirados e no contato com os indígenas, a expedição visava reunir informações sobre a viabilidade de manter um tráfego comercial por essa rota (COSTA, 2013, p. 75). Essa expedição deveria realizar um amplo levantamento, “[...] fazer um completo e minucioso diagnóstico dos cursos dos rios, dos seus entornos e dos seus habitantes, e assim proceder a um diagnóstico sobre a melhor maneira de explorá-los” (COSTA, 2013, p. 75).

Portanto, os objetivos da expedição se encontravam no norte de Goiás, “de muito eu vinha projetando explorar o norte da província [*sic*] de Goiás, região desconhecida ainda dos geógrafos e naturalistas” (CASTELNAU, 2000, p. 141). No entanto, o que despertava o interesse do francês não era apenas o fato de ser uma área desconhecida, mas, principalmente, a proximidade com o curso dos rios Araguaia e Tocantins, conforme a citação a seguir:

³² “No Brasil a narrativa de Castelnau é muito citada, mas os 15 tomos de suas obras são pouco conhecidos e estudados. Quase sempre se utilizam os tomos que foram traduzidos por Olivério M. de Oliveira Pinto e publicados em 1949 com o título de *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, que trata apenas [da] viagem pelo Brasil. Esse texto foi republicado em 2000 pela editora Itatiaia. Estas edições, embora tragam uma tradução primorosa, excluíram o capítulo introdutório. Isto as empobreceu sobremaneira; é na introdução que Castelnau explicita os objetivos e faz comentários gerais da sua grande obra” (COSTA, 2013, p. 74).

Meu projeto consistia em reabrir o Araguaia à navegação, [...]; em subir depois o Tocantins, [...]. Uma vez no ponto terminal do trecho navegável do Tocantins, dois caminhos se me ofereciam; um, mais longo, com a vantagem porém de passar pelas povoações existentes nas margens do rio, o outro, mais curto, porém através da imensa região desabitada que fica entre os dois grandes rios citados há pouco. A última, que nos levaria a atravessar a zona ocupada pelas hordas hostis dos Xerentes, dos Xavantes e dos Canoeiros, foi a que preferi. (CASTELNAU, 2000, p. 141).

Ao mesmo tempo em que Castelnau afirma que o caminho mais curto é o que passava pela “imensa região desabitada” entre os dois grandes rios, nos diz que essa mesma área é ocupada por povos indígenas.

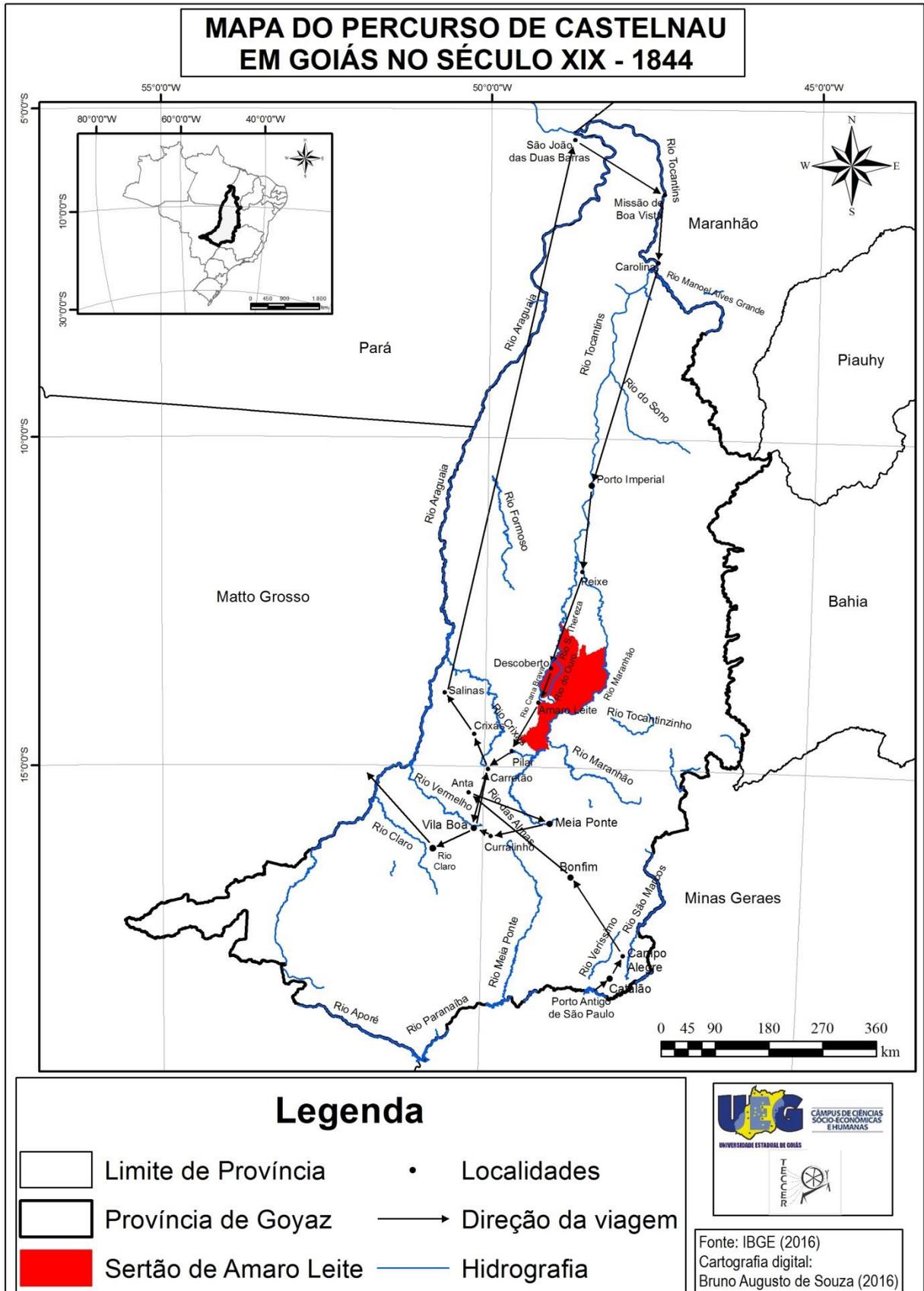
A escolha pelo segundo caminho, mais curto, porém perigoso, se inscreve na intenção de conhecer uma “região desconhecida ainda dos geógrafos e naturalistas”, lembrando que o caminho mais longo percorre regiões onde anteriormente já haviam passado Pohl, Gardner, Cunha Mattos e Burchell, bem como proceder às investigações quanto ao potencial econômico da região, que era também do interesse da Província e, por isso, contava com o apoio do presidente, que disponibilizou os recursos dos quais dispunha para a execução da difícil empreitada (CASTELNAU, 2000, p. 141). Corroborando o pensamento anterior, assim nos diz Castelnau (2000, p. 144): “A viagem que íamos empreender poderia não só ser útil à ciência, como trazer também à província benefícios reais”.

Em alguns momentos da narrativa os objetivos de exploração econômica se tornam mais evidentes, “O botânico da expedição, depois de ter colecionado as plantas das cercanias de Salinas, passou ao estudo dos vegetais de importância econômica” (CASTELNAU, 2000, p. 160), bem como a utilização dos povos indígenas para o socorro às embarcações:

[...] estou convencido das disposições pacíficas desses índios [Xambioá]; hoje que consegui abrir ao comércio à navegação do Araguaia, eles poderão prestar grandes serviços aos futuros viajantes, fornecendo-lhes víveres e guiando-os no meio das cascatas. (CASTELNAU, 2000, p. 191).

O caminho por ele escolhido (Figura 6) se sobrepunha à divisa entre os Xavante e os Avá-Canoeiro, o que deixaria a expedição sempre vulnerável a ataques (CASTELNAU, 2000, p. 229).

Figura 6 – Mapa da Viagem de Francis Castelnau



Fonte: Chaul (1997 apud TEIXEIRA, 2013, p. 101) e Castelnau (2000).

Segundo Castelnau (2000, p. 245-246), “suas divisas [dos Avá-Canoeiro] com os xavantes parecem coincidirem com o caminho [mais curto, escolhido pela expedição] que vai de Porto Imperial a Goiás, passando por Peixe, Descoberto, Amaro Leite e Pilar”.

Em sua caminhada pelo Sertão de Amaro Leite, Castelnau nos traz ricas descrições da paisagem, demonstrando conhecimento e interesse na vegetação, principalmente nos frutos que poderiam ser utilizados na alimentação das futuras comitivas: “[...] era aí abundante o caju (*Anacardium occidentale*), a cagaiteira, o puçá, a jabuticaba do campo, [...]. Encontramos com muita frequência a mangabeira (*Hancornia speciosa*), cujo fruto açucarado só é bom depois que todo o leite se transformou num xarope transparente” (CASTELNAU, 2000, p. 230); e a descrição do pequi que, segundo o conde é, “[...] muito apreciado, apesar de termos achado de sabor pouco agradável” (CASTELNAU, 2000, p. 230).

A fauna chama a atenção pela abundância, observada na relativa facilidade com que os caçadores conseguiram abater os animais silvestres, para serem utilizados na alimentação do grupo: “[...] Diversos veados tinham sido já mortos pelos nossos caçadores, quando esbarramos subitamente com um bando de uma centena de porcos-do-mato, no fundo de uma profunda grotá” (CASTELNAU, 2000, p. 232).

Juntamente com os registros da flora e da fauna, também faz descrições do relevo, da topografia e da hidrografia. De acordo com Costa (2013, p. 78), as descrições feitas por Castelnau poucas vezes adquirem um caráter contemplativo, sendo mais duras e objetivas, percebendo a natureza por seu caráter utilitário. A autora (2013, p. 79) chama a atenção para um recurso comum na obra de viajantes do século XIX, a utilização da palavra *pitoresco* para descrever a paisagem, e, em suas palavras, “[...], seja para qualificar ou desqualificar lugares e situações, utilizaram [Castelnau e seu colega de expedição Weddell] o adjetivo pitoresco no sentido oitocentista, definindo as paisagens como amenas e variadas” (COSTA, 2013, p. 79).

Nos fragmentos que se seguem, percebemos como esse recurso é utilizado em vários momentos e também o pragmatismo com o qual o autor refere-se à natureza, concordando com as observações de Costa (2013), como notamos nas palavras de Castelnau (2000, p. 232): “[...] Afora isso, a paisagem era das mais pitorescas, como nos dias precedentes, e a caça abundante [...]”; ou “[...] A região que acabávamos de percorrer era das mais belas e de ordinário muito pitoresca a maneira pela qual os córregos [...] corriam nas suas virentes barrocas” (CASTELNAU, 2000, p. 235); e em diversos outros trechos ao longo de sua descrição do Sertão de Amaro Leite.

A narrativa legada por Castelnau é um relato elaborado *a posteriori*, por isso seu elevado grau de refinamento, conforme afirma Costa (2013, p. 76): “[...] o livro deste

naturalista, como os demais no gênero, é uma construção posterior que se baseia tanto nas informações colhidas em trânsito, como em material bibliográfico, fruto de consultas a obras e documentos realizadas tanto antes, como durante e depois da viagem”, com o intuito de atender às exigências de editores, leitores e financiadores que, nesse caso, era o próprio governo francês, mas que também provoca um encantamento no leitor pelo preciosismo de suas descrições:

Foi com indescritível alegria que encontramos neste trajeto lindos bosquetes de laranjeiras, carregadas de excelentes frutos, aos quais nos atiramos avidamente, para matar a ardente sede ocasionada pela soalheira excessiva. Entretanto, a estes legados de uma passada civilização, associavam-se os indícios de tristes acontecimentos, pois, mais de uma vez, encontramos ruínas de velhas moradias e de sítios, até agora enegrecidos pelos incêndios. Esqueletos mutilados ainda se achavam às vezes no meio daqueles destroços, indicando ao viajante que por ali havia passado a pesada borduna dos Canoeiros. (CASTELNAU, 2000, p. 232-233).

Os núcleos urbanos do “sertão deserto”, Amaro Leite e Descoberto, conforme Castelnau, fundados “pelos catadores de ouro”, também são objeto de sua descrição. Sobre a “miserável povoação” do Descoberto, observa que conta com “[...] umas quinze ou dezoito casas, habitadas por cerca de sessenta indivíduos” (CASTELNAU, 2000, p. 234); e Amaro Leite não se encontrava em melhor situação: “Habitam-no ainda uns cem moradores, todos atacados de bócio e distribuídos pelo que ainda resta das trinta casas a princípio existentes [...]” (CASTELNAU, 2000, p. 235-236).

Castelnau observa que a população tem diminuído, fato que atribui à inexistência de ouro e aos constantes ataques dos indígenas, que chegam às ruas dos povoados, e afirma que “[...] é mais do que provável que este miserável povoado [Amaro Leite] desaparecerá dentro de pouco tempo sob as flechas dos Canoeiros ou o tacape dos Xavantes”. É notória, para o viajante, a extrema pobreza em que viviam os habitantes do Sertão, cercados por doenças, má alimentação e índios.

Os três relatos de viagens, apesar de singulares em sua forma, estilo e objetivos (Pohl e Castelnau, de caráter científico; Cunha Mattos, militar e administrativo), nos permitem visualizar o Sertão de Amaro Leite na primeira metade do século XIX, a partir do movimento de “redescoberta” do Brasil, expresso na literatura de viagem característica do período.

Os três viajantes trazem algumas similaridades sobre o Sertão de Amaro Leite, como a extensão – muitas vezes expressa por “vasto sertão” – e o destaque dado à fertilidade das terras por Pohl e Cunha Mattos. Mesmo não percorrendo diretamente o Sertão de Amaro Leite, Pohl faz comentários sobre as características dos habitantes de uma região muito

próxima: a preguiça e a inveja dos homens, a imoralidade e a promiscuidade em que viviam brancos e negros. Para esse viajante, tudo causava estranhamento, como o fato de grande parte dos habitantes daquelas paragens viverem na zona rural, procurando as cidades apenas em períodos de festa, o que deixava as vilas quase desabitadas, tornando ainda mais lúgubre os lugares, nos quais predominavam, para ele, a ruína e a decadência, personificadas nas taperas com as quais se deparava nas fazendas ou nos arraiais, como espectros de um passado a assombrar o presente.

Cunha Mattos tem sua atenção despertada pela fertilidade das terras e pela preguiça dos homens. O militar destaca a prodigalidade da natureza, que fornece grande quantidade de alimentos, porcos enormes, lavouras rentáveis, *gado vacum* e cavalos abundantes, tudo quase sem a participação do homem, visto como um parasita da natureza. Destaca a produção de louças em Amaro Leite, “toscas³³ de barro de excelente qualidade” (CUNHA MATOS, 1875, p. 10), o barro (natureza) é bom, as louças (produção humana) sem qualidade, e essa é a síntese do sertanejo para esse autor. Quanto aos povos indígenas, para ele era um incômodo temporário, pois seriam assimilados ou dizimados por guerras ou doenças, tratando-se disso de uma questão de tempo.

Pohl e Cunha Mattos entendem como fruto da preguiça do sertanejo o pouco interesse pela produção de alimentos na Província de Goiás, e, entre os fatores que podem explicar essa situação, Magalhães (2014, p. 75) destaca as técnicas agrícolas rudimentares e a cobrança dos dízimos. O cálculo do dízimo era feito de forma arbitrária:

O cálculo sobre o montante que o roceiro deveria pagar era elaborado conforme a área cultivada, mas nem sempre os resultados condiziam com a realidade da produção obtida. O dízimo era arrecadado de três em três anos. A Real Fazenda não admitia seu pagamento em espécie, alegando não possuir meios de vender os produtos arrecadados. Assim, aos roceiros restavam duas opções: 1) ter seus bens confiscados por não conseguirem sanar suas dívidas; 2) limitar a produção ao consumo familiar. (MAGALHÃES, 2014, p. 198).

Para agravar ainda mais a situação, o pagamento dos dízimos deveria ser feito em dinheiro, o que leva a um paradoxo, conforme Oliveira (2011, p. 613), diante da escassez de moeda corrente: “havia pouco dinheiro em circulação, mas os trabalhadores teriam que pagar impostos e taxas em dinheiro vivo”. A essas dificuldades somava-se a distância dos centros consumidores e a precariedade das estradas para dar vazão a uma maior produção, restando, assim, a produção para a subsistência.

³³ Conforme verbete do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832, s.p.): “Tosco. Adj, Não polido, sem trabalho de artífice, Fig, Sem cultura grosseiro, Malfeito”.

Uma economia mercantil de subsistência, com pequena produção de excedentes para o mercado interno ou externo. Esse modelo de economia deixava toda a região sujeita a períodos de abundância e escassez:

[...] num ano em que a produção de mantimentos era elevada os preços tendiam a cair; desta forma, o agricultor, desmotivado reduzia a área cultivada. Em consequência há uma quebra na produção. Se neste ínterim ocorresse qualquer desequilíbrio na natureza, seja de ordem climatológica ou meteorológica, o período de escassez estava sujeito a um prolongamento, chegando mesmo a períodos de fome. (FUNES, 1986, p. 62).

Importante ressaltar que uma crise na produção agrícola não era facilmente contornada, no século XIX, com os instrumentos e as técnicas agrícolas disponíveis, pois nos anos de má colheita as sementes se tornam alimento para a população, o que significa, no mínimo, outros dois de privações.

Para Funes (1986), a primeira metade do século XIX se caracteriza por ser um momento de transição entre a mineração e a agropecuária. Mesmo que o ouro ainda continuasse a ser exportado, se tornava mais escasso, o que possibilitou um novo arranjo econômico, com a pecuária se firmando como importante atividade para a Província, relacionando-se diretamente com a dispersão da população pelo território goiano e o aumento do trabalhador livre, em substituição ao trabalho escravo. Esse fato se repetiu também nas regiões vizinhas ao Sertão de Amaro Leite.

Na Tabela 1, a seguir, podemos observar o movimento demográfico de toda a região na qual está inserido o Sertão de Amaro Leite. Os dados nela apresentados foram obtidos com base na soma da população de Traíras e Pilar. Nos documentos arrolados não foram encontrados dados da população do Sertão de Amaro Leite anteriores a 1824. Essa opção se deu em virtude do Sertão de Amaro Leite ser dividido por Pilar e Traíras (BERTRAN, 1998, p. 137) e ter sido ligado administrativamente, durante o período destacado, a Traíras, e, posteriormente, a Pilar: “Este julgado [Traíras] se estendia outrora pelo sertão de Amaro Leite o qual foi depois reunido ao distrito de Vila Nova do Pilar” (CASTELNAU, 2000, p. 286-287), em virtude da Lei Provincial n. 14, de 23 de julho de 1835³⁴, que criou o distrito de Amaro Leite, anexando-o ao município de Pilar. Para tanto serão excluídas as especificidades locais, considerando-se toda a região de forma uniforme.

³⁴ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=521690>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Tabela 1– População livre de Pilar e Traíras (1804-1848)

		1804 ³⁵	1825 ³⁶	%	1832 ³⁷	%	1848 ³⁸	%
	Total	50.447	61.855	22,61	68.497	10,74	79.339	15,83
Goiás	Livres	30.338	48.480	59,80	55.236	13,94	68.383	23,80
	Escravos	20.109	13.375	-33,49	13.261	-0,85	10.956	-17,38
Pilar E	Total	10.243	9.596	-6,32	11.257	17,31	7.412	-34,16
	Livres	6.172	7.134	15,59	8.783	23,11	6.294	-28,34
Traíras	Escravos	4.071	2.462	-39,52	2.474	0,49	1.118	-54,81

Fonte: Adaptada de Funes (1986, p. 108-111) e Biblioteca Nacional.

Entre 1804 e 1825, a Província de Goiás apresentou um crescimento populacional de 22,61%, um acréscimo de pouco mais de 1% ao ano. Esse crescimento se deu exclusivamente sobre a população livre, enquanto a população escrava sofreu uma queda de -33,49%. No mesmo período (1804-1825), a população de Pilar e Traíras sofre uma redução de -6,32%, mas apresenta um crescimento da população livre de 15,59%; a população escrava tem uma redução de -39,52%, superando os índices apresentados na Província. Essa redução da população, nos anos iniciais do século XIX, está diretamente relacionada à exaustão das minas, principalmente pela saída de escravos da região.

Entre 1825 e 1832, houve um aumento populacional em Pilar e Traíras em torno de 17,31%, superando o crescimento da Província, que havia sido de 10,74%. A população escrava sofreu pouca alteração (crescimento de 0,49%), perfazendo um total de 2.474 indivíduos (representando 22% da população total); a população livre cresceu 23,11%.

Esse aumento populacional se deu de forma mais acentuada em Pilar (que teve sua população livre aumentada em cerca de 95%, passando dos 2.418, em 1825, para 4.024 indivíduos, em 1832. A população escrava aumentou em torno de 6%, passando de 969, em 1825, para 1.033 indivíduos, em 1832; com predominância do sexo masculino, tanto entre livres quanto entre escravos. Conforme Cunha Mattos (1979, p. 39), os habitantes de Pilar são “lavradores e mineiros”, característico de uma economia de transição.

Em 1848, a Província apresentou índices de crescimento em torno de 15,83%. Em Pilar e Traíras há uma retração da ordem de -34,16%, fato que pode ser explicado pela diminuição considerável da produção de ouro, pela ausência de novos descobertos, pelas dificuldades de extração do minério em virtude das técnicas rudimentares aplicadas, pela

³⁵ Funes (1986, p. 108).

³⁶ Funes (1986, p. 111).

³⁷ B. N. (Seção de Manuscritos) – Mapas da População Goiana – 1832 – Cod. 808 – v. 1 [cópia digitalizada].

³⁸ B. N. (Seção de Manuscritos)– Mappa estatístico da população da Província de Goiaz. Cod. 808. v. 1 [cópia digitalizada].

desocupação das fazendas, motivada pela reação indígena, e pela criação do Município de São José do Tocantins, em 1835, ao qual Traíras foi posteriormente anexado como distrito.

O esvaziamento de Traíras, chamada, por Paulo Bertran (1986, p. 137), de “diáspora trairana”, se dá por questões políticas e econômicas, mas também em virtude da ação indígena. Nesse período, grande número de famílias se estabelece em outras localidades da Província, como no Mato Grosso Goiano e no Descoberto (BERTRAN, 1998, p. 137). Dulce Madalena Rios Pedroso (2004) também identifica migrações de Pilar e Traíras, na primeira metade do século XIX, motivadas tanto pela questão econômica quanto por famílias em fuga das investidas dos Avá-Canoeiro, principalmente para a região do Mato Grosso Goiano.

Traíras, em 1832, contava com uma população total de 6.200 habitantes, reduzida, em 1848, para 2.621 habitantes; a população de Pilar também decresceu no mesmo período, porém, em números menos acentuados, de 5.057 indivíduos, em 1832, para 4.791, em 1848, lembrando que, desde 1835, devido a anexação do Sertão de Amaro Leite ao município de Pilar, a população deste foi descontada da população de Traíras e somada à de Pilar, tornando mais marcantes os efeitos da chamada “diáspora trairana”.

Os viajantes selecionados neste trabalho trazem observações privilegiadas desse período: Pohl no momento da crise da mineração, Cunha Mattos e Castelnau quando a transição econômica já está em curso. Castelnau (2000, p. 272) se depara com algumas fazendas de criação no “Descoberto de Amaro Leite”.

O naturalista inglês, ao percorrer o Sertão de Amaro Leite, deixa bem claro o distanciamento da região com relação a outras partes do Brasil e a dispersão da população, andando léguas sem se deparar com nenhuma pessoa ou localidade habitada. Por onde passa encontra as marcas da presença amedrontadora dos Avá-Canoeiro, sobre um rastro de morte e destruição que parecia ameaçar a expedição. Contudo, ainda assim acreditava que seus objetivos de interligação do interior da América do Sul à Europa, por um grande projeto de navegação mediante a integração das bacias platina e amazônica ao Oceano Atlântico, venceriam qualquer dificuldade, ou seja, em nome do progresso, as barreiras seriam mais facilmente retiradas.

Castelnau não demonstra grande interesse pela população com a qual se depara no Sertão de Amaro Leite, mas tem sua atenção despertada pelo bócio³⁹, presente na quase totalidade dos moradores. Sua grande preocupação eram as condições necessárias para viabilizar seu projeto. Enxergava a natureza com pragmatismo, que forneceria alimentos,

³⁹ Aumento do volume da glândula tireoide, de caráter crônico, ligado a problemas de fixação ou carência de iodo.

combustível e abrigos para as futuras expedições comerciais, e os indígenas, como parte dessa natureza, seriam a mão de obra e o socorro para as caravanas que viriam.

Como visto até aqui, o Sertão de Amaro Leite passou por um sistemático processo de ocupação por descendentes de portugueses, iniciado ainda no século XVIII, com a busca de ouro pelos sertões. Como outras localidades goianas, passou pelo século XIX sob o estigma do abandono, ocasionado, principalmente, pela incapacidade da província em gerir seu território, justificada pela enorme distância em relação à Corte, provocando o insulamento da Província pelo perigo constante, representado principalmente pelas conflituosas relações entre indígenas e não indígenas, perceptível nos relatos de viajantes.

Por outro lado, a despeito da distância, das dificuldades e dos perigos, percebemos esse mesmo sertão inserido em um movimento, que transcendia as fronteiras da Capitania/Província de Goiás, conectando-o à “redescoberta do Brasil” proporcionada pelos viajantes estrangeiros.

Isso nos faz repensar o sentido de isolamento para o Sertão de Amaro Leite. Para Tarcísio Rodrigues Botelho (2003/2004), a região não teria sido visitada por nenhum dos seis viajantes estudados por Doles e Nunes (1992), reforçando a convicção de seu isolamento: “[...], [Pohl] passou ao largo de Amaro Leite, [...]. Embora não tenhamos, com isto, um relato sobre este arraial, a sua ausência revela quão afastado encontrava-se das rotas principais de comércio e como a sua população devia sofrer com este isolamento” (BOTELHO, 2003/2004, p. 86).

Nesse caso, estamos diante de um evidente equívoco, pois Pohl realmente passou ao largo do Sertão de Amaro Leite, mas Castelnau percorreu toda a região e nos dá descrições tanto dela (fauna, flora, hidrografia e outros) como comentários sobre os povoados de Amaro Leite e Descoberto, como visto neste capítulo. Há um erro evidente no mapa que acompanha o texto de Doles e Nunes, que ganhou ampla divulgação na obra do historiador Nars Chaul (1997), que não assinala o roteiro correto do retorno percorrido por Castelnau. Como mencionado anteriormente, a expedição de Castelnau desce o Araguaia, sobe o Tocantins e percorre, por terra, o chamado “Sertão dos Xavantes”, quando visita os povoados de Descoberto e Amaro Leite.

Os mapas presentes na obra de Chaul⁴⁰ (1997) foram bastante utilizados em trabalhos posteriores, o que acabou por contribuir para reforçar a ideia de isolamento e

⁴⁰ Os mapas dos roteiros dos viajantes do século XIX, presentes na obra *Caminhos de Goiás*, de Nasser Chaul, passaram por correções na 2ª edição, de 2001.

desconhecimento de algumas regiões da Província de Goiás, como foi o caso do Sertão de Amaro Leite.

Nesse primeiro capítulo, observamos o Sertão de Amaro Leite pelos olhos dos viajantes que o percorreram na primeira metade do XIX. Agora, me afastarei um pouco das trilhas desses viajantes para buscar, principalmente, perceber o sertão como local de intervenções e identificar, pelos relatórios dos Presidentes da Província, como o Sertão de Amaro Leite torna-se foco dessas ações na reconfiguração do espaço regional.

2 “NOS SERTÕES, OUTR’ORA, E HOJE POVOADOS DE AMARO LEITE”⁴¹

Os viajantes selecionados para este trabalho têm em comum o fato de terem viajado pela Capitania/Província de Goiás na primeira metade do século XIX. Pohl e Cunha Mattos chegaram tarde para o ouro e cedo para a agropecuária; Castelnau, já no final da primeira metade do século XIX, trazia uma visão de modernidade, da natureza, por seu caráter pragmático, e do domínio do sertão viriam o progresso para a humanidade. Todos eles, vindos de outras realidades, lançaram o seu olhar de estranhamento por toda a região de Goiás, um grande sertão, com algumas exceções:

Havendo eu escripto em outro lugar deste Itinerário que o sertão começa no Rio de S. Francisco, direi agora que ele continua até ao alto da chapada superior á Cidade de Goiaz; que só na margem do Rio Corumbá, no Arraial do Bom-fim, no Engenho do Major Joaquim Alves d’Oliveira, e nesta Cidade de Goiaz, não encontrei sertão agreste, tudo o mais he sertão, muito sertão, ainda que os lugares por onde passei não estejam pouco povoados. Os mesmos usos e costumes, a mesma preguiça e indolência, o mesmo desmazelo e indiferença acerca das casas, morando os homens e mulheres com os porcos e vacas: tendo as habitações rotas, e os buracos tapados com pedaços de couro de boi. As mesmas hortas pequenas e maltratadas; a pouca ou quasi nulla agricultura, a mesma amizade e complacência com os vadios tocadores de viola: emfim, Goiaz he sertão agreste e muito agreste salvo os lugares que acima deixei apontados. (CUNHA MATTOS, 1836, p. 137-138, v. 1).

A citação de Cunha Mattos é reveladora, pois nela percebemos a explicação clássica de sertão pela dicotomia litoral e interior. No entanto, ela também nos permite avançar quando ele classifica o que é o sertão e o que não é sertão, na Província de Goiás, como outros também o fizeram.

O não sertão era caracterizado pelo conhecido, pelo trabalho regular, pela produção capitalista, pela burocracia, pelas medidas nas relações interpessoais, ou seja, nesses lugares havia uma reprodução do que para ele era conhecido, seja na Europa ou na corte, no Rio de Janeiro, tudo o mais era desconhecido e, portanto, “sertão agreste e muito agreste”.⁴²

Cada um desses viajantes da primeira metade do século XIX representou o Sertão de Amaro Leite em seus relatos de acordo com filtros pessoais, oriundos de seu repertório, formação e objetivos. Seus pensamentos apresentam variações, mas em nenhum momento são antagônicos ou discordantes. Fernando Lobo Lemes (2015a, p. 177) ressalta que, “denunciando a ausência de um projeto econômico orientado nos moldes europeus em Goiás,

⁴¹ AHE-GO Caixa 0178, pacote 1, (1867) inspetoria geral dos presídios em Goiás, (Relatório das obras militares que foram e deixaram de ser realizadas na administração do Dr. Augusto Ferreira França).

⁴² “Campestre, rústico. Que não he cultivado” (PINTO, 1832, s.p.).

os naturalistas entrelaçam a ideia de decadência a certa noção de progresso”. O autor lembra ainda que, no século XIX, decadência e progresso apresentam sentido diverso do que terá nos séculos XX e XXI, não havia a oposição entre as duas ideias, pois “decadência e progresso encontram-se não apenas revestidas de um significado distinto, mas guardam uma correlação conceitual diferente daquela empregada atualmente” (LEMES, 2015a, p. 177-178). Já no século XX prevalece, principalmente a partir dos anos pós-guerra, o termo “desenvolvimento” em substituição à ideia de “progresso”, havendo tanto modelos possíveis no contexto das economias capitalistas e comunistas.

Esses viajantes percebem a fome, as doenças, as reduzidas rendas da Província, a pouca agricultura, a população diminuta e dispersa pelo território, as dificuldades de comunicação e transporte, especialmente pela impossibilidade de se utilizar os rios Araguaia e Tocantins, bem como a quase onipresença de indígenas, que em muitos momentos são responsabilizados pelas dificuldades encontradas.

Percorrendo os caminhos de Goiás em estradas sem planejamento ou conservação, submetidos aos rigores do clima do cerrado, quente e seco ou debaixo de chuvas torrenciais, esses viajantes chegaram ao Sertão de Amaro Leite, que em nada diferia de outras regiões percorridas, mas que concentra todas as dificuldades anteriormente percebidas sob um mesmo território. De forma sintética, para os três viajantes, o Sertão de Amaro Leite é: pobre, deserto, distante e repleto de perigos. O “sertão” no Sertão.

2.1 O QUE É O SERTÃO

Conforme Janaína Amado (1995, p. 145-146), “sertão” é uma categoria recorrente no pensamento social brasileiro desde o século XVI, categoria esta que foi trabalhada de diferentes formas ao longo dos séculos, mas sempre como tentativa de explicação para o Brasil, quando ainda era uma colônia de Portugal; e após o século XIX, como uma nação independente”. “Sertão” ou “Certão”, no século XIV, se referia a regiões dentro de Portugal, mas distantes de Lisboa. No século XV, com as conquistas ultramarinas efetuadas pelos portugueses, passa também a se referir aos espaços do interior, pouco conhecidos, das terras recém-conquistadas (AMADO, 1995, p. 146-147). São as hinterlândias, terras afastadas, originária da palavra alemã *hinterland*. No *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, de Luiz Maria da Silva Pinto, sertão, ou sertões, é “o interior das terras. Mato distante da costa marítima” (PINTO, 1832, p. 985).

No Brasil, são fartos os documentos que atestam o uso da palavra, por nacionais e estrangeiros, e não apenas para designar os espaços interiores do Brasil, mas também aqueles “desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, 1995, p. 149). Poderiam ser definidas como “terras sem fé, lei ou rei” (AMADO, 1995, p. 148).

A existência do sertão não é dada naturalmente, mas só existe em condição de oposição, e subordinação, ao não sertão. Foi do litoral, não sertão, que vieram os bandeirantes para devassar os vastos sertões; foi da Europa que vieram os jesuítas para cristianizar os habitantes do sertão, como também de lá vieram os cientistas naturalistas para conhecer, classificar, colecionar e catalogar as riquezas minerais, vegetais e animais. Do não sertão vieram os governantes e todo o aparato administrativo, bem como os projetos para sua transformação. O sertão é o lugar de contradições, com múltiplas interpretações “[...], para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitâneas, era exílio temporário” (OLIVEIRA, 1998, p. 197).

Tamara Rangel Vieira (2012, p. 35) afirma que, “desde o período colonial, o espaço compreendido como sertão teria sido definido a partir da intenção de promover sobre ele uma transformação, em geral visando superar as imagens negativas que o singularizavam”. O sertão existe para ser superado, ultrapassar sua condição sertaneja.

O sertão pode ser percebido como espaço fronteiro, onde surge o novo (LEMES, 2015b), que se estende desde as áreas de povoamento frágil e transitório, ocupado pelas frentes pioneiras; até aquelas cujo domínio foi incompleto, nas quais, mesmo que haja uma ordem estatal, ela não é bem presente ou consolidada e, após ciclos produtivos, se encontra no abandono (MORAES, 2003, p. 5).

O sertão não é um meio natural ou geográfico específico, não é um espaço recortado, não é um lugar, corresponde a realidades simbólicas, em que se imbricam os valores negativos e o desejo de ocupação, ou reocupação, deixando claro que ao adjetivo sertanejo subjaz um desejo latente de apropriação do lugar (MORAES, 2003). As terras, férteis e abundantes, seriam transformadas em lavouras. Os rios caudalosos se tornariam navegáveis até a Província do Pará, após alguns investimentos. Os povos indígenas se converteriam em mão de obra a ser empregada tanto na lavoura quanto no auxílio à navegação, ou seriam eliminados.

2.2 Sertão de Amaro Leite, o encontro entre o simbólico e o geográfico

Para Sônia Maria de Magalhães (2014, p. 24), “o sertão goiano” compreendia as áreas pouco conhecidas do norte da província, como as terras distantes da localidade de Amaro Leite, situadas próximas aos rios Maranhão e Araguaia, com solos propícios para a prática das atividades agropecuárias, mas repletas de “índios selvagens”.

Se ao sertão corresponde uma realidade simbólica e não geográfica, no caso do Sertão de Amaro Leite podemos afirmar que as duas dimensões (simbólica e geográfica) se encontram.

Apesar de não existir uma unidade administrativa em torno do Sertão de Amaro Leite, ele existia enquanto território. Embora na atualidade seja difícil recuperar sua exata localização, os documentos existentes nos permitem confirmar sua materialidade.

O Sertão “descoberto” por Amaro Leite, no século XVIII, foi parte do Julgado de Traíras. Em 1835, foi incorporado, como um distrito⁴³, ao município de Pilar⁴⁴, e Amaro Leite é também um Julgado do município⁴⁵ de Pilar (inserido na Comarca⁴⁶ de Vila Boa); e o povoado⁴⁷ do Descoberto da Piedade, no distrito de Amaro Leite (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1996, p. 114).

Chama a atenção que, em 1835, quando se cria o distrito de Amaro Leite no município de Pilar, também é criada, pela Resolução n. 8, a Freguesia Colada de Santo Antônio de Amaro Leite. Ao desanexar da Freguesia de São José do Tocantins, a Capela Curada de Santo Antônio de Amaro Leite é elevada a Freguesia Colada⁴⁸, de mesma invocação. O mesmo documento demarca, em seu artigo 2º, os limites da freguesia recém-criada:

Esta freguesia terá por limites ao Nascente o Rio Maranhão; ao poente o Araguaia; ao Norte o Rio de São José Grande até a sua barra no Maranhão; ao Sul o Passatrez desde a sua barra no Maranhão até a sua última origem, e desta a mais próxima vertente para o Rio dos Bois, continuando este até o Crixaguassú, e por este até o Araguaia.⁴⁹

⁴³ “Districto: o território, donde não passa a jurisdição do que a tem nelle” (PINTO, 1832, s.p.).

⁴⁴ Lei Provincial n. 14, de 23 de julho de 1835.

⁴⁵ “Município: Termo ou districto de huma cidade ou villa”(PINTO, 1832, s.p.).

⁴⁶ “Comarca: Circunscrição judiciária sob a jurisdição de um ou mais Juizes de direito” (SAMPAIO, 2011, p. 221).

⁴⁷ Povoados são as formas mais elementares de aglomerações urbanas (VIDAL, 2015, p. 73).

⁴⁸ A Freguesia era tanto uma divisão civil quanto eclesiástica, que deveria cuidar dos registros de batismos, óbitos e casamentos. Cada Freguesia tinha um Juiz de Paz e um Juiz de Órfãos e Ausentes, portanto, tinham também função judiciária. Elas se dividiam, no Brasil, em quarteirões, os quais tinham seu respectivo Inspetor de Quarteirão. No caso de uma Freguesia Colada, é nomeado um Vigário Colado, pago pelo governo, uma cõngrua anual.

⁴⁹ AHE-GO - Caixa 19, pacote 02, Caixa de Documentação avulsa – ano 1834-1835.

A Freguesia criada é muito maior do que o território do Sertão de Amaro Leite, ocupando toda a região entre os rios Araguaia e Maranhão, deixando, implícito, desde então, a intenção de ocupar essas extensas áreas, sendo ele o ponto inicial para os esforços de “empurrar o sertão”, como de fato ocorrerá, pois grande parte dessa área circunscrita à Freguesia Colada de Santo Antônio de Amaro Leite formará o futuro município de Santana.⁵⁰

É notória a grande dificuldade colocada aos pesquisadores, devido ao grande número de instâncias administrativas que incidem sobre o mesmo território e à mudança de topônimos, tão comum em Goiás, juntamente com o fato de a região ter sofrido, ao longo do século XX, “um apagamento da memória”, potencializado pela subdivisão do território para a criação de novos municípios e intensificada após a implantação da BR 153, com a entrada da região na chamada modernização, fato que atingiu a outrora importante Traíras⁵¹, hoje o povoado de Tupiraçaba, que teve seu nome modificado em 1943 (BERTRAN, 1998, p. 67), localizado no limite do antigo Sertão de Amaro Leite.

O Descoberto da Piedade se tornou, também no ano de 1943, a Porangatu⁵² da atualidade, que, alcançada pela modernidade, sofreu uma alteração considerável em seu desenvolvimento urbano, com o rápido crescimento da cidade às margens da rodovia. Amaro Leite se tornou município em 1953 e, dez anos depois, teve a sede municipal transferida para uma área próxima à rodovia, sendo alterado seu nome para Mara Rosa. Esse silêncio imposto sobre o passado, juntamente com o grande fluxo de imigrantes recebidos até a década de 1980, tornou ainda mais difícil para a população e os pesquisadores restabelecerem os fios da memória, religando essas cidades contemporâneas a seu passado remoto:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Diante do exposto, temos duas constatações: a fragilidade dos sertões diante das intervenções externas, que extrapolam seus limites territoriais, atingindo a história e a memória dessas localidades; e como, no caso do Sertão de Amaro Leite, o apagamento da memória coincide também com o silenciar, forçado, dos grupos indígenas que, anteriormente,

⁵⁰ Atual Uruaçu, localidade que tem suas origens ligadas à fazenda Passa Três, no município de Pilar, em 1910.

⁵¹ “O município de Traíras existiu pelo menos até 1863, quando pela lei provincial no. 506 de 23 de julho, foi incorporado ao município de São José do Tocantins” [atual Niquelândia] (BERTRAN, 1998, p. 69).

⁵² Em 1911, o povoado foi elevado a Distrito pertencente a Pilar de Goiás; e, em 1933, passou a pertencer a Uruaçu. Em 31 de dezembro de 1943, o distrito passou a se chamar Porangatu e, em 1948, foi elevado a município.

habitavam a região, e o avanço da “modernidade”, que impõe uma memória conciliatória, como podemos ver no fragmento que se segue.

No estudo da história de Porangatu [antigo Descoberto], certo é que eles aqui viveram [os Avá-Canoeiro] não faz muito tempo. Os mais velhos da região falam dos ataques dos Canoeiros, por várias vezes. [...] É de se notar que Porangatu está ligada ao surto do ouro em Goiás, à dos roteiros seguidos pelos bandeirantes e também a história dos repetidos ataques dos avá-Canoeiro [*sic.*]. Mesmo assim, pela quantidade de ouro que produzia, Porangatu chamava grande número de exploradores. (BRAGA, 2009, p. 174-175).

Os ataques dos indígenas e o sempre presente e abundante ouro, mesmo que imaginário, se sobressaem no relato de Ana Braga⁵³ (2009). Entretanto, como se pode perceber, foi a partir do século XX que a modernização atingiu as memórias locais. A questão indígena continua presente, mesmo que modificada, pois no século XIX, para essa região, a presença dos índios Avá-Canoeiro, bem como sua resistência, formavam “uma chave” explicativa. Ao nativo eram atribuídas todas as dificuldades encontradas no Sertão de Amaro Leite, sendo ele responsabilizado pela permanência e continuidade da existência do sertão (o desconhecimento, o isolamento e os perigos), fartamente explorados nos relatos dos viajantes e nos relatórios dos presidentes da província.

2.2.1 A presença “do outro”, os Avá-Canoeiro no Sertão de Amaro Leite

A distância e o isolamento, mesmo sendo comumente associados aos sertões, nunca são absolutos, mas relativos, pois dependem de um referencial de localização e comparação. A esses dois elementos anteriormente referidos acrescenta-se um terceiro: a diferença “paisagística, mas, sobretudo, cultural” (MORAES, 2003, p. 4).

É destaque nos relatos dos viajantes estudados a presença indígena na Província de Goiás, mais especialmente a dos Avá-Canoeiro, em um grande território, nas regiões central e norte da Província e no Sertão de Amaro Leite, como a principal ameaça à existência e aos projetos dos não indígenas. Esses indígenas foram considerados verdadeiros obstáculos à “civilização” da região e havia a crença de que, com o fim “destes empecilhos”, a região floresceria. Desaparecendo “o outro”, desapareceria também a distância, o isolamento e mesmo o sertão, como na solução absurda apresentada pelo Presidente de Província Antonio Joaquim da Silva Gomes, em seu relatório de 1851:

⁵³ Ocupante da cadeira n. 49 do IHGG. Membro do Conselho Honorífico do IPEHBC.

Estou intimamente convencido de que uma das necessidades mais palpitantes da Província é a expulsão do Índio Canoeiro, pouco numeroso, mas incapaz de fraternizar com os Christãos; e que por isso trará o infalível resultado de aumentar a população, de reanimar a industria amortecida, e o commercio estagnado, esses dous grandes mananciaes das riquezas publicas, e particulares. (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 103).

Em muitos momentos, os presidentes provinciais, geralmente membros da própria elite goiana – nos casos de vacância ocupava o cargo o vice-presidente (um “filho da terra”) –, pareciam compartilhar dessa opinião, mas não ao ponto de explicitá-la, e sim colocando outras soluções, como a tentativa de pacificação e o envio de missões religiosas. Contudo, é certo que a decisão de preparar escaramuças talvez não estivesse longe dos desejos de muitos proprietários, no ensejo de exterminar as “tribos” ou afastá-las para outra banda do rio Araguaia, isto é, empurrar o problema para mais longe.

A região do Sertão de Amaro Leite já era conhecida, como vimos antes, por bandeirantes e jesuítas. Palacín e Moraes (2008, p. 19) afirmam que “nem bandeirantes, nem jesuítas vinham para fixar-se”, porém, ficavam tempo suficiente para formar um conhecimento sobre a região que seria, posteriormente, transmitido a aventureiros, cartógrafos, militares, entre outros.

Destaca-se, entre o conhecimento acerca da região que foi transmitido, o mapa de Francisco Tosi Colombina, o referido mapa de 1751, que, além de sua importância como documento fundante da cartografia de Goiás, traz a demarcação do “Certão do Gentio Xavante”, como pode ser observado na Figura 7 a seguir:

Figura 7 – “Certão do Gentio Xavante” (detalhe do Mapa de Tosi Colombina, de 1751)



Fonte: Adaptado de Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/viewcat.php?cid=776. Acesso em: 5 nov. 2015.

O Mapa de Tosi Colombina deixa claro que a chegada do bandeirante Amaro Leite à região sinaliza apenas um marco histórico da ocupação por portugueses e seus descendentes, além da intenção de intervenção sobre esse espaço em sua própria denominação, uma vez que *sertão* já subentendia o vazio, e, por sua vez, um sertão ocupado por povos indígenas era considerado desabitado, livre para a colonização.

[...] a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país. No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como *locus* da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização. (MORAES, 2003, p. 5).

Ainda conforme Moraes (2003, p. 5), “conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar são metas que contrapõem a modernidade ao sertão”, qualificando-o como espaço privilegiado para os projetos de “civilização”, que tem como fim último superar a condição de sertão. “Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão” (MORAES, 2003, p. 6).

Muito provavelmente a denominação “Certão do Gentio Xavante” a grande parte do território dividido entre os Xavante e Avá-Canoeiro seja em virtude dos primeiros exploradores de Goiás acreditarem que eles formavam um só povo, que era responsabilizado pela dificuldades sentidas pelos habitantes do norte da Província:

Os povos do norte, excessivamente flagelados, pintaram com as mais tristes cores a precária condição a que estes bárbaros os reduziram. A maior parte destes estabelecimentos rurais situados à margem dos rios estavam abandonados e estragados. Era tamanha a devastação que não havia gêneros de primeira necessidade, e gado suficiente para suprir o consumo da população. Ao passo que os xavantes de terra chegavam com suas correrias às portas dos arraiais, os de canoa praticavam toda a sorte de pirataria nos rios e suas margens. (ALENCASTRE, 1978, p. 238).

Como resposta às solicitações das populações do norte da Província, duas medidas foram empreendidas: a autorização para a navegação do rio Tocantins e o aldeamento dos Xavante: “pareceu, porém, a Luiz da Cunha que os xavantes de canoa só com a navegação do Tocantins podiam ser reduzidos e, disto persuadido, representou a corte mostrando de novo a conveniência de ser cassada a proibição que por tantos anos matava os interesses do norte da capitania” (ALENCASTRE, 1978, p. 238).

A conquista dos Xavante coube a Tristão da Cunha, tendo sido iniciada em 1784 e concluída quatro anos depois. Em “7 de fevereiro de 1788, 2.200 Xavantes estabeleceram-se no aldeamento de Carretão de Pedro III [...], e as populações do norte tornaram-se livres dos ataques de uma das nações mais perigosas da região” (CHAIM, 1983, p. 126), após a implantação do aldeamento “em terras que lhe foram designadas no sertão de Amaro Leite” (ALENCASTRE, 1978, p. 245).

Essa confusão entre os Xavante e Avá-Canoeiro, nos primeiros tempos da Capitania de Goiás, provavelmente é a responsável pelo aparecimento do segundo grupo, com mais regularidade, a partir dos anos finais do século XVIII, como apontam os registros do aldeamento dos Xavante nessa mesma época.

Essa versão dos Xavante e Avá-Canoeiro serem um único povo vai perdendo força no século XIX, enquanto se fortalece a suspeita de que os Avá-Canoeiro fossem descendentes dos Carijó, fugidos da bandeira do Anhanguera, miscigenados a negros fugitivos e, portanto, cafuzos, versão corroborada por Cunha Mattos e José Martins Pereira de Alencastre, entre outros, que acreditavam que os Avá-Canoeiro tivessem conhecimento da língua, do costume e da religião cristã (PEDROSO, 1994, p. 37). Dulce Pedroso (1992, s.p.) destaca que, as evidências de contato entre os Avá-Canoeiro e indivíduos “neo-brasileiros” seja responsável por manter acesa a polêmica em torno de sua origem por décadas:

A concepção ideológica dos habitantes não indígenas das regiões que sofriam com as hostilidades indígenas levava a crer que a união de segmentos desprezados pela sociedade, tais como negros, índios e bandidos, resultou nos avá-canoeiros [sic]. Possivelmente, esta ideologia preconceituosa reforçara-se naquele tempo pela constante recusa dos índios em se enquadrarem nos moldes dos conquistadores. Os avá-canoeiros [sic] não aceitaram nenhum tipo de contato pacífico; eles insistiam em se manter autônomos. (PEDROSO, 1994, p. 43).

Para Eliézer Cardoso de Oliveira (2013, p. 95), os poucos contatos destes com o colonizador e as poucas informações disponíveis “foram responsáveis por envolvê-los em uma aura de mistério” e também para justificar tão feroz caçada, imposta a esse povo indígena. Paulo Bertran (1998, p. 23) assevera, em seus estudos sobre Niquelândia (antiga São José do Tocantins) e Traíras⁵⁴, que nos primeiros trinta anos de ocupação da região não existem referências a conflitos entre índios e colonizadores.

Uma carta publicada na *Matutina Meiapontese*, em 12 de junho de 1833, assinada com o pseudônimo *O Velho do Sertão*, morador do termo da Vila de Pilar, afirma que após a intervenção de Tristão da Cunha Menezes, com a criação do Aldeamento do Carretão, os

⁵⁴ As minas de São José do Tocantins e Traíras foram descobertas no ano de 1735 (BERTRAN, 1998, p. 41).

indígenas foram contidos por algum tempo, mas “[...] logo se animarão a sahir a cassadas nos Campos, então povoados de gado de mais de sessenta Fazendas, hoje redusidas a Taperas, e desde 1817 ate hoje ainda não houve hum anno, em que não cometessem mortes, e roubos com barbaridades⁵⁵”, sem que as autoridades tomassem providências.

Dulce Pedroso (2006, p. 93) atribui o aumento considerável dos relatos de contato/conflito entre colonos e Avá-Canoeiro, ou outros grupos que se localizavam na região norte da província, a partir do final do século XVIII, ao grande impulso da atividade agropastoril sobre os territórios indígenas. Para Oliveira (2013, p. 95), “é perfeitamente sabido que, quando acabam as informações, inicia-se o mito”, sendo compreensível a multiplicidade de explicações para o aparecimento tardio dos Avá-Canoeiro.

Palacín e Moraes (2008, p. 61) afirmam que, “durante a época da mineração, as relações entre índios e mineiros foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio. Ao mineiro faltavam o tempo e a paciência para atrair o índio mediante uma política pacífica”. Durante a expansão agropastoril, o tempo já não era um problema, mas a terra e, em menor proporção, a mão de obra sim, mas nem por isso pode-se dizer que foram tempos de uma política pacífica, pelo contrário, os indígenas eram constantemente ameaçados da perda de suas terras, de sua liberdade e de sua vida.

Os conflitos entre Avá-Canoeiro e colonizadores, iniciados em meados do século XVIII, chegaram ao fim na segunda metade do século XIX, representando um período de intensas lutas (PEDROSO, 1994, p. 42), quando “os avá-canoeiros [sic] encontravam-se em número bastante reduzido, consequência de aproximadamente um século de intensa guerra” (PEDROSO, 1994, p. 61) e com sua capacidade de reação já bastante reduzida.

O relato deixado pelo padre dominicano Frei José Maria Audrin (1963, p. 188), no início do século XX, assinala a existência de grupos de “índios bravos” vivendo no sertão e que ainda eram bastante numerosos: “[...] os vaqueiros dos municípios goianos de Peixe e de Descoberto (hoje, Porangatu) encontram ainda em suas excursões os remanescentes da feroz tribo dos Canoeiros”. E continua:

Os dramas de outrora continuam nos dias de hoje. Os Canoeiros dos campos goianos a leste da Ilha do Bananal atacam vaqueiros isolados nos campos chamados “gerais” de Peixe e da atual Porangatu, obrigando os homens corajosos desses dois municípios a empreender terríveis expedições cujos resultados sangrentos permanecem até agora silenciados. (AUDRIN, 1963, p. 189)⁵⁶

⁵⁵ *Matutina Meiapontese*, Pirenópolis, n. 415, 12 jun. 1833.

⁵⁶ Pedroso (2006, p. 104-117) evidencia a escassez de fontes documentais sobre os Avá-Canoeiro, mas afirma que, por relatos orais, foi possível confirmar sua movimentação em seus antigos territórios tribais (atualmente, vários municípios do norte de Goiás e do sul do Tocantins) e mesmo em regiões bastante

A história das relações entre os Avá-Canoeiro e os colonizadores é semelhante a vários outros (des)encontros interétnicos: “é a história da dominação marcada pela violência e pelo esbulho dos territórios tribais de várias sociedades indígenas” (PEDROSO, 1994, p. 53). Era considerado território tribal dos Avá-Canoeiro, no século XVIII, “o sertão de Amaro Leite, ilhas do Tocantins, e terras da margem direita do rio Maranhão/Tocantins, pertencentes ao julgados [sic] de São Félix, Traíras e São João da Palma” (PEDROSO, 1994, p. 54), justamente as regiões, no final do século XVIII e início do XIX, nas quais ganha fôlego a expansão agropastoril, ao mesmo tempo em que a população se torna mais dispersa.

Os primeiros contatos com os indígenas em Goiás, no século XVIII, foram mantidos de forma truculenta. Em outras regiões brasileiras manteve-se esse mesmo padrão, que Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 115) atribui à legislação colonial da metrópole, qualificando-a como “contraditória, oscilante e hipócrita” por ceder às pressões tanto dos jesuítas quanto dos colonos, tentando conciliar projetos incompatíveis. Esse seria o caso dos missionários jesuítas que defendiam “a liberdade dos índios” e que, ao mesmo tempo, tinham na escravização do indígena a mão de obra necessária para o desenvolvimento de suas atividades econômicas na colônia, deixando clara a longa distância existente entre o ideário colonial expresso nas leis e a prática vivenciada (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116). Para Mary Karasch, contradição é a principal característica da política indigenista também em Goiás, no final do período colonial e no século XIX. Indiferente à política oficial adotada, a política indigenista em Goiás era orientada pela busca de riquezas minerais, fazendas e escravos (KARASCH, 1992, p. 397).

Em 1757, o Marquês de Pombal instituiu mudanças na legislação, pela Lei do Diretório, de 3 de maio, dando uma nova orientação à política indigenista, com a expulsão dos jesuítas das colônias ultramarinas portuguesas e a transformação do gentio em vassalos do rei. Essas medidas acabaram por não ser favoráveis aos indígenas, que tiveram suas aldeias habitadas por qualquer indivíduo, se tornando comparável a qualquer outro cidadão mais empobrecido. O Diretório Pombalino não representou uma ruptura na política indigenista da época (BICALHO, 2010, p. 62-63).

Em 1774, são enviadas as bandeiras de pacificação ao sertão, com o intuito de convencer os indígenas ao aldeamento, liberando, assim, suas terras, e abrindo a possibilidade

distantes próximas a Jaraguá, com importantes conflitos acontecendo na década de 1920. Por volta de 1959, em Amaro Leite, os ataques contra os indígenas foram incentivados pelo líder dos posseiros de Formoso e Trombas, José Porfírio. Pedrosa (2006, p. 104) revela ainda que, “[...] na atualidade, os Avá-Canoeiro conhecidos somam-se 23 indivíduos [...]”.

dos índios aldeados serem utilizados como reserva de mão de obra. Até 1788, foram implantados, em Goiás, aproximadamente onze aldeamentos (SILVA, M. G. O., 2013, p. 38).

Perrone-Moisés (2009, p. 120-121) salienta que o aldeamento é a consolidação da colonização, ao garantir a conversão e a ocupação do território; a defesa e a manutenção de constante mão de obra de reserva para o desenvolvimento econômico da colônia; e a utilização dos índios aldeados nas guerras contra aqueles considerados hostis (que foi uma prática comum, e bastante utilizada).

Para as guerras ao inimigo era necessária a presença dos “índios de aldeia” ou “amigos”. Como exemplo, temos a participação dos Bororo contra os Kayapó (“pacificados” pelo Coronel Antônio Pires de Campos). Posteriormente, os Kayapó foram usados na redução dos Xavante (ALENCASTRE, 1978, p. 246), no aldeamento do Carretão e mesmo após, com o pedido de Cunha Mattos para que Dona Damiana da Cunha⁵⁷ fosse ao seu encontro, levando cem guerreiros Kayapó para uma ofensiva contra os Avá-Canoeiro (ATAÍDES, 2001, p. 37).

Mesmo com o término da política dos Diretórios, ao final do século XVIII, extinta por Carta Régia de 12 de maio de 1798, em Goiás persiste sua existência até o início do século XIX:

O fim do Diretório, a emancipação dos indígenas aldeados e a declaração da tutela sobre os índios independentes deram margem ao reaparecimento de antigos costumes coloniais, neste momento, sob novas justificativas e pretextos, como a guerra defensiva e a utilização do trabalho indígena por um determinado período, que mais se aparentava com um novo regime de servidão temporária. (SILVA, M. G. O., 2013, p. 51).

A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, marca também a política indigenista, que sofre mudanças consideráveis pela ação de D. João VI: “inaugurando também uma inédita franqueza no combate aos índios” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 136), mesmo que por breve período.

D. João VI, no Brasil, autorizou, pelas Cartas Régias, as guerras contra os povos indígenas “hostis” e também o trabalho dos indígenas aos seus captores, substituindo os escravos africanos. A política indigenista em Goiás foi motivada por eventos locais, principalmente porque a capacidade de absorção de mão de obra determinava a ação dos colonos com relação aos indígenas; “preservação ao longo do Araguaia, região agrícola, e extermínio ao longo dos rios Claro e Tocantins, frentes pastoris” (MELLATTI, 1967 apud KARASCH, 1992, p. 402) que, para Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 133), representa uma alteração profunda, pois a “questão indígena” “deixou de ser essencialmente uma questão

⁵⁷ Índia Kayapó aldeada em São José de Mossâmedes e sertanista (KARASCH, 1992, p. 401).

de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”. Entretanto, o trabalho indígena continuava sendo requisitado, mesmo que em menor escala, nas frentes de expansão e nas rotas fluviais que se pretendia estabelecer: “são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 33).

O vazio existente na legislação indigenista, desde a revogação do Diretório Pombalino, em 1798, só será preenchido em 1845, com o *Regulamento acerca das Missões de Catechese e civilização dos Índios* (Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845). Nesse intervalo de tempo, em virtude da descentralização política e da abdicação de D. Pedro I, as províncias passam a legislar sobre a questão sob um viés abertamente anti-indigenista (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 137-138).

Ainda segundo Carneiro da Cunha (1992, p. 133), desde a reforma empreendida pelo Marquês de Pombal não havia mais uma voz dissonante ou interesses conflitantes, e os grupos indígenas ficaram sem qualquer representação.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. Este debate, cujas consequências práticas não deixam dúvidas, trata-se frequentemente de forma teórica, em termos da humanidade ou animalidade dos índios. (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 134).

O *Regulamento das Missões* será o único documento que trata da política indigenista durante o Império, que retoma a política dos aldeamentos:

Quando da elaboração do Regimento das Missões, duas correntes de idéias se confrontaram acerca dos métodos para a resolução do “problema indígena”. Uma, radicalmente favorável ao uso da força, e outra, mais branda e que acabou prevalecendo, favorável à atuação missionária como melhor forma de incorporar o índio à nossa “civilização”. Não importando se pelo uso da força ou pela dominação ideológica, o fim a ser atingido era o mesmo, ou seja, a civilização do índio era sempre entendida como um processo em que eles incorporassem os valores ocidentais. (ROCHA, 1998, p. 41, aspas no original).

Marta Amoroso (2014, p. 76) afirma que esses novos aldeamentos eram de inspiração jesuíta, mas de orientação pombalina, por misturar os índios aos demais habitantes, sendo sua vocação conseguir que os índios se oferecessem como trabalhadores livres e pobres. A criação de aldeamentos e a transferência dos indígenas para outras localidades, sistematicamente, obedeciam duas direções: afastar e controlar os indígenas e seus territórios.

Com a criação dos aldeamentos indígenas do Império, empreendia-se a mais surpreendente expropriação de terras dos povos indígenas. Criados, os equipamentos passavam a acolher colonos nos arredores dos equipamentos, em terras declaradas devolutas, e o segmento formado por colonos nacionais ou estrangeiros passava a pleitear a titulação das terras em áreas indígenas progressivamente ocupadas com a lavoura. (MOREIRA NETO, 2005 apud AMOROSO, 2014, p. 76).

Ao mesmo tempo em que as frentes de expansão⁵⁸ exigiam maior quantidade de terras, os povos indígenas, que viviam nesses locais, se viam privados de seus territórios tribais tradicionais e obrigados a modificar sobremaneira seu modo de vida, interferindo inclusive em seus hábitos alimentares e muitas vezes trocando a caça de animais silvestres pelo consumo do gado dos fazendeiros (ROCHA, 1998, p. 32). A pecuária foi a que mais problemas trouxe aos indígenas, principalmente no norte da província (ROCHA, 1998, p. 16).

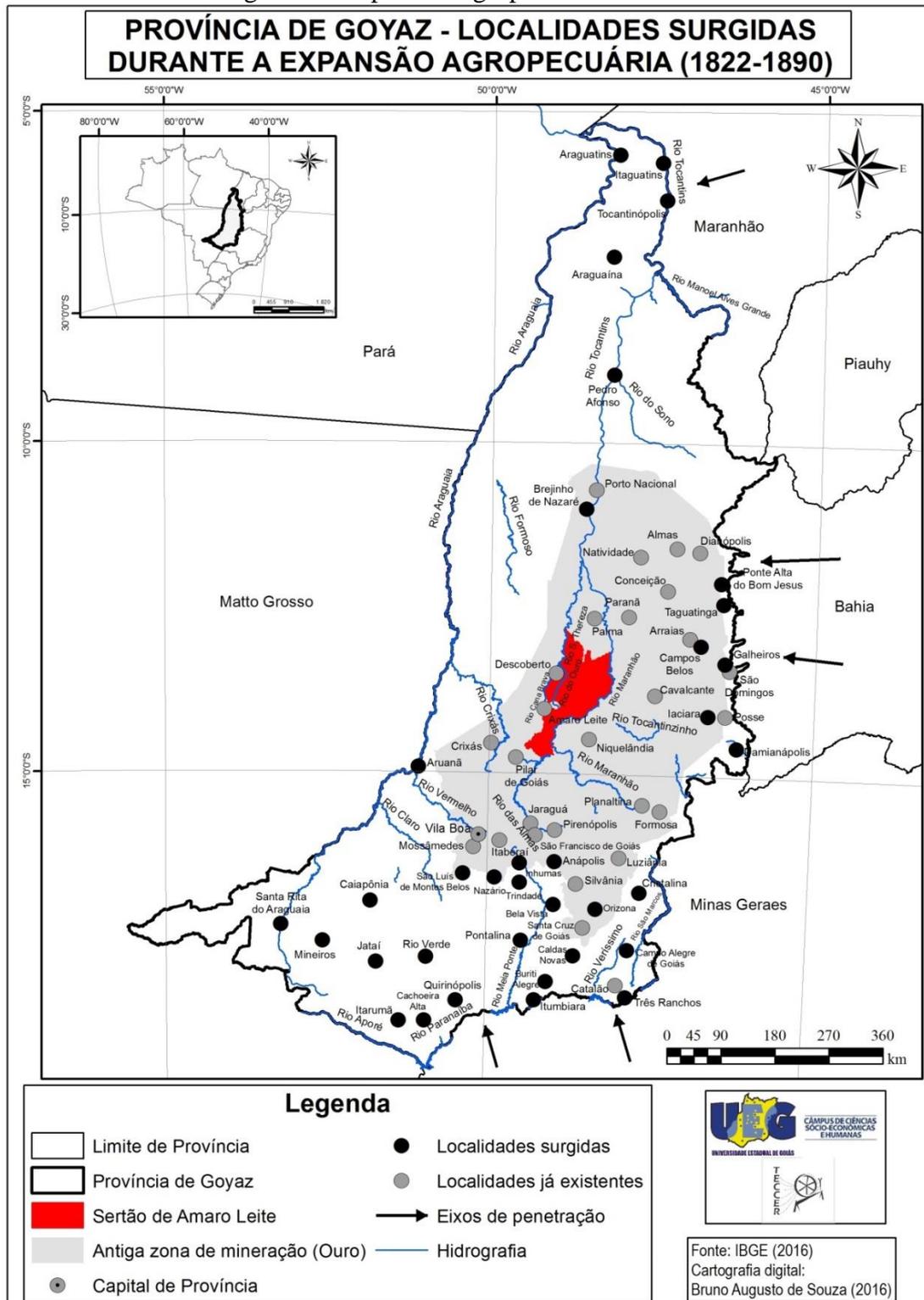
Ao final do século XVIII, a Província de Goiás sofre um afluxo populacional motivado pela frente de expansão pecuária: uma ao norte, vinda do Maranhão, e outra ao sul, vinda de Minas Gerais, seguindo para o Mato Grosso (ROCHA, 1998, p. 19). A frente pastoril vinda do norte, do Maranhão, lentamente prossegue pelo Tocantins, fazendo surgir pequenos povoados; o rio é utilizado para abastecer o sudoeste do Maranhão e o norte de Goiás de produtos como sal, tecidos e ferragens vindos de Belém (ROCHA, 1998, p. 24).

Nas zonas de mineração, a pecuária era exercida como atividade subsidiária e, à medida que “decaía a produtividade das jazidas minerais, multiplicavam-se os investimentos e a transferência dos meios de produção – terra, escravos, instrumentos de trabalho – para a agricultura ou pecuária” (MAGALHÃES, 2014, p. 62). A maior aptidão para a atividade da pecuária ou da agricultura era determinada pelas características dos solos: em solos de mais qualidade predominava a atividade agrícola e, em solos mais pobres, a pecuária (MAGALHÃES, 2014, p. 62).

O baixo custo para a implantação das fazendas de criar, as poucas exigências de mão de obra e a grande oferta de terras foram fatores de incentivo à pecuária (CHAUL, 2001, p. 97), como também determinante para a disseminação da população por enormes distâncias, como pode ser observado na Figura 8 a seguir. Isso, por sua vez, acirrou as disputas territoriais entre indígenas e não indígenas.

⁵⁸ Conforme Velho (1972 apud ROCHA, 1998, p. 16, itálico e aspas no original): *Frentes de expansão* são “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”.

Figura 8 – Expansão Agropecuária em Goiás



Fonte: Adaptado de Chaul (1999 apud MAGALHÃES, 2014, p. 55), Magalhães (2014, p. 54) e Rocha (1998).

Os resultados da ação dessas frentes de expansão foram desastrosos para as populações indígenas que habitavam as regiões onde elas se estabeleceram, em virtude dos conflitos, das doenças e da “descaracterização cultural dos grupos tribais em contato com os novos habitantes, principalmente nos aldeamentos” (ROCHA, 1998, p. 19), lembrando que,

teoricamente, os aldeamentos seriam responsáveis pela “civilização dos indígenas”, e que, dos aproximadamente trinta mil índios existentes na província, cerca de oito mil encontravam-se aldeados (ROCHA, 1998, p. 25-27).

Todas as populações indígenas sofreram as pressões da ocupação de Goiás desde o século XVIII. Algumas tiveram um contato menos violento, outras mais, mas, de modo geral, independente de como este se deu, os efeitos foram bastante semelhantes: servidão, desocupação dos territórios tribais e morte por guerras ou epidemias. Leandro Mendes Rocha (1998, p. 36) afirma que, entre todos os grupos indígenas de Goiás, os Avá-Canoeiro eram os mais temidos, chegando a ameaçar a ocupação em extensas áreas, inclusive no Sertão de Amaro Leite, como já observamos em Pohl, Cunha Mattos e Castelnau.

Para conter o “problema dos Canoeiro” foram utilizadas expedições punitivas oficiais ou não. Os Presídios do Sertão de Amaro Leite, como veremos mais adiante, tiveram grande impacto sobre esse grupo indígena. Goiás, na segunda metade do século XIX, tem por característica marcante o “recrudescimento de violências entre índios e brancos” (ROCHA, 1998, p. 55) diante da expansão da pecuária. Aos indígenas, diante da diminuição de seus territórios, restavam duas alternativas: a resistência ou a fuga para lugares mais distantes. Essa última foi a opção a que se viram premidos os Xavante:

[...], ao deixar o Carretão, isolou-se em seu antigo território localizado entre os rios Tocantins e Araguaia, de onde reiniciou suas hostilidades contra os regionais. Com a pressão das frentes de criadores de gado e agricultores no norte de Goiás, os Xavante se retiraram da região. Após 1859, estes já haviam cruzado os rios Araguaia e Cristalino, onde se estabeleceram às margens do rio das Mortes no leste de Mato Grosso, região que passaram a habitar desde então. (RIBEIRO, 1977, p. 65 apud SILVA, M. G. O., 2013, p. 73).

Já os Avá-Canoeiro, diante da invasão de seus territórios tribais, iniciam uma longa história de resistência (PEDROSO, 1998). Todas as dificuldades vividas no Sertão de Amaro Leite pelos colonizadores passam a ser imputadas à presença dos Avá-Canoeiro, causando espanto a obstinação com que defendiam seus territórios e a necessidade urgente de “desinfestar” a região dessas “pragas” do sertão. Podemos afirmar que, na visão do colonizador, o indígena personificava o sertão, o Avá-Canoeiro era o sertão e, ao mesmo tempo, o responsável por essa condição.

Três fatores se uniram de forma a tornar possível o controle do Sertão de Amaro Leite, dando o respaldo ideológico à conquista: a suposta fertilidade e riqueza dos terrenos; a teoria da origem miscigenada dos Avá-Canoeiro, que de certa forma os excluía da política indigenista; e a sua incapacidade de serem “civilizados”. Atesta essa opinião o presidente

goiano Eduardo Olimpio Machado, em seu relatório de 1850: “Esta tribu [os Avá-Canoeiro] não parece disposta a aceitar os benefícios da cathequese; pelo contrário, segundo o que tenho ouvido relatar de sua origem e costumes, parece levar em mira uma obra de vingança e extermínio.” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 74).

A integração de Goiás deu-se pela incorporação gradual do sertão. No caso do Sertão de Amaro Leite, integrá-lo ou incorporá-lo passava pelo controle ou pela eliminação dos povos indígenas que o habitavam, entre outras medidas, tomadas em diferentes épocas pelos presidentes da Província, garantindo a sobrevivência de uma atividade econômica, a pecuária, essencial nos discursos desses potentados, que afirmavam existir um natural potencial para seu desenvolvimento na região. Ao mesmo tempo em que as fazendas de criação aumentavam, os núcleos urbanos existentes retraíam, decorrente da reorientação econômica da Província de Goiás para a economia das fazendas de gado, no início autossubsistentes. Isso se reflete na imagem que se faz desse sertão, de abandono e de isolamento, que atinge o século XX, conforme podemos perceber na citação de Janaína Amado (1993, p. 50-51):

A região central de Goiás foi aberta pela primeira vez à colonização no século XVIII, quando se tornou um centro mineiro menor, organizado em torno de alguns povoados. Vários mineradores que para lá então se dirigiam requereram títulos de sesmarias à Coroa portuguesa, mas muito poucos obtiveram os registros definitivos: a corrida do ouro foi tão breve nessa parte de Goiás que a maioria dos mineiros abandonou o local antes mesmo de obter os títulos ou a confirmação deles. As terras não ocupadas ou confirmadas voltaram à propriedade do Estado, na qualidade de terras devolutas, e nessa mesma situação permaneciam ao final da década de 40: nesses duzentos anos a região havia sido tão isolada que ninguém realmente se interessou em adquirir lotes ali.

Ao contrário da afirmação anterior, Funes (1986) nos diz que a pouca confirmação de sesmarias é muito mais representativa da economia da Província do que o pouco interesse despertado pela terra:

Tal aspecto seria consequência das condições que eram impostas aos requerentes de sesmarias, os quais, ao receberem a concessão, deveriam cultivar a área recebida em dois anos. No prazo de um ano, a sesmaria tinha que estar titulada. Poucos tinham condições para cumprir tais exigências, preferindo ficar sem a regularização de suas posses, o que posteriormente geraria conflitos, principalmente quanto à demarcação das propriedades. (FUNES, 1986, p. 97).

Ou seja, o baixo índice, ou a inexistência de titulação, de forma alguma exclui a ocupação. Ao contrário dos duzentos anos de isolamento (AMADO, 1993, 1985). Ao analisar os relatórios dos presidentes da Província, entre os anos de 1835 a 1889, percebemos que, ao longo de 54 anos, o Sertão de Amaro Leite foi alvo de várias medidas visando a sua

integração à Província de Goiás e outras que tinham o sertão como espaço de ação, com o fim de “desobstrução” do Sertão. Ao incluirmos a descoberta do ouro na região, na primeira metade do século XVIII, a implantação do aparato de controle das minas, por meio de contagens e registros e o aldeamento do Carretão, ocorrido em 1788, teremos mais de um século de permanente intervenção sobre o Sertão de Amaro Leite. Justamente no período compreendido entre os anos finais do século XVIII e a década de 1870 são feitos os maiores empenhos para não permitir o isolamento da região, favorecendo a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e as ligações internas da Província, pelas estradas, e externas, com as províncias da região norte do Brasil, como veremos a seguir.

2.3 Os relatórios dos presidentes da Província e as medidas de intervenção efetivadas no Sertão de Amaro Leite

Os relatórios dos presidentes da Província de Goiás expõem os principais acontecimentos da região e eram divulgados à Assembleia Legislativa, sempre no início de cada ano legislativo, “apresentando um quadro global do estado da Província e de seus problemas mais urgentes, para orientar as deliberações do corpo legislativo”, como nos informa Luíz Palacín (1986, s.p.).

Estes não contêm grandes variações em suas formas e, geralmente, constam de uma pequena introdução, utilizada para saudações, explicações sobre algum ponto do relatório, estado geral da Província e notícias da Família Real. A seguir, se distribuem os tópicos e epígrafes que fazem parte da administração pública, como: Instrução Pública; Saúde Pública; Segurança Pública; Polícia; Estradas; Mineração; Lavoura; Criação e Comércio; Catequese, Civilização e Incursões Indígenas; Correios; Comarcas e Secretaria. Ao longo do tempo, podemos perceber que a administração gradualmente vai se tornando mais complexa e novos temas são incorporados: Guarda Nacional⁵⁹; Typographia⁶⁰ e Presídios; entre outros. Para Garcia (2010, p. 115), essa rigidez no tratamento dos relatórios “[...] expressava os limites de ação do poder público, impostos pela política centralizadora do Império”.

⁵⁹ Criada em 1831, durante o período Regencial, a Guarda Nacional substituiu os antigos corpos de milícias e as guardas municipais, sendo depois reorganizada em meados do século XIX, ficando sob a competência dos presidentes de província.

⁶⁰ Provavelmente se referindo ao serviço de publicações oficiais, nesse caso, os serviços “tipográficos”.

Os relatórios tornaram-se obrigatórios a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834⁶¹ (GARCIA, 2010, p. 114). Após as alterações em virtude deste, percebe-se uma tendência centralizadora, por meio da escolha dos presidentes de Província pela Monarquia, substituindo os Conselhos Provinciais.

Até 1850, os presidentes eram escolhidos entre os goianos proeminentes, e, após essa data, passam a vir de fora, nomeados pelo Imperador, como ocorria nas demais províncias. A nomeação de “estrangeiros” deixa claro o objetivo de centralização política do Império, pela diminuição da atuação das oligarquias locais e pelo controle do território; mas, ainda assim, vários goianos assumiram o comando da província, como Vice-Presidente, “quase sempre filho da terra, enfronhada na política local” (BERTRAN, 1996, s.p.).

Os relatórios dos presidentes da Província formam um conjunto homogêneo de séries documentais (PALACÍN, 1986, s.p.), introduzem a longa duração e permitem perceber as continuidades e descontinuidades, bem como a lentidão das mudanças (GARCIA, 2010, p. 116) na Província de Goiás como um todo.

Pela análise dos Relatórios dos Presidentes de Província, podemos dividir em três fases, ou períodos, a atuação do Estado sobre o Sertão de Amaro Leite, a saber: a primeira compreende o período de 1835 e se estende até 1853, e tem como característica o reconhecimento do Sertão de Amaro Leite, iniciado ainda no século XVIII, e mais objetivo nessa primeira metade do século XIX, já com algumas ações de intervenção; a segunda alcança o período compreendido entre os anos de 1854 e 1864, momento que comporta a criação dos presídios do Sertão de Amaro Leite; até a extinção do Presídio de Santa Cruz, a terceira incia em 1865 e se estende até 1889, ano final do governo imperial, que se reflete como um período de “calma” no Sertão de Amaro Leite, diminuindo sua ocorrência nas páginas dos relatórios.

“Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar são metas que contrapõem a modernidade ao sertão” (MORAES, 2003, p. 5), qualificando-o como espaço privilegiado para os projetos de “civilização”, que tem como fim último superar a condição de sertão. “Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional” (MORAES, 2003, p. 6), mesmo que lentamente.

⁶¹ Instituiu a Regência Una, dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais, estabeleceu o município neutro na corte (separado da Província do Rio de Janeiro), manteve a vitaliciedade do Senado. O Ato Adicional aumentava os poderes dos presidentes de província, porém, sua nomeação era feita pelo imperador e o mandato não era fixo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 249).

2.3.1 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da província, de 1835 a 1853

No período compreendido entre os anos de 1835 e 1853, o Sertão de Amaro Leite é marcado pelas constantes incursões dos índios Avá-Canoeiro, e, em menor escala, sofre também a ação dos Xavante, grupo que desde o final do século XVIII, após o aldeamento no Carretão, inicia um processo de migração, transpondo o rio Araguaia e se estabelecendo nas terras do Mato Grosso, onde serão novamente encontrados no século XX (SILVA, M. G. O., 2013).

Nessa época, são comuns as descrições do Sertão de Amaro Leite muito semelhantes ao que anteriormente haviam feito Pohl e Cunha Mattos, enaltecendo as condições naturais do sertão e uma natural vocação para a criação de rebanhos bovinos e equinos, em virtude da grande extensão de seus campos, da abundância de água e da grande quantidade de “barreiros”, que substituíam o sal, como mostra o relatório de Antonio de Padua Fleury, de 1848:

A criação de Gado Vaccum, e Cavallar, que com pouco trabalho quasi duplica annualmente, pelas excelentes pastagens, que temos em toda a Provincia principalmente no vaó do Paranã, Amaro Leite, Salinas, Rio Verde, e os outros Districtos **que não demandão a despesa de huma pedra de sal**, considero ser hum dos importantes ramos de recurso para o engrandecimento de nossa bella Provincia. (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 123, grifos nossos).

O Sertão de Amaro Leite foi considerado, por Henrique Silva, “o berço da pecuária goiana” (GOIÁS, 2001, p. 1748), pela criação de grandes rebanhos de *gado vacuum*, criados à larga, soltos, sendo divisados apenas pelas marcas a ferro que identificavam cada proprietário (BERTRAN, 2000, p. 157). Livres, os animais buscam os “barreiros”⁶², que são baixadas salino-salitrosas, que atraem os rebanhos para suas imediações (GOIÁS, 2001, p. 115). Há, também, o surgimento de duas raças variantes do caracu: a curraleira, também denominados “bruxos” (BERTRAN, 2000, p.161), e a mocha (GOIÁS, 2001, p. 1748), que são atribuídos ao gado que havia sido trazido para a região pelos jesuítas.

A dispensa da oferta de sal ao rebanho é tida como uma importante vantagem, devido à irregularidade no abastecimento do sal marinho em toda a Província, produto imprescindível na alimentação humana, bem como para os animais (MAGALHÃES, 2014, p. 92-93). No

⁶² Observamos que, nas proximidades da cidade de Porangatu, seguindo pela BR 153, no sentido sul-norte, existe o pequeno povoado de Linda Vista, também chamado pela população local de “Barreiro”, muito provavelmente pela persistência de sua antiga toponímia.

entanto, a disponibilidade de sal-gema, ou sal da terra, era um paliativo, que se mostrava insuficiente para garantir a qualidade dos rebanhos:

Espalhados por quase todo Goiás, o gado era diferenciado pelo capital nele investido. Para a venda, as taxas de valor do produto variavam nos mercados consumidores de Minas e São Paulo, principalmente. O ‘curraleiro’ era vendido por cerca de 4\$000 (quatro mil réis), enquanto o gado cruzado de melhor qualidade, encontrava quase o dobro do preço, ou seja, era vendido por 7\$000 (sete mil réis). (CHAUL, 2001, p. 93-94, aspas no original).

Sobre a carência desse produto, temos o relato de Cunha Mattos (1836, p. 111, v. 1), que tem algo de cômico e trágico ao mesmo tempo:

Eu dormi em cima de huma mesa, não me atrevendo a faze-lo no rancho porque as vacas e porcos furtavão e comião a roupa, arreios, e tudo quanto achavão que tivesse suor ou gosto de sal. He tão forte a vontade dos porcos e vacas para comerem ou lamberem cousas salgadas que apenas vêem a qualquer pessoa em disposição de urinar, cercão-a por todos os lados e comem e lambem a terra ou coisa em que se urinou; he huma perseguição tal que só póde ser acreditada por quem o tem presenciado.

Fato semelhante é também descrito por Leite Moraes, em sua viagem de retorno da Província de Goiás, em 1881: “Arranchamos-nos em um rancho aberto de todos os lados; não dormi à noite porque durante ela estive de alerta *vigiando o gado* que vinha roubar-nos arreios etc.” (MORAES, 1995, p.125, itálico no original). Passadas mais de cinco décadas, podemos afirmar que o fornecimento de sal ao rebanho ainda não havia sido regularizado. Devido à grande distância da província dos locais de produção do sal, os custos de carroto tornavam o produto raro e caro.

Alguns criadores mais abastados mantinham sua tropa própria para aquisição e distribuição do sal, como o Capitão Felipe Cardoso, da Comarca do Norte (MOREYRA, 1972, p. 254), ou o coronel Hermengildo Lopes de Moraes, que fez fortuna fornecendo sal para as tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 2006, p. 166), sendo a distribuição de sal um lucrativo negócio.

A carência de sal na Província fez com que o Sertão de Amaro Leite fosse “redescoberto”, mesmo diante de todos os perigos que encerrava, pois se percebe que, em momentos de extrema carência, pela necessidade ou para garantir grandes lucros, as dificuldades em se transpor o Sertão de Amaro Leite eram postas de lado, como no ano de 1835, conforme consta do relatório de José Rodrigues Jardim: “a extrema falta de sal a três annos fez trilhar a taó útil, e interessante estrada do Porto Imperial por Amaro Leite”

(MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 34). Jardim observa que os Avá-Canoeiro eram o maior perigo aos que utilizavam essa estrada e também um grande obstáculo a ser vencido pelos povoadores do sertão (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 38). O presidente Rodrigues Jardim propõe pequenas ações sobre a região, que continuam nos governos que o sucedem, como as obras de melhoria na estrada, que se estendem até 1838; o estabelecimento de um correio mensal de Pilar para Amaro Leite (em 1835); os reparos na igreja (1839); a criação de aulas, em 1835, e de uma escola de 1º grau, em 1836.

Durante o século XIX, houve um processo de criação e expansão de escolas de primeiras letras por toda a província de Goiás. Mas esse processo foi marcado por momentos de supressão e restauração das escolas, bem como da remoção de unidades escolares de uma localidade para outra. (ABREU, 2006, p. 254).

A implantação da educação pública na Província encontrou no Sertão de Amaro Leite um opositor: a inexistência de um professor. A criação dessa escola não garantiu o acesso da população de Amaro Leite ao ensino, pois a cadeira permaneceu vaga, durante duas décadas, até ser provida interinamente em 1856, mesmo tendo sido colocada em concurso em 1852 (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 115).

Sandra Elaine Aires de Abreu aponta como um provável motivo para a manutenção da vacância, por tantos anos, o fato de Amaro Leite, como outras localidades que apresentaram a mesma dificuldade, se situarem em áreas vulneráveis aos ataques indígenas, o que dificultava ao governo prover as escolas, o que se repetia também nos aldeamentos de São Joaquim de Jamimbú e Pedro Afonso, e conclui: “quem arriscaria a própria vida para trabalhar com índios “tão ferozes” e por vencimento “tão baixo?” (ABREU, 2006, p. 33, aspas no original).

A presença indígena foi um argumento bastante utilizado para justificar as dificuldades vividas na Província. Os Avá-Canoeiro eram responsabilizados pela situação subalterna do Sertão de Amaro Leite, o que demandava grandes esforços na tentativa de contê-los. A criação de bandeiras para perseguir os indígenas era constante, contando com até duzentas praças (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 74-75), número que pode ser considerado dilatado diante dos inúmeros registros existentes quanto à insuficiência numérica da força pública da Província, mas que não obteve os resultados esperados e a população do Sertão continuou sem “nenhuma segurança, e quase nenhuma esperança há para estes desgraçados habitantes”, conforme palavras de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 111).

Além das bandeiras oficiais, existiam também aquelas que corriam por conta de particulares, com autorização do governo, inclusive com a utilização de índios aldeados, “amigos” como os Apinagés (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 113), e, provavelmente, muitas outras aconteceram sem que as autoridades fossem comunicadas.

D. José de Assis Mascarenhas, quando ocupava a presidência da Província, entre 1839 e 1841⁶³, vê como alternativa para a Província a catequese, pois por meio dela se alcançaria a desejada civilização do indígena, possibilitando a disponibilidade de braços em quantidade até maior que as necessidades locais, em substituição ao braço escravo, que já se encontrava em falta (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 164); também cessariam os “males” que os índios vinham causando às fazendas do norte: “pois o índio ha de ser civilizado, ou o norte da província há de caminhar a passos largos para sua total dicadencia [*sic*], e destruição” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 180).

José Rodrigues Jardim, que volta como sucessor por curto período, entre março e novembro de 1841, alerta que os resultados produzidos pelo uso da força não tem sido bons, uma vez que “a força só deve servir para os conter, e repelir, caso sejamos agredidos, [...]” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 198). Seguindo a linha de Mascarenhas, via na catequese ministrada por missionários a melhor alternativa, conforme suas palavras: “dê força para os defender [aos missionários], e dê brindes para attrahir a esses, que até agora se mostram nossos inimigos” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 198), eis a metodologia preconizada, que esbarrava em uma dificuldade: o número de missionários na Província era insuficiente para o tamanho da empreitada.

Contudo, além da questão indígena, outros temas também são relevantes diante da precariedade das rendas da província: a baixa produção agrícola e as dificuldades de comunicação com as demais áreas do Império, em virtude das más condições das estradas e das dificuldades da navegação. Para incentivar a navegação do Araguaia, visto que a do Tocantins, mesmo que em pequena escala, não fora de todo interrompida, o presidente Joaquim Ignacio Ramalho (1846) sugere a fundação de aldeias nos lugares ocupados pelos povos indígenas, as quais teriam a finalidade de civilizar os indígenas, promover o povoamento das margens do rio e viabilizar sua navegação (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 41-45).

Assim, a navegação passa a ser um tema recorrente nos relatórios presidenciais, muito provavelmente em virtude da expedição de Castelnau, que despertou o interesse dos locais, e,

⁶³ Veio a ocupar a presidência em diversos outros períodos: 1841-1842; 1842-1843; 1843-1844; 1844-1845, sempre alternando mandatos com Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

sobretudo, do presidente José de Assis Mascarenhas (CASTELNAU, 2000, p. 135). Mais tarde, esse mesmo projeto de navegação sensibilizou também o Governo Imperial, que acabou por enviar, em 1849, o engenheiro João Baptista de Castro Moraes Anta, capitão do Corpo de Engenheiros, para fazer um levantamento dos principais rios da Província (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 165).

De acordo com Dalisia Doles (1977, p. 437), a partir de 1846 se iniciam as medidas para preparar a navegação do Araguaia e dentre elas destaca-se a dinamização da catequese e a intenção de fundação de cinco presídios em 1849, que foram assim justificadas pelo presidente Eduardo Olímpio Machado, em 1850: “Podemos considerar os Presídios a necessidade mais urgente da navegação do Araguaya; por quanto, sem Presídio, não é tão cedo, que se povoará suas desertas margens, e sem povoação, não he possível, que a navegação vá por diante” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 46).

Dos cinco presídios previstos no rio Araguaia, apenas dois foram efetivamente criados: Leopoldina e Santa Izabel; o terceiro, Januária, teve seu estabelecimento frustrado, o que obrigou a adiar a implantação dos demais. A fundação dos presídios é cercada de cuidados:

[...] particular atenção, não só por ter sido especialmente recomendado pelo Governo de Sua Magestade, como por que, no sentido geral dos homens interessados na grandesa e prosperidade desta província [...]. Refiro-me ao desenvolvimento da navegação fluvial. (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 75).

Juntamente com os presídios, era necessário atrair povoadores para as margens do rio. Para isso, o presidente da Província cuida de divulgar a lei anteriormente criada, Lei n. 11, de 5 de julho de 1839, que isentava dos dízimos e impostos provinciais, por um período de 20 anos, aqueles lavradores e criadores que fossem se estabelecer, ou já se estabeleceram, na margem direita do Araguaia e até dez léguas no sertão (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 79). A cobrança dos dízimos onerava sobremaneira os lavradores, desestimulando a produção: “o quinto empobreceu Goiás, e o dízimo acabou de matá-lo”, era a opinião de D. José de Vasconcelos (apud FUNES, 1986, p. 71).

A legislação que isentava dos dízimos não era uma novidade, uma vez que, desde o século XVIII, algumas providências foram pensadas com vistas a aumentar as rendas e propiciar a integração da província, como a retirada dos embargos à navegação dos rios Araguaia e Tocantins (interditados para tentar conter o contrabando do ouro), em 1782. Posteriormente, incentivou-se a produção agrícola em virtude da Carta Régia de 7 de janeiro

de 1806, que atendia as solicitações do governador da capitania de Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, que

concede inteira isenção de dízimos por dez anos a quem fôr estabelecer-se ao longo das margens dos mencionados rios [Araguaia e Tocantins], e ainda três léguas em distancia d'ellas: na mesma Carta Regia se reconhece a agricultura como a solida base da felicidade publica, e me é positivamente recomendado o seu adiantamento n'esta Capitania. (MASCARENHAS, 1885, p. 62).

À época, o plano de D. Francisco fracassou, pois “nenhum núcleo de população corajosa e trabalhosa se formou, ficando sem execução as bondosas promessas da carta régia de 7 de janeiro de 1806, [...] que por dez anos isentava de todos os dízimos a quantos fossem organizar lavoura nas margens do Tocantins, Maranhão e Araguaya” (TAUNAY, 1876, p. 17).

Os moradores do Sertão de Amaro Leite, desde 1838, reivindicavam uma legislação semelhante, principalmente após a publicação no Correio Oficial, da Sessão Legislativa Provincial, de um projeto de isenção de dízimos:

[...] tomarão este Projecto, como Lei, e tem aparecido uma forte oppozição ao Collector, e muitos habitantes dos Municípios da Palma, e Natividade, possuidos do mesmo engano tem-se mudado com os seos gados para accrescente Povoação do Peixe na margem Occidental do Tocantins, território de Amaro Leite, [...] aliás tão exposto as continuas hostilidades do Canoeiro, parece que seria huma medida politica vantajosa a Provincia huma Resolução, que na verdade isentasse de pagar o Imposto do Dízimo tanto de miunças, como do Gado todos os actuaes moradores, e aos que para ali fossem estabelecer; esta isenção pode ser por hum tempo certo de annos, que não deverá ser menos de seis [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 130-131).

Conforme a afirmação anterior, de Luis Gonzaga de Camargo Fleury, conhecedor da realidade do norte⁶⁴, as vantagens acabavam por pesar mais do que o temor aos indígenas, uma vez que a população goiana convivia frequentemente com “essa situação de tensão gerada pelo medo que os colonizadores sentiam dos indígenas, dos escravos, dos mulatos será uma constante nos primeiros 150 anos da expansão da fronteira colonizadora” (OLIVEIRA, 2013, p. 89).

As “correrias” dos Avá-Canoeiro continuaram sobre o Sertão de Amaro Leite, que, conforme Antonio Joaquim da Silva Gomes (1851), “achão-se hoje ermos, e despovoados” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 100). Para Ataídes (2001, p. 240), a diminuição da

⁶⁴ O padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury foi enviado à Comarca do Norte como delegado do Governo Provisório da Província de Goiás e por lá permaneceu durante o período de 1822 a 1824, em missão pacificadora (BORGES, 1984).

população não indígena ocorreu em virtude da criação dos Presídios do Araguaia. Para usufruírem dos benefícios propostos pelo Governo Imperial aos que se tornassem colonos dessas instituições, ou ainda aqueles que pretendiam se favorecer da isenção dos dízimos, famílias inteiras de Amaro Leite se transferiram para a região do Presídio Leopoldina (atual cidade de Aruanã).

Silva Gomes, no relatório apresentado ao seu sucessor, afirma que “Os presídios fundados às margens do Araguaya, sendo transferidos para as do rio Maranhão, e colocados convenientemente, prestarão melhor serviço atrahindo população para os requissimos sertões de Amaro Leite” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 231). Entre os motivos elencados por Silva Gomes para a transferência da área de interesse do Araguaia para o Tocantins está o fato de que, mesmo com a efetivação da navegação entre Goiás e o Pará, esta não traria grandes benefícios à Província, uma vez que os consumidores dos produtos importados pelo Araguaia se restringiriam aos habitantes da Capital. Enquanto isso, a proteção da navegação do rio Tocantins e seus afluentes seria mais benéfica às povoações do interior da Província e diminuiria a distância da Capital (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 230).

Durante o governo do presidente Francisco Mariani (1853), que, anteriormente, era juiz da Comarca de Cavalcante, continuam as denúncias das ações dos Avá-Canoeiro, que fazem sete vítimas na chapada Mimoso, distrito de Amaro Leite. Havia, ademais, total dependência da população em relação à ação do governo para garantir sua segurança. Mariani vê como inútil a permanência de tropas nos presídios do Araguaia (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 246-247), uma vez que eles não haviam progredido conforme se previa, com sua população se mantendo estável e pelos poucos benefícios prestados à Província (MEMÓRIA GOIANAS 5, 1996, p. 255).

2.3.2 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da Província: de 1854 a 1864

Chama a atenção, em um momento de participação política tão limitada, a existência, em 1854, de eleitores de Amaro Leite que “[...] pertencem por exemplo ao circulo do collegio da capital os dous eleitores de Amaro Leite [...]” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 115), o que talvez possa explicar, parcialmente, o interesse pelo Sertão de Amaro Leite nesse período.

O ano de 1854 é marcado pelos trabalhos de investigação da viabilidade de investimentos no rio Tocantins, através do engenheiro Ernesto Vallée, “outr’ora dirigiu os trabalhos da Companhia de Mineração do Rio Maranhão” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 29), como consta no relatório de Francisco Mariani:

O Governo Imperial julgou o território de Amaro Leite nas mesmas condições das margens do Araguaya, que não poderão atrair população ainda á custa de consideráveis sacrifícios, e por isso ordenou, que ali se reproduzissem os Presídios; quando pelo contrário os habitantes de toda a Província só aspirão que se desinfestem esses férteis campos das incursões dos selvagens, para ocupal-os sem detença. Para conseguir-se este fim nada seria menos proprio, do que o Soldado estacionario, pai de família, e proprietário [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 41).

Mariani também esboça um plano de localização para os presídios que se pretendiam implantar: Genipapo, Amaro Leite e Descoberto, nos pontos determinados pelo engenheiro Vallée (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 41-42). Antônio Cândido da Cruz Machado dá continuidade ao projeto de implantação dos presídios no Sertão de Amaro Leite, a despeito de representações que solicitavam o retorno das tropas para as margens do Araguaya. A escolha da localidade para implantação dos presídios obedecia, além das necessidades de proteção apontadas, também as facilidades para o abastecimento da província e a proximidade da capital, centro administrativo. Os regulamentos são criados e os comandantes nomeados, partindo para seu destino acompanhados de sua tropa e familiares, ainda em agosto daquele ano (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997). No relatório de 1855, podemos perceber como a região do Sertão de Amaro Leite ganha visibilidade nas ações do governo provincial:

A capella mór da matriz de Amaro Leite ameaça total ruina, e a posição especial d'aquella freguesia no centro dos sertões é razão suficiente para que a assembleia legislativa provincial não se recuse a consignar no futuro orçamento uma quota para os reparos indispensáveis d'esse templo. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 226).

A implantação dos presídios tem ação direta e imediata sobre os Avá-Canoeiro, pois, segundo Cruz Machado, “os sertões de Amaro Leite erão o principal teatro das malfeitorias dos Canoeiros, [...] com o estabelecimento dos presídios elles tem migrado para além das contravertentes do Araguaya” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 232). Isso, segundo o presidente Machado, pelo “terror no animo dos índios” que a farda e a clavina⁶⁵ causam, uma vez que os soldados recebiam instruções para evitar “qualquer choque sanguinolento” e iniciar o processo de aproximação com os indígenas, para o qual deveriam “[...] empregar meios brandos afim de acaricia-los e reduzi-los [sic.] a visitar o presídio” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 232-233).

Os documentos investigados são pouco precisos quanto à forma de contato entre a população dos presídios com os povos indígenas que o circundavam, muito em função do

⁶⁵ Arma mais curta que a espingarda (PINTO, 1832, s.p.).

Regulamento das Missões, que preconizava o convívio pacífico. Marta Amoroso (2014, p. 49), ao descrever as práticas usuais nas colônias militares de Minas, destaca o controle armado e o sequestro das crianças indígenas. O controle armado fica evidente diante do “medo da farda e da clavina” e das medidas tomadas quando acontecia algum ataque indígena:

ordenei ao inspetor geral dos presídios que, verificando a sua realidade [ataques contra a população de Amaro Leite] houvesse de providenciar como julgasse mais conveniente em vista das circunstancias; e para esse fim mandei-lhe dar algumas munições que pareceram necessárias. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 123).

Porém, sobre o sequestro de crianças, a documentação consultada não nos permite afirmar sua existência nos presídios goianos. Além disso, os únicos indivíduos indígenas localizados nos documentos consultados nos presídios do Sertão de Amaro Leite é uma família Avá-Canoeiro, composta por uma índia adulta, com suas duas filhas, conduzida ao presídio de Santa Cruz com a intenção de formar intérpretes para futuras negociações (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 233).

Entretanto, diante da drástica redução numérica dos indígenas exatamente nesse período e da dizimação de vários povos indígenas, não resta dúvidas de quão violentos foram os contatos. Hugo de Carvalho Ramos (1984, p. 48), em seu *Tropas e Boiadas*, nos indica os caminhos dessa reflexão: “Eram sempre histórias antigas, das passadas eras do Império e Presídios do Araguaia [...] narrações da vida à beira do rio, proezas de caça e pesca, combates e matanças dos índios canoeiros, caiapós e xavantes; [...]”.

O Sertão de Amaro Leite, que até a criação dos presídios ocupava uma posição secundária nos relatórios dos presidentes de Província, ganha, no relatório de 1855, destaque, com uma epígrafe própria, na qual se expõe sua localização, sua grandeza territorial e qualidades naturais, visto como um berço de prosperidade baseada na defesa e segurança de seus povoadores, com a descrição detalhada de cada um dos três presídios: Santa Barbara, Santo Antônio e Santa Cruz (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 240-243).

Os presídios formavam uma linha de segurança: o de Santa Barbara e o de Santo Antônio impediam o avanço dos indígenas sobre o Sertão de Amaro Leite e protegiam a Estrada de Pilar a Porto Imperial, enquanto o de Santa Cruz defenderia a estrada pelo norte do sertão, e o rio Canabrava, que acumularia, além da defesa, a função de entreposto comercial.

Em virtude das constantes reclamações dos habitantes das margens do Araguaia, o Presídio de Santa Leopoldina é restabelecido por ordem imperial, criando duas linhas: a do

Tocantins e a do Araguaia, respectivamente. O sucesso inicial dos presídios do Sertão de Amaro Leite fez com que outras medidas fossem tomadas.

Cruz Machado determina a abertura de uma estrada ligando os presídios do Sertão de Amaro Leite à Estrada do Norte, a fim de viabilizar a comunicação com as demais partes da Província e, principalmente, facilitar a locomoção das tropas e dos colonos, bem como o abastecimento dos presídios. A estrada passando pelos três presídios, e se unindo à estrada do norte (de Pilar a Porto Imperial), possibilitaria a ligação do norte da província com a cidade de Goiás, ficando os presídios com a responsabilidade de sua construção.

Dando boa navegação o rio Canabrava sete a oito mezes por anno, com 70 léguas de viagem por terra se farão as communicações da capital com o norte de novembro a junho, e nos mais mezes ir-se-há por terra ate a confluência do mesmo rio no S. Thereza, ou a deste no Tocantins. [...] Os quase extinctos arraiaes de Amaro Leite, e de Nossa Senhora da Piedade do Descoberto ficão na estrada. (MEMORIAS GOIANAS 6, 1997, p. 250-251).

Ao contrário das estradas coloniais, que se multiplicavam ao sabor dos descobertos auríferos, essas novas estradas, abertas sob a administração de Cruz Machado, visavam à integração interna, pois, além das estradas gerais, houve também preocupação com as vicinais e externas, com estradas que se dirigiam aos rios navegáveis, canais de entrada e saída para o comércio com as províncias vizinhas.

Quanto aos presídios de Santa Barbara, Santo Antônio e Santa Cruz, o presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha, no ano de 1856, afirma que:

O estado moral he satisfactorio, a disciplina he bem conservada, dous terços das praças são casadas, e as que já obtiveram baixa continuam a morar com suas famílias nos presídios em que se achavão [...] Concluirão se as estradas, que partem do presídio S. Antonio; no de S. Cruz está fazendo a nova estrada para Porto Imperial, e por fazer-se a picada que deve ir ter aos campos da margem esquerda do rio S. Thereza, procurando a serra das Trombas, e resta acabar a que vem ao Descoberto; no de S. Barbara terminou-se a que vai a Campinas, e tiveram começo as outras [...] no corrente ano passaram pelos presídios mais de 15 tropas [...] dous carros. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 26).

No relatório de 1857, o presidente afirma que as estradas estão sendo transitadas por carros em direção a Porto Imperial, a procura de sal e outros artigos vindos das Províncias vizinhas, e que algumas famílias já procuraram o local para estabelecer suas fazendas motivadas pela qualidade dos terrenos e pela estabilidade dos presídios (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 91-92). Os ataques indígenas continuavam, embora, nos relatórios, em menor número.

O governo ainda via na catequese a melhor alternativa para a solução do empecilho imposto pelos grupos indígenas, uma vez que a falta de braços para os trabalhos da agricultura e pecuária era fortemente sofrida na Província. Aos indígenas que resistiam a se deixar dominar, como os Avá-Canoeiro, restavam as bandeiras de extermínio particulares autorizadas pelo governo provincial ou as expedições empreendidas pelas guarnições dos presídios, que, conforme Francisco Januário Gama de Cerqueira, tinham por finalidade “afugentar os índios, quando não fosse possível chamá-los para a paz” (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 148).

Mesmo diante das dificuldades, a navegação do rio Tocantins se mantém. No relatório de 1861, Gama Cerqueira faz a seguinte observação:

A circunstancia porém de existirem já em suas margens importantes povoações e estabelecimentos agrícolas, onde podem os navegantes obter socorros em caso de necessidade, e mais que tudo a falta de outro meio de transporte e comunicações mais commodo e menos dispendioso são os principais motivos porque tem-se tornado mais importante e frequentada aquela linha fluvial, por onde se realiza actualmente quase todo o commercio do norte da província. (MEMÓRIAS GOIANAS 8, 1997, p. 120).

Ainda em 1861, Antônio Manoel de Aragão e Mello é a primeira voz a discordar da manutenção dos presídios do Tocantins, vendo somente a utilidade do Presídio Leopoldina, pois, segundo ele, os demais estão próximos a rios navegáveis apenas no inverno e “nem mesmo servem contra as invasões do índio”, sugerindo que mesmo com a extinção dos presídios se conservassem as povoações (MEMÓRIAS GOIANAS 8, 1997, p. 135).

Sobre os presídios José Vieira Couto de Magalhães, em seu relatório de 1863, assinala satisfatoriamente que:

Os presídios das margens do Maranhão tem concorrido poderosamente para que se desenvolva em alguns lugares a extincta indústria de criação de gado. Os Sertões de Amaro Leite cuja propriedade para este fim nada deixa a desejar, que foram tão prósperos na antiguidade e que depois tornarão desertos por causa das incursões dos selvagens, começam a medrar á sombra d’essas guarnições. (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 263).

Entretanto, no ano seguinte parece mudar de opinião, pois simplesmente resolve fechar o Presídio de Santa Cruz (MEMÓRIAS GOIANAS 10, 1998, p. 225), a fim de transportá-lo para outro local, apresentando a seguinte justificativa:

O presídio de Santa Cruz estabelecido à margem do rio Cana-brava a 3 ½ léguas de sua foz no rio S. Thereza, não presta auxilio à navegação do Tocantins, porque

aquelles rios são navegáveis só durante as águas; além d'isso nunca há ali gêneros alimentícios, visto como as mattas, que pareião boas, nada produzem, porque no tempo das chuvas ficão alagadas. [...] Sendo pois inútil a despeza que se faz com o presídio de Santa Cruz, e mais que necessária a creação de um d'estes estabelecimentos no porto do Jurupensen, n'esta data determinei que o presídio de S. Cruz fosse transferido para o dito porto do Jurupensen [no rio Vermelho]. (MEMÓRIA GOIANAS 10, 1998, p. 38).

Diante do exposto, é fácil perceber que a navegação da Província de Goiás enfrentou oscilações entre o Araguaia e o Tocantins, como o próprio Couto de Magalhaes explicou, pelas condições naturais de cada um desses rios:

O Araguaya offerece a vasta perspectiva de duzentos e quarenta léguas navegaveis em todas as estações, sem ser necessário cortar-se o mais pequeno ramo; de mais a mais, para quem eleva suas vistas a horizontes mais largos do que o estreito circulo dos interesses individuae, encherá n'ella a fuctura navegação de todo o centro do Brazil; suas cabeceiras pouco distão dos rios navegáveis de Cuiabá, e hoje é sabido, que por via d'essa grande artéria se pode estabelecer entre os golfos do Prata e Marajó uma linha de communicações fluviaes pelo centro do Brazil, interrompida apenas por uma distancia de 40 legoas. (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 239-240).

Os benefícios da navegação do Araguaia, buscaram, semelhantemente ao projeto de Castelnau, promover a ligação interna do continente até a bacia platina por meio dos rios, e externa, atingindo o oceano – e muito provavelmente Couto de Magalhães já enxergava uma oportunidade de negócio. O Tocantins, ao contrário, só permitia o abastecimento interno e o comércio com as províncias vizinhas, conforme Couto de Magalhães:

Meu juiso sobre o Tocantins é máo: não quero com isto dizer que sua navegação não traga algum proveito; mas, meus Srs., as vias fluviaes são superiores as terrestres porque se póde n'ellas substituir o braço do homem por forças puramente mechanicas. Toda navegação em que não fôr possível o emprego de um dos motores – vento ou o vapor – nunca passará de proporções mesquinhas. (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 240).

Um dos maiores opositores aos presídios na linha do Tocantins foi Couto de Magalhães, que dedicou esforços e capital na implantação da navegação a vapor no rio Araguaia.

2.3.2.1 *O Araguaia, o Tocantins, e novamente o Araguaia*

Mais do que as questões de navegabilidade de cada um dos rios, a alternância entre um ou outro aparece como disputas de poder, que visavam atender os interesses de grupos políticos distintos, ao invés de proporcionar melhorias consideráveis à população e à Província como um todo.

Os presídios e a navegação representavam não apenas o controle do território onde estavam inseridos, mas se ligavam também a questões mais antigas, como as disputas políticas na Província, que não foram resolvidas, pelo Império, com a nomeação dos presidentes de província não goianos. Para desenvolver essa ideia com mais propriedade seria necessário uma acurada investigação da biografia dos presidentes da província para que fossem clareados seus interesses e relações, dentro e fora da Província.

O número reduzido de pessoas com a formação necessária para desempenhar os importantes cargos da administração pública (presidentes das províncias, juízes de direito, entre outros) fez com que alguns, quando nomeados para a distante Província de Goiás, não fossem tão estranhos assim à política local e às práticas desenvolvidas nessas paragens (SIMÕES DE PAULA, 1972). Francisco Mariani, antes de presidir Goiás, foi juiz de direito da comarca de Cavalcante (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 156); João Bonifácio Gomes de Siqueira, mesmo sendo goiano, sucessor de Couto de Magalhães, fora juiz de direito da comarca de Santa Cruz (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 156).

A nomeação de não goianos à presidência da província tratava-se de “uma estratégia do Poder Moderador de Pedro II e de seu Conselho de Ministros, de colocar à testa do governo das províncias indivíduos inócuos e infensos ao poder das oligarquias locais” (BERTRAN, 1996, s.p.). Entre a saída de um presidente e a chegada de outro, muitas vezes a presidência foi assumida pelos vice-presidentes, “quase sempre filho da terra” (BERTRAN, 1996, s.p.). Por isso, há longos períodos somados em que o governo da Província esteve a cargo dos naturais de Goiás, “e eis aí é que a coisa toda relativiza-se [sic]” (BERTRAN, 1996, s.p.). Ao considerar que mesmo alguns dos não goianos que assumiram o governo não eram de todo estranhos às oligarquias locais, aí sim relativiza-se ainda mais!

A navegação do Araguaia traria mais benefícios para o sul da Província por sua proximidade com a capital, enquanto a navegação do Tocantins beneficiaria o norte, estendendo a navegação até a região central da Província e de lá, por via terrestre, os produtos transportados chegariam a todas as regiões. Francisco Mariani (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 38-42) elenca inúmeros motivos para o estabelecimento da linha do Tocantins,

destacando o repetitivo argumento de “extirpar o cancro Canoeiro” para a ocupação dos férteis terrenos, discurso que será, posteriormente, desconstruído em favor da navegação do Araguaia.

Outro ponto, não menos relevante, é o interesse no estabelecimento de companhias de mineração na região norte da Província, beneficiadas pela presença dos presídios do Sertão de Amaro Leite por controlar os povos indígenas existentes na região.⁶⁶ Não por acaso o engenheiro da companhia de mineração de Traíras, Ernesto Vallée, foi o engenheiro responsável pela implantação dos presídios na linha do Tocantins, contratado pelo Governo Imperial, substituindo o engenheiro Moraes Anta (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 185-225; MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 29).

Outras questões que podem ser apontadas para essa instabilidade na política de promoção da navegação em Goiás são pensadas a partir da singularidade apresentada pelo século XIX, após 1850, como destaca Maria Esperança Fernandes Carneiro (2014, p. 75):

A partir de meados do século XIX, um processo de profundas transformações no conjunto da sociedade brasileira começa a se implantar com a expansão da cultura cafeeira e com a proibição do tráfico negreiro em 1850 [*sic*] [1850], que agrava a crise da escravidão [...] Essas transformações decorrentes, sobretudo, da crise do escravismo colonial têm como principais marcos: a) A abolição do tráfico negreiro; b) a lei de terras de 1850; [...].

A carência de braços para o desenvolvimento dos trabalhos referentes à agricultura e à pecuária em Goiás já era sentida antes mesmo da promulgação da Lei Euzébio de Queiroz devido às poucas rendas da Província. A venda de escravos para a zona cafeeira acaba se tornando uma importante fonte de receita, ao mesmo tempo em que inviabiliza uma produção de excedentes agrícolas exportáveis na Província de Goiás.

Como alternativa à “falta de braços” negros, os índios, após devidamente “aldeados e cathequisados” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 127), poderia ser aproveitado, o que também pode ter sido motivo determinante para voltar os olhos para o Araguaia. Conforme os vários cronistas da época, era improvável que se incorporassem os Avá-Canoeiro como mão de obra, visto que, nos combates, diante da impossibilidade de fuga para o mato, lutavam até a morte, tanto homens quanto mulheres. Em virtude disso, poucos foram capturados e colocados nos aldeamentos. Em 1852, o Presidente da Província instituía um prêmio, com aprovação do Governo Imperial, para quem:

⁶⁶ Em 1862, existiam dois estrangeiros vivendo em presídios do Sertão de Amaro Leite: um no Presídio de Santa Bárbara e outro no Presídio de Santo Antônio, segundo constam nos mapas apresentados pelo presidente de Província José Martins Pereira de Alencastre (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 139-140).

[...] apresentar um Índio Canoeiro, já adulto, que depois de bem tratado entre nós, e suficientemente brindado, possa volver aos seus, declarar-lhes nossas disposições pacíficas para com elles, e fazer-lhes conhecer a vantagem de se reunirem em aldeamentos, de se applicarem á trabalhos agrícolas, e de cessarem por uma vez suas continuas barbaridades contra os Christãos. (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 171).

Outro fator a despertar a atenção sobre o Araguaia era a existência de maior número de povos indígenas: “Sendo certo que a maior parte das tribos indígenas, ainda por civilizar, povoam as margens do Araguaya [...]” (MEMÓRIAS GOIANAS 9, 1998, p. 99), que poderiam ser convertidos em mão de obra.

A implantação dos presídios no Araguaia, além de controlar os povos indígenas, com a intenção de convertê-los em mão de obra, por meio da associação com a catequese, também era uma forma de controlar os fundos territoriais existentes, com a extinção do apossamento, exigência feita a partir da Lei de Terras de 1850, como forma de obrigar aos excluídos da posse da terra à venda de sua mão de obra como assalariados.

Simões de Paula (1972, p. 111) aponta também, como provável motivo para o retorno dos esforços para viabilizar a navegação do Araguaia e a implantação dos presídios, uma tentativa de barrar as pretensões territoriais do Mato Grosso, fronteira constantemente questionada, como já havia descrito, em 1850, Eduardo Olímpio Machado: “[...] a Província do Matto Grosso pretende estar separada da nossa pelo Rio Araguaya até sua mais remota origem, quando a divisão convencionada parece ser o Rio das Mortes até sua confluência naquele Rio” (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 55).

2.3.3 O Sertão de Amaro Leite nos relatórios dos presidentes da província: de 1865 a 1889 o sertão desaparece (junto com os Avá-Canoeiro)

A história do Sertão de Amaro Leite na segunda metade do XIX se dilui com a história do Distrito de Amaro Leite ou da Paróquia de Santo Antônio de Amaro Leite. Entre os anos de 1865 e 1889, o Sertão, juntamente com os Avá-Canoeiro, torna-se escasso nos relatórios analisados, restando as notícias sobre a necessidade constante, e nem sempre atendida, de reparos em pontes, igrejas e estradas de todo o território ao norte da capital, de forma geral. Isso pode ser considerado como um indício do “isolamento”. Esse é um período marcado por dois fatos: os esforços para o desenvolvimento da navegação a vapor no Araguaia e a Guerra

do Paraguai, conflito ocorrido entre os anos de 1864 e 1870, que refletiram diretamente no sul da Província de Goiás.

O retorno da ação governamental para a navegação do Araguaia não significou um retrocesso do Sertão de Amaro Leite ao estado anterior, mas evidenciou um menor interesse pela região, uma vez que o grande problema, a capacidade de reação indígena à ocupação de seu território, já havia sido diminuído e controlado.

A extinção do presídio Santa Cruz promoveu a saída das tropas e dos bens pertencentes ao Império para o porto de Jurupensen, sem, contudo, haver uma desocupação completa da localidade, como nos mostra o relato de Ana Braga Machado Gontijo, que, no ano de 1935, ainda criança, em viagem de mudança juntamente com a família de Peixe para Trindade, descreve: “Lembramo-nos, até hoje, dos nomes das fazendas e dos lugares por onde passamos naquele tempo: Poço, Varjão de Santa Rita, Extrema, Morro Alegre, Bacabal, Porteiras, Moirão Enfincado, Presídio, Itans, Tanque. Estes entre Peixe e Descoberto” [algumas dessas localidades haviam servido de “pouso” ao francês Castelnau] (GONTIJO, 1973, p. 37), e evidencia a localidade “Presídio”, entre Peixe e Descoberto, muito provavelmente o extinto presídio Santa Cruz⁶⁷.

Durante a Guerra do Paraguai, a prática do recrutamento foi comum, bem como a resistência aos métodos promovidos pelo Governo Imperial: “Para os mais humildes, a opção comum foi a fuga, [...]” (IZECKSOHN, 2011, p. 405), como também atesta o presidente de Província Augusto Ferreira França: “V. Ex. compreende que o recrutamento, amedrontando os lavradores, e levando-os a refugiar-se no matto, como é usual nos sertões, assáz embaraçaria o fornecimento de víveres, que aliás urgia ser o mais amplo possível” (MEMÓRIAS GOIANAS 10, p. 113), preocupação em virtude da necessidade de Goiás, além de fornecer homens para a guerra, também ser responsável pelo fornecimento de víveres aos soldados na campanha do Mato Grosso.

O medo do recrutamento teria feito com que algumas famílias procurassem a região do Descoberto com o objetivo de proteger seus filhos, conforme o relato de Benedita César (apud PEREIRA, 2004, p. 69):

Minha mãe contava que o meu tataravô, Coronel Antônio Martins (filho de Tomás Martins da Cunha, família mineira que, no ano de 1832, foi atraída para o Estado de Goiás, fixando residência inicialmente em Goiás Velho, devido às terras baratas e busca de melhoria de vida para os filhos), veio para a região na época da Guerra do Paraguai para esconder seus filhos, porque naquela época o governo arrebanhava os

⁶⁷ No município de Porangatu, até o ano de 2012 havia a *Escola do Presídio Santa Cruz*, localizada na zona rural do município, próximo ao rio Santa Tereza, atual Escola Municipal Marcos César.

homens para servirem na guerra, então muitas famílias vieram para o sertão com o intuito de esconder seus filhos. Estas famílias vinham de Minas Gerais e de outros estados para fugir da guerra.

Esse é um fato marcante nas memórias de Porangatu. Os documentos atestam a presença de uma família Martins da Cunha na região, desde o século XVIII, Gonçalo Martins da Cunha (BERTRAN, 1996, p. 158), em Traíras, e desde a primeira metade do XIX, no Sertão de Amaro Leite, Manoel Martins da Cunha, na Fazenda do Funil, e Feliciano Martins da Cunha, na Fazenda de Santa Anna⁶⁸, e isso nos permite levantar algumas hipóteses: que as famílias que viviam no Sertão de Amaro Leite mantinham comunicação com familiares residentes em outras localidades da Província e fora dela, formando uma rede de informação e solidariedade aos que migravam. Isso explica a narrativa anterior, além da existência anterior dessa família no Sertão.

A fuga como resistência ao recrutamento é confirmada pela historiografia, e muito provavelmente essas histórias teriam sido contadas e compartilhadas por viajantes e tropeiros que transitavam pela região. Narrativas de fugas motivadas pela Guerra do Paraguai, “avós índias pegas a laço” (BERTRAN, 2000, p. 248), e a abundância do ouro, encontrado até no papo de perdizes ou na enxurrada, compõem as memórias de grande parte das antigas zonas mineradoras e dos antigos sertões goianos. Ademais, ao contrário do discurso do isolamento, demonstram como essas áreas estavam ligadas permitindo que as narrativas circulassem e fossem apropriadas em diferentes localidades. Essas memórias acabaram se constituindo na gênese histórica de várias cidades modernas, favorecidas pelas poucas pesquisas realizadas em algumas delas.

A extinção do Presídio Santa Cruz, em 1864, não fez cessar o interesse pela região. Inclusive, a saída do presídio pode ter sido um fator de estímulo ao povoamento por aqueles que pretendiam estar a salvo das ações do governo, mas ainda contando com sua proteção, uma vez que os dois presídios remanescentes formavam uma barreira, defendendo o Sertão das incursões dos indígenas. Fato é que, na segunda metade do século XIX, a região passa a ter sua população aumentada, dando-se o maior crescimento populacional justamente entre os anos de 1858 a 1872, como pode ser observado na Tabela 2 a seguir:

⁶⁸ AHEG, Caixa Mara-Rosa (Amaro Leite). 1837. Coletoria. Lançamento de taxas sobre engenhos e tavernas que venderem aguardente de produção brasileira. Avença do *gado vacum* e cavalari.

Tabela 2 – População da Paróquia de Amaro Leite (1824-1890)

UNIDADE	1824 ⁶⁹	1858	% a.a.	1872	% a.a.	1890	% a.a
Goiás	62.518	120.992	2,8	160.495	2,2	227.572	2,2
Paróquia de Amaro Leite	856	519	-1,2	1.268	10,2	1.679	1,7

Fonte: Adaptado de Cunha Mattos (1878, p. 114), Memórias Goianas 7 (1997, p. 186), Brasil (1876) e Brasil (1898).

No intervalo entre 1824 e 1858, percebemos, na região, um movimento contrário à Província de Goiás. Enquanto ela registrava um crescimento populacional de aproximadamente 2,8% a.a., a região sofre uma acentuada redução populacional, de 40%, cerca de -1,2% a.a., em virtude do já exposto: inexistência de novos descobertos, redução da população escrava, constantes conflitos com os indígenas e a migração de famílias para o Presídio de Santa Leopoldina (ATAÍDES, 2001).

Entre 1858 e 1872, a Província registra um crescimento de 32%, ou cerca de 2,2% a.a. Nesse mesmo período, a Paróquia de Amaro Leite registra um crescimento de 144%, aproximadamente 10,2% a.a. Esse crescimento se dá em virtude da implantação dos presídios, que promoveram o controle dos povos indígenas, incentivaram a migração para suas imediações, bem como a orientação para uma atividade econômica baseada na agricultura de subsistência e na pecuária.

No período entre 1872 e 1890, o crescimento observado é de 1,7% a.a., abaixo do observado na Província, que permaneceu em 2,2% a.a., fato que pode ser explicado pelo maior interesse que outras regiões passaram a despertar, especialmente a região sul, que, além da fertilidade das terras, passa a contar também com a Estrada de Ferro Mogiana, inaugurada em 23 de abril de 1889, até a cidade de Uberaba, situada no Triângulo Mineiro.

A Paróquia de Amaro Leite representava, em 1872, 0,73% da população da Província, com predomínio de livres sobre a população escrava, como podemos acompanhar na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Composição da população da Paróquia de Amaro Leite (1824-1872)

UNIDADE	1824	%	1858	%	1860	%	1872	%
Livres	742	86,7	506	97,5	661	98,4	1251	98,6
Escravos	114	13,3	13	2,5	11	1,6	17	1,4

Fonte: Adaptada de Cunha Mattos (1878, p. 114), Memórias Goianas (1997, p. 186), Arrolamento da População⁷⁰ (1860) e Brasil (1876).

⁶⁹ Para um valor de referência, foi usada a soma da população atribuída por Cunha Mattos a Amaro Leite e ao Descoberto da Piedade.

⁷⁰ AHE-GO, Caixa Mara-Rosa (Amaro Leite). 1860. Arrolamento da População da Paróquia de Amaro Leite.

Observa-se, no período compreendido entre 1824 e 1872, uma redução significativa da população escrava na região, sendo esta mais acentuada, entre os anos de 1824 e 1858, conforme explica Funes (1986, p. 106-107):

A crise econômica que abateu sobre Goiás, após a queda da mineração, provocou, não apenas a passagem de uma economia considerada “altamente lucrativa” para uma economia rudimentar de subsistência, com pouco excedente, como, também, uma reestruturação fundiária e profundas alterações nas relações de produção. (aspas no original).

Predominava, na Província, o aumento da população livre e a diminuição da população escrava, que, para Funes (1986, p. 130), se explica pela baixa produtividade agrícola e pela pecuária como principal atividade econômica, que necessita de menos mão de obra do que a mineração ou a agricultura, além da ocupação das melhores terras junto a vilas e caminhos, que motivou migrações para as áreas mais distantes e possibilitou, via apossamento, o aumento do trabalho livre. Ao substituir-se o trabalho escravo, surgem novos elementos, como o agregado, o camarada e o trabalhador familiar, provocando o “surgimento de novas formas de servidão, pois a mão-de-obra escrava – inadequada para o trabalho livre, de criar extensivamente – exigia substituição” (MOREYRA, 1972, p. 254).

Nesse caso, o predomínio do trabalhador livre também é explicado pelo público que era destinado aos presídios. Além dos soldados e de suas famílias, foram convidadas famílias “pobres, laboriosas e moralizadas” para ocupar as áreas sob a proteção dos presídios, como pode ser observado no ofício de 9 de julho de 1859, no qual o presidente da província encarrega o 1º substituto do juiz municipal de órfãos de Pilar de convidar algumas famílias para os Presídios de Santo Antônio e Santa Cruz:

[...] convidar a irem se estabelecer nos Presídios de Santo Antonio e Santa Cruz as famílias pobres, laboriosas e moralizadas d’aquelle Municipio que por falta de terras, ou por medo dos índios tem deixado de fazer plantações e achão-se por isso sofrendo as mais extrema privações, segundo informa a Camara Municipal respectiva.

Recommenderei muito e muito que so fosse convidada gente de bons costumes – dada ao trabalho; por que os vadios e demoralizados na lucrarião com a mudança, entretanto, que poderão prejudicar muito aqueles estabelecimentos. Outro sim recomendei àquele 1º substituto do Juiz Municipal e d’Orphãos que me participe o numero, sexo e idade das pessoas, que para cada um d’aquelles pontos houverem de dirigir-se afim de providenciar-se convenientemente sobre a accomodações necessárias para a sua primeira recepção. – ao mesmo 1º substituto remeti, por

copia, a Resolução d'esta Presidencia de 3 d'Abril de 1857, marcando os favores de que gozarão as famílias que se forem estabelecer nos Presídios do Tocantins.⁷¹

O Recenseamento Geral do Império de 1872 (BRASIL, 1876) fornece alguns dados acerca da Paróquia de Santo Antônio do Amaro Leite, cuja população estava estimada em 1268 habitantes, distribuída em 227 fogos, dos quais 234 brancos, 613 pardos e 421 pretos, existindo 17 escravos entre pardos e pretos (9 homens e 8 mulheres). Chama a atenção, nos dados analisados, a inexistência de caboclos⁷² entre a população arrolada, o que nos permite deduzir que os indígenas, anteriormente tão numerosos, foram escorraçados para outras regiões ou dizimados.

Dessa população, “quanto à nacionalidade brasileira”, temos: 231 de Minas Gerais, apenas 2 mulheres da Bahia (pardas, casadas), os demais vindos de Rio de Janeiro (3), São Paulo (16), Paraná (7) e Mato Grosso (55), confirmando a existência de uma rota ligando a região ao sul da Província. “Sabiam ler e escrever” 211 homens e 93 mulheres. Da população de 6 a 15 anos existiam 31 meninos e 12 meninas, que frequentavam escolas.

Curioso notar a existência de uma escola particular no Arraial do Descoberto no ano de 1874⁷³, segundo o Ofício enviado ao Inspetor Público de Amaro Leite, voltada para atender o público masculino, deixando clara a existência de um grupo social com condições financeiras para custear a educação dos filhos e também de um aparato burocrático ligado ao Estado, do qual o inspetor e também comandante do Presídio de Santo Antônio, José Maurício de Velasco Molina, a quem o ofício era endereçado, fazia parte.

Outras pequenas mudanças podem ser constatadas, como quando a população do Arraial de Amaro Leite, por certo já cansada de esperar, resolve construir a sua nova igreja (MEMÓRIAS GOIANAS 11, 1999, p. 109), demonstrando que, gradualmente, o sertanejo vai se libertando da dependência do governo (seria este o início do “isolamento”?).

Essa descrição nos permite perceber que muito do que conhecemos acerca do Sertão de Amaro Leite vem de observações sobre os núcleos urbanos e muito pouco sobre a zona rural, que vivia, no período, de forma independente dos povoados, sendo eles visitados em tempo de festas. As cidades aglomeravam os faiscadores, os poucos comerciantes e alguns funcionários públicos, além daqueles que foram excluídos da proteção dos fazendeiros.

⁷¹ AHE-GO (1853-1859) Secretaria de Governo – Correspondência com os presídios – LIVRO 0406 (ofício no. 62).

⁷² “No censo de 1872, eles [índios] foram explicitamente reunidos aos caboclos, [...]” (BOTELHO, 1998, p. 74).

⁷³ AHE-GO, Caixa Mara-Rosa (Amaro Leite). 1878. Instrução Pública: relatórios, ofícios.

Ainda, conforme o Recenseamento de 1872, existiam 69 criadores e 291 lavradores, dentre eles 9 escravos; entre as “pessoas assalariadas”, haviam 41 criados e jornaleiros (29 homens solteiros, 7 mulheres casadas e 5 solteiras).

Sobre as características dessas fazendas da região à época pouco se sabe, mas, em documento existente no Arquivo Goiandira Ayres do Couto, da Cidade de Goiás⁷⁴, temos o relato de Henrique Itiberê, do ano de 1926: “A principal riqueza do município [sic] é o *gado vacum*, que apresenta belos typos em sua maior parte em terrenos devolutos. Cada qual chega, escolhe lugar conveniente e se estabelece, sem ser incommodado pelos que já alli se acham, porque há muita largueza”. A posse por ocupação já havia sido destacada anteriormente por Castelnau (2000, p. 272) e o relato anterior mostra a sua continuidade em princípios do século XX e até o final dos anos 1940, quando migrantes não incorporados à CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) procuraram essas terras para se fixar (SAMPAIO, 2003, p. 43).

Nessa região, a densidade demográfica urbana se manteve baixa durante a primeira metade do século XX: a população urbana de Porangatu, em 1950, era de 930 habitantes, enquanto a população rural era de 7.752 pessoas (PEREIRA, 2004; SOARES, 2002). Situação idêntica pode ser atribuída a Amaro Leite, quando, em 1961, já então município de Mara Rosa⁷⁵, recebeu o padre Lourenzo Martinez Arias, o qual, em cartas enviadas para a família e seus superiores, descreve suas andanças pelas grandes distâncias de sua Paróquia para se encontrar com numerosos fiéis que viviam espalhados pela zona rural. Assim nos conta: “Em alguns povoados, como Arrasta-Bandeiras, que só tem 15 casas e você se encontra com a surpresa de que lhe esperam mais de 500 pessoas, que vivem em casas espalhadas pelo monte, a maior parte, fazendeiros” (BUSTILLO, 2001 apud ARAÚJO, 2011, p. 65).

A despeito dos discursos dos presidentes da Província e de cronistas do século XIX, incorporados à imagem da região a partir do século XX, o Sertão de Amaro Leite aparece como lugar destacado para a prática da agricultura, e, principalmente, da pecuária. De acordo com esses relatos, o Sertão de Amaro Leite teria importante papel na criação de *gado vacum* por dispensar a suplementação do sal na alimentação dos bovinos.

Essa ideia de autonomia sertaneja com relação à criação de gado também serviu para reafirmar o suposto isolamento do Sertão. A precariedade das fazendas de criação, motivadas pela falta de capital, juntamente com a rusticidade dos rebanhos existentes e com o grande

⁷⁴ ITIBERÊ, Henrique. Descoberto (Impressões de Viagem). 1826. Arquivo Goiandira Ayres do Couto (o acervo deste arquivo ainda não se encontra organizado, a cópia digitalizada deste documento nos foi cedida por Milena Bastos Tavares, e faz parte do acervo pessoal dessa pesquisadora).

⁷⁵ Fundada em 2 de setembro de 1953.

número de “barreiros”, deixaria a região em uma situação privilegiada frente à irregularidade no abastecimento de sal na Província, e, por isso, sujeita ao isolamento.

Mesmo de forma irregular, o sal e demais gêneros convergiam para o Sertão. A estrada de Salinas, região produtora de sal da terra, ligando ao Sertão de Amaro Leite, era conhecida antes mesmo do aldeamento dos Xavante, em 1788 (ALENCASTRE, 1979, p. 249), e continuou sendo utilizada para o comércio de sal e gado posteriormente, conforme Ernesto Vallée: “Esta comunicação [estrada entre Salinas e o Presídio Santo Antônio] que permitirá os habitantes das margens do Araguaya de vender com mais vantagens o sal da terra, e o gado de criar”⁷⁶.

Ademais, é possível identificar outras rotas comerciais, por estradas tradicionais (da Bahia ou do Rio de Janeiro) e pela Estrada do Norte, até o Porto Imperial, de onde partiam canoas, para regiões vizinhas ao Sertão, percorridas por caravanas, tropeiros e mascates que se dedicavam ao comércio. A existência de rotas comerciais por onde o sal chegaria até o Sertão não garante que todos tivessem acesso ao produto, como bem atesta a grande quantidade de portadores de bócio, denunciando a carência do produto na região.

Os indígenas, no final do período analisado, tem seu território de ação bastante limitado e vão desaparecendo dos relatórios, juntamente com os “sertões, outr’ora, e hoje povoados de Amaro Leite. [...]”⁷⁷ e, posteriormente, “districto de Amaro Leite” (MEMÓRIAS GOIANAS 11, 1999, p. 158). É importante notar como o discurso da fertilidade do Sertão de Amaro Leite, corroborado por viajantes e presidentes da Província, em conjunto com a hipótese da origem miscigenada dos Avá-Canoeiro, foram fundamentais para legitimar a intervenção no Sertão e fatal para os povos indígenas que o habitavam.

Neste capítulo, acompanhamos a trajetória do Sertão de Amaro Leite por relatórios dos presidentes da Província, bem como algumas alterações que efetivamente ocorreram nessa região, mesmo que lentamente. As mudanças puderam ser percebidas, principalmente, após a implantação dos Presídios Militares, que proporcionaram mais segurança aos colonos, promoveram a abertura de novas estradas, ligando as áreas internas do sertão a outras regiões da Província de Goiás, que teve como resultado um considerável aumento populacional.

No capítulo seguinte, veremos que os presídios militares implantados no Sertão de Amaro Leite eram parte do projeto de colonização militar, proposto pelo governo imperial, e iremos apresentar o contexto de surgimento desse projeto, seus objetivos, sua implantação em

⁷⁶ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

⁷⁷ AHE-GO Caixa 0178, pacote 1, (1867) inspetoria geral dos presídios em Goiás, (Relatório das obras militares que foram e deixaram de ser realizadas na administração do Dr. Augusto Ferreira França).

Goiás, seus regulamentos e como se deu a escolha do Sertão de Amaro Leite para receber essas instituições, bem como conhecer a trajetória e os efeitos, nele, da colonização militar.

3 A COLONIZAÇÃO MILITAR NO SERTÃO DE AMARO LEITE

Após a independência, ocorrida em 1822, surge a necessidade de afirmar a ideia do Brasil como um novo Estado Nacional. Na Assembleia Constituinte de 1823, as questões relativas à constituição do Império Brasileiro foram colocadas em debate. No entanto, algumas peculiaridades do projeto-nação esbarraram na problemática heterogeneidade de sua população, composta por grande número de negros escravos e indígenas, algo que impedia, conforme a interpretação à época, a completa identificação da nação com seu povo, e este é o desafio do século XIX: “Construir uma Nação com o material que nos foi legado por um passado colonial que não pode ser esquecido nem abominado, pois dele resultam nossas condições de sobrevivência” (ODÁLIA, 1997, p. 31).

A tarefa da construção da Nação brasileira coube ao Estado, por meio de seus intelectuais ligados aos interesses da elite, que buscavam reestabelecer a ideia de unidade perdida no momento de separação de Portugal. Entre esses intelectuais destaca-se Varnhagen⁷⁸, que, em meados do século XIX, realiza um diagnóstico do Império do Brasil, realçando o seu território e sua população:

O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; [...] um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas [...]. E que é a nossa população? [...] pior é a sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus. (VARNHAGEN, 1849-1850, p. 1 apud JANKE, 2009, p. 6).

Com base nos elementos detectados, Varnhagen passa a definir um projeto de nação para o Brasil, fazendo o que Odália (1997, p. 45) classifica como “trabalho delicado de cirurgião plástico, extirpando, suturando, acrescentado os elementos esparsos de uma nacionalidade ainda em formação”, tendo como modelo a Europa, o que tornava grande parte da população brasileira incompatível com essa concepção imaginária de nação, com o paradoxo de tratar-se de uma nacionalidade formada por três etnias, “uma das quais sem nenhuma relação com a terra ou com as outras etnias” (ODÁLIA, 1997, p. 43), e vê na miscigenação e no branqueamento a possibilidade de surgir um homem brasileiro.

⁷⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, em 1841 torna-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Essa construção é concomitante à concepção de racismo científico formulada ao longo do século XIX, quando as teorias raciais se apresentavam revestidas de um caráter científico para explicar as diferenças entre os grupos humanos, hierarquizando a humanidade de forma que o branco sintetizasse o ideal da espécie humana. Mesmo que as teorias raciais vissem na mestiçagem um fator de degeneração racial, no Brasil ela era vista como positiva e seria favorecida pelos projetos de imigração e pelo “branqueamento” da população: “Os projetos imigrantistas e o branqueamento como meta (de resto muito mais presentes após a abolição e república) não eliminavam o ideal de uma raça brasileira em formação como base na mestiçagem, tomada como característica positiva” (MATTOS, 2014, p. 26).

Diante de tamanha heterogeneidade e das fissuras causadas por tal fato, a constituição da nação e da unidade nacional é dirigida ao território brasileiro, que também não era coeso:

No momento da ruptura dos laços coloniais, o novo Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização. A unidade territorial aparece, então, como um desafio e um programa histórico. Esse programa, contudo, correspondia aos interesses concretos gerados pela marcha de apropriação e valorização de terras empreendida pelos colonos. [...] A unidade territorial não estava nem de longe assegurada no momento da ruptura com a metrópole portuguesa. Na verdade, o poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça da desintegração republicana: como instrumento da unidade política e territorial. (MAGNOLI, 2003, p. 7).

Diante de tais fatos, o programa de unidade territorial se materializa na construção de um “território imaginário”, coeso, que passa a ser pensado como elemento constituinte da unidade nacional (MORAES, 2005, p. 33), fruto de conquistas.

Personificado como o “segundo corpo” do rei (MORAES, 2005, p. 55), esse “corpo unificado” tinha quase dois terços de seu território desconhecido, estando os territórios presentes em mapas mais por suposição do que por conhecimento (GARCIA, 2010, p. 11). Durante o Império, o projeto nacional se orienta no sentido de construir o país, mantendo a integridade territorial herdada da colônia, o *corpo indiviso*. “Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, [...]” (MORAES, 2005, p. 95). Os “selvagens” se tornam um obstáculo para o progresso e a civilização (ROCHA, 1998, p. 39) e, para a consolidação desse projeto, são necessários a integração e o povoamento das áreas remotas:

A imagem do “país em construção”, com uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social. Historicamente, sempre que a população aparece como empecilho à acumulação a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito. Até hoje se reproduzem os mecanismos,

apontados por Florestan Fernandes, da “reação tribal à conquista”; aniquilamento, fuga para oeste, ou submissão ao explorador. Assim, vai sedimentando-se a ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares. (MORAES, 1996, p. 98, aspas no original).

Diante da necessidade de conhecer e integrar o território, “civilizar” os indígenas e obrigar que brancos e negros pobres se tornassem mão de obra disponível para os projetos de expansão da lavoura cafeeira, bem como subordinar as áreas (juntamente com suas populações) periféricas aos centros econômicos, por meio da produção de alimentos o governo imperial lança mão de uma política de ocupação, que pretendia, pela implantação de colônias e presídios militares, o controle territorial, promovendo a interiorização da colonização, sob o controle do Governo Imperial, pelos presidentes das Províncias. O projeto imperial previa estimular o povoamento do interior do território, porém, de forma que pudesse controlar esse movimento.

3.1 Colonização militar

A implantação da colonização militar se dá a partir de meados do século XIX e tem seu marco inicial com a Lei n. 555, de 15 de junho de 1850, que, em seu artigo 11, § 5º, autoriza o governo a “estabelecer onde convier, presídios e colônias militares dando-lhes a mais adequada organização” (BRASIL, 1850a, p. 54); seguida da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que, em seu artigo 12, determinava que: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval” (BRASIL, 1850a, p. 310).

A Lei n. 601 (ou Lei de Terras), de 1850, afirmava, ainda, que as terras devolutas seriam aquelas que não estavam sob o domínio de particulares, por títulos legítimos, nem aplicadas ao uso público, das quais deveriam ser excluídas as terras imemoriais indígenas: “[...] Essa Lei [Lei de Terras] nem mesmo considera devolutas as terras *possuídas* por hordas selvagens estáveis: estas são tão particulares como as possuídas por ocupação *legitimável* [...]” (MENDES JÚNIOR, 1985 apud BICALHO, 2010, p. 64, destaque no original).

As tais “terras devolutas” transformavam vastas áreas do território brasileiro em “terra de ninguém”, inclusive a dos povos indígenas (aparecendo nos mapas como “terras do gentio bravo” ou “terrenos desconhecidos”, que poderiam ter sua posse legitimada pelas inúmeras

chicanas jurídicas, falsificação de títulos de propriedades e outras práticas, criando verdadeiros latifúndios). “Teoricamente, as terras indígenas estariam preservadas, mas, na prática houve confusão, e muitas terras indígenas foram tomadas como devolutas” (BICALHO, 2010, p. 64).

Adelson André Brüggemann (2013, p. 36-38) observa que mesmo sendo o marco regulatório do sistema implantado a lei n. 555, de 1850, anteriormente, no ano de 1840, o presidente da província do Pará formulou um primeiro plano para implantar a colonização militar no Brasil, em território que era alvo das disputas entre o Brasil e a Guiana Francesa, seguido pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, que, em 1848, previa no orçamento gastos com o “ensaio” de colônias militares e agrícolas; salienta ainda que, em 1849, foi criada a Colônia Militar de Santa Thereza do Tocantins, na Província do Pará, e seu regulamento aprovado pelo decreto n. 662, de 22 de dezembro de 1849 (BRASIL, 1850, p. 219).

A Colonização Militar acontece em um momento em que se pretendia impor mais controle sobre o território, inclusive mediante a gestão dos fundos territoriais, “[...] constituído por áreas não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época (MORAES, 2005, p. 69). Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”, promovendo a centralização política e a articulação entre as várias regiões do Império, sem, claro, excluir a política indigenista.

O ano de 1850 também se configura em um momento muito especial da história do Império, com a decretação do fim do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz e a necessidade de buscar alternativas à mão de obra escrava mediante a importação de colonos. No entanto, para que esse imigrante se tornasse mão de obra disponível à expansão da lavoura cafeeira, era preciso, principalmente, interditar o seu acesso à terra.

Conforme Maria Amélia Garcia de Alencar (1993, p. 28), o regime de ocupação existente então, somado à grande quantidade de terras disponíveis, fazia do imigrante, juntamente com o contingente de nacionais e de libertos, diante da possibilidade da extinção da escravidão, em pouco tempo, proprietários e não assalariados, como se esperava; e o projeto de criação de colônias (de estrangeiros, militares e nacionais) garantiria reserva de mão de obra, pela promoção da imigração de trabalhadores estrangeiros e submissão do contingente de brancos pobres, negros e indígenas.

A Colonização Militar esteve a cargo do Ministério do Império de 1850 a 1861, que, em 1855, transferiu essa responsabilidade para um órgão do mesmo ministério, o

Departamento de Terras Públicas e Colonização, para, em 1861, ser novamente transferida para o Ministério da Guerra. No Quadro 1, a seguir, pode-se observar uma síntese da colonização militar no momento dessa transferência. É importante frisar que, mesmo quando sob a responsabilidade do Ministério do Império, este dividia as responsabilidades com o Ministério da Guerra, cabendo a este último as despesas “puramente militares”, enquanto as demais eram pagas pelo Ministério do Império (BRASIL, 1850, p. 222).

Quadro 1 – Colonização Militar em 1861

Província	Presídio/Colônia	Fundação/criação/instalação
Pará	Colônia de Óbidos	1854
	Colônia Pedro II	Fundada pelo governo provincial em 1840, aprovada pelo Governo Imperial em 1º de julho de 1850
	Colônia S. João de Araguaya	1º de julho de 1850
Maranhão	Colônia S. Pedro de Alcantara do Gurupy	26 de novembro de 1853
Pernambuco	Colônia Pimenteiras	9 de novembro de 1850
Alagoas	Colônia Leopoldina	9 de novembro de 1850
Minas-Geraes	Colônia de Urucú	24 de maio de 1854
Goyaz	Presídio de Santa Barbara	29 de novembro de 1854
	Presídio de Santo Antonio	25 de novembro de 1854
	Presídio de Santa Cruz	18 de fevereiro de 1855
	Presídio de Santa Leopoldina	17 de outubro de 1856
	Presídio de Monte-Alegre	20 de agosto de 1857
Matto-Grosso	Colônia dos Dourados	Criada por decreto de 26 de abril de 1826, foi fundada em 10 de maio de 1860
	Colônia de Nioac	10 de março de 1855
	Colônia de Lamare	1859
	Colônia de Miranda	1859
	Colônia Brilhante	10 de março de 1855
S. Paulo	Colônia do Avanhandava	18 de março de 1858
	Colônia do Itapúra	26 de junho de 1858
Paraná	Colônia Jatahy	Criada em 2 de janeiro de 1851, instalada em 10 de agosto de 1855
Santa Catarina	Colônia Santa Thereza	8 de novembro de 1853
S. Pedro do Rio Grande do Sul	Colônia de Caseros	16 de novembro de 1859

Fonte: Brasil (1862, p. 29-39), tabulamento efetuado pelo pesquisador.

O quadro anterior deixa clara a iniciativa de interiorização da colonização e o controle do território com presídios e colônias militares espalhados nas províncias do Império. Ao contrário do ocorrido nos séculos anteriores, com a ocupação da costa brasileira, nesse momento a preocupação se volta também para as áreas internas, além dos territórios de fronteira.

Pode-se observar que vários presídios e colônias foram criados, principalmente ao longo da década de 1850. No período destacado, a província de Goiás teve o maior número de Presídios criados (5) e Mato Grosso o de colônias (5), vindo, em seguida, a província do Pará (3), notadamente aquelas onde a presença indígena era mais evidente. O controle das colônias e presídios partia do Rio de Janeiro, uma vez que o Império controlava a emissão dos regulamentos, até 1854, e subordinava o comando desses estabelecimentos à presidência das províncias (BRÜGGEMANN, 2013, p. 27), que, por sua vez, eram vinculadas diretamente ao Governo Imperial (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 107).

O modelo de Colonização Militar implantada no Brasil, conforme Brüggemann (2013, 39-40), foi trazido da Europa, adotando o sistema existente naquele continente e adaptado às peculiaridades brasileiras, como forma de dar continuidade ao projeto de conhecimento do território brasileiro. O autor salienta, ainda, que existiam vários modelos de colonização militar para serem escolhidos: o romano, o austríaco, o esloveno e o croata. Conforme Oberacker Jr. (1975 apud BRÜGGEMANN, 2013, p. 39), o projeto de criação de colônias agromilitares no território brasileiro já estava presente desde os primeiros anos da Independência. O então ministro das Relações Exteriores entre 1823 e 1825, Luís José de Carvalho e Melo, que se ocupou do tema, estava interessado em garantir a integridade da fronteira brasileira diante das repúblicas hispano-americanas e solicitou, então, a Teles da Silva (embaixador em Viena), informações sobre as colônias do império Austro-Húngaro,

Em 29-6-2-1825 Teles da Silva enviou de Viena ao Ministro o livro de Karl Hetzinger “Fronteiras Militares”, escrevendo: “pela ideia que tenho dessas colônias me parecem um estabelecimento de militares que são ao mesmo tempo agricultores [...], o que será muito vantajoso na nossa querida pátria [...]”, pois “o esgrimir com uma mão a espada não impede a outra de guiar o arado” (OBERACKER Jr., 1975, p. 96, apud BRÜGGEMANN, 2013, p. 39, destaques no original).

Além do projeto austríaco, também foram consultados os projetos de colônias militares inglesas na Austrália; os projetos da Argélia francesa; os experimentos belgas com colônias-prisões; a experiência inglesa na Índia e na América do Norte; e na fronteira da Ásia com a Rússia (BRÜGGEMANN, 2013, p. 40).

No ano de 1844, José Joaquim Machado de Oliveira⁷⁹ apresentou, por solicitação do Ministro da Guerra, um *Plano de uma Colonia Militar no Brasil*⁸⁰, utilizando como referência

⁷⁹ O Brigadeiro Machado d’Oliveira, como ficou conhecido, foi oficial do exército brasileiro e combateu na Guerra Cisplatina, no Uruguai. Escritor e historiador paulista, com grande número de obras publicadas. Foi deputado à Assembleia Geral do Império pela província do Rio Grande do Sul na 1ª legislatura (1826-1829). Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 3ª legislatura (1840-1841), porém não assumiu o mandato. Foi deputado geral por São Paulo na 6ª legislatura (1845-1847). Foi presidente das

para seus estudos a obra do Duque de Raguse (MACHADO DE OLIVEIRA, 1845, p. 239), na qual se destaca a colonização russa. Machado de Oliveira (1845, p. 239-240) considerou a experiência de colonização russa inadequada para as condições brasileiras por assemelhar-se a

acantonamentos militares, onde estacionando-se corpos completamente organizados e com todo o aparato militar, gravita imperiosamente a disciplina militar, do que a colonias com o fim exclusivo de cultivar a terra. N'elles os Soldados postos a disposição de proprietários apotentados, que os empregam em seu serviço, são justamente servos de Gleba, de cuja lastimosa condição tanto deploram os historiadores, e suscita-nos uma idéa mais mesquinha do que a da nossa escravatura. Tal Colonisação, pois, por modo algum convém ao Brazil.

Diante da ressalva feita ao modelo de colonização russa, o militar Machado de Oliveira apresenta o seu plano de colonização militar, e aconselhava sua execução mediante um “ensaio”, indicando, para isso, a Província de Santa Catarina. A escolha por soldados na colonização era justificada por seu “espírito de obediência”, “hábitos de camaradagem” e “amor da Pátria” oriundos de sua ocupação. Para Oberacker Jr. (1981 apud FARIA, 2011, p. 2), “os habitantes, sob chefia de um oficial, eram primeiro lavradores, mas em caso de emergência, se mostravam sempre prontos a defender as fronteiras contra agressões inimigas”. Machado de Oliveira (1845, p. 241) considerava os estrangeiros pouco indicados para a colonização, como observa:

É mais palpitante a necessidade de que ao Brazil se augmentem os meios de elaborar em agricultura e indústria, pelos nacionaes e por braços livres, os immensos recursos com que para tal fim lhe deparou a natureza; e a experiência nos há mostrado por mais de uma vez, que é illudir os interesses reaes do paiz, não compreender bem suas necessidades rurais, o facultar indiscriminadamente, e ás vezes com uma generosidade indiscreta, fora de calculo, incompatível com nossas urgências financeiras, a roteação e cultura do nosso fertilíssimo território a braços estrangeiros. Em verdade, o Brazil precisa de homens, que se dêem a esses trabalhos, mas homens seus, que a elles estejam habituados, que tenham o amor da Patria, que não deixem o Paiz depois que este lhes facilitou recursos e meios de subsistir augmentando sua fortuna.

O projeto de colonização militar implantado é bastante semelhante ao preconizado por Machado de Oliveira, mas lembrando que no Brasil já existiam algumas experiências anteriores com colônias agrícolas, no final do século XVIII, localizadas no extremo sul da América Portuguesa. Conforme Regina Helena Martins de Faria (2011, s.p.), elas eram

províncias do Pará, de Alagoas, de Santa Catarina e do Espírito Santo. Era comendador da Ordem de São Bento de Aviz e Cavaleiro das Ordens da Rosa e do Cruzeiro, condecorado com várias medalhas em Campanha. Era sócio do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria e foi presidente da Sociedade Federal Paraense (BLAKE, 1898, p. 485-489, v. 4).

⁸⁰ Publicado na revista do IHGB, em abril de 1845.

formadas por açorianos, madeirenses ou degredados portugueses, dirigidos por oficiais militares da ativa. Conforme Oberacker Jr. (1985 apud FARIA, 2011, s.p.), a escolha de militares para a direção buscava evitar que os colonos se entregassem ao “abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual”.

Vários modelos de colonização (com colonos militares, nacionais e estrangeiros) foram implantados no Brasil, no mesmo período, sem que houvesse um consenso sobre a eficácia de um ou outro modelo, e todos receberam críticas posteriores, inclusive dos países europeus, que percebiam grandes fragilidades no sistema adotado e acabavam preferindo enviar imigrantes para a América do Norte, e não para o Brasil. Os resultados da colonização militar no Brasil foram tão diversos quanto o território brasileiro.

Em virtude do tamanho do território do Brasil e das especificidades regionais, a colonização militar sofreu variações, inclusive na nomenclatura: presídios e colônias militares, que conforme Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, Ministro do Império em 1854, “os presídios prepararão terreno para futuras colônias” (BRASIL, 1855, p. 40). Essa modalidade de instituição é assim apresentada pelo Ministro do Império, José da Costa Carvalho, em 1850:

Huma outra espécie de colonisação era igualmente reclamada pelas circunstancias peculiares do nosso Paiz, suas longínquas e extensas fronteiras, e seus rios e sertões situados a immensa distancia dos lugares povoados; foi também providenciada esta espécie pelo § 5º do Art. 11 da Lei no. 555 de 15 de junho próximo passado, que autorizou o Governo a estabelecer onde convier Colonias e Presidios Militares; [...]. (BRASIL, 1850b, p. 26).

A diferença que podemos observar é que mesmo que o sistema de colonização, inclusive militar, não fosse totalmente uma novidade no território brasileiro, existindo desde a década de 1840, e sua discussão e utilização ainda mais antiga, sua ocorrência era pontual, atendendo a necessidades urgentes. A partir de 1850, a colonização militar torna-se um projeto do governo imperial e passa a ter uma ação sistematizada. Chama a atenção o fato de as primeiras ocorrências se darem em províncias fronteiriças aos países vizinhos e, após 1850, esta é também implantada em regiões centrais do território.

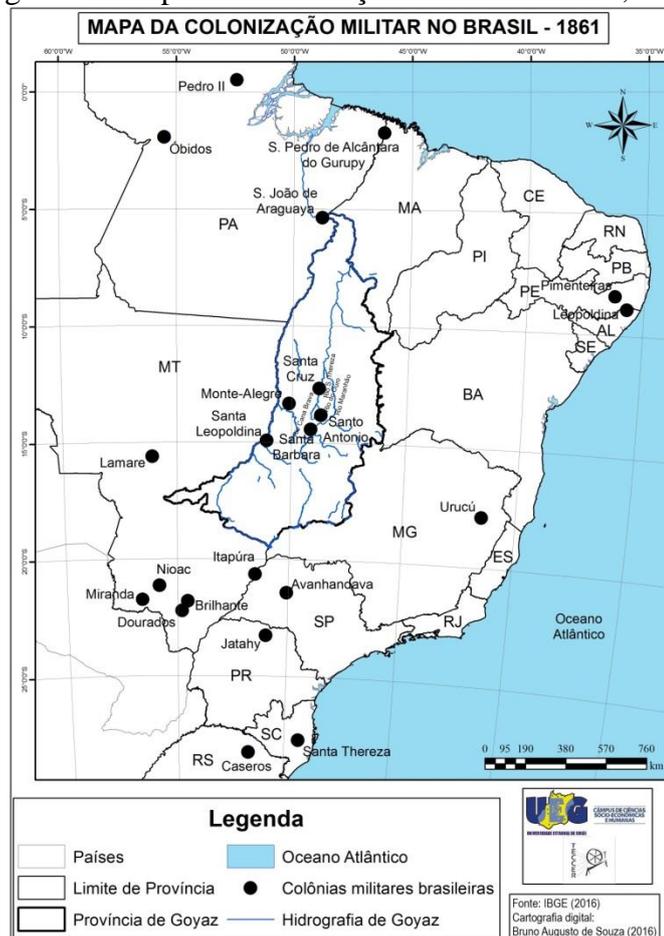
O de que se trata [os fins para a instalação] é estabelecer núcleos de povoação, em lugares centraes, remotos e despovoados, onde só a principio podem resistir ás privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados á obediência pacifica, adquiridas pelos severos hábitos da disciplina militar. A escolha desses pontos, é por via dia regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se tem accumulado vagabundos e malfeitores, que ameação a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos. Taes colonias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nellas entre o elemento agrícola, ainda assim,

são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa, que garantem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações, que um dia indemnizarão, com vantagem, todos os sacrifícios, que com ellas se fizerem. (BRASIL, 1858, p. 45).

Como salienta Faria (2011, s.p.), a colonização militar no Brasil Império foi implantada para permitir “o enfrentamento dos “inimigos” de além das fronteiras, como dos “inimigos internos”, ou seja, os índios que não se deixavam dominar, os quilombolas e os livres pobres considerados vadios, [...]” (aspas no original), ou, mais precisamente, conter os grupos que, de alguma forma, se estabeleceram à margem do sistema vigente e que representavam empecilhos ao projeto civilizador do governo imperial. “Se modernizar foi o termo que se tornou mais usual entre as elites dirigentes do século XX, civilizar foi o verbo que deveria ser conjugado quase que obrigatoriamente no que concernia aos projetos para os sertões do século XIX” (MUNIZ; SENA, 2011, p. IX).

Na Figura 9, a seguir, pode-se observar a distribuição da colonização militar no território brasileiro.

Figura 9 – Mapa da Colonização Militar no Brasil, 1861



Fonte: Brasil (1862, p. 29-39).

A transferência da colonização militar da alçada do Ministério do Império, em 1861, para o Ministério da Guerra, no mesmo momento em que se criava o Ministério da Agricultura, provocou algumas mudanças. Em 1863, o Ministério da Guerra criticou o modelo de colonização militar em curso, pois elas deveriam ser atribuição do Ministério da Agricultura, devendo ser consideradas colônias militares propriamente ditas apenas aquelas localizadas em áreas de fronteira (BRASIL, 1864, p. 19). Além disso, ele acreditava que soldados não poderiam ser bons colonos.

Entre os defensores da colonização militar destaca-se José Vieira Couto de Magalhães, que, em 1875, rebatia as críticas ao sistema: “[...] Aqueles que ponderarem que se não coloniza com o exército, eu ponderarei que a experiência da Índia inglesa, da América inglesa e russa, da Argélia, e mesmo a nossa, provam exatamente o contrário” (MAGALHÃES, 1875, p. 4 apud BRÜGGEMANN, 2013, p. 40).

A partir de 1864, outro assunto se torna prioritário, tanto para o governo imperial quanto para os governos provinciais, que é a Guerra do Paraguai. Durante o tempo de duração do conflito (1864-1870) a colonização militar pouco avançou e, além das dificuldades costumeiras, ainda sofreu com a redução de seus contingentes e de verbas. Nesse período, os documentos sobre a colonização militar diminuem sensivelmente, não sendo localizados nem mesmo os relatórios do Ministério da Guerra⁸¹, que cessam em 1864, para serem retomados em 1870, conforme justifica o Ministro em 1865:

Nem é de admirar que de janeiro para cá fosse esse trabalho interrompido [envio de informações sobre as colônias e presídios militares], porque a urgência do serviço de guerra absorve toda a atenção dos presidentes, que deviam esclarecer o governo nesse e noutros pontos, de que por um momento podemos prescindir para acudir ao reclamo da honra e dignidade nacionais. (BRASIL, 1865, p. 20).

Findo o conflito, no relatório de 1870, o Ministro da Guerra, Visconde do Rio Branco, afirma que “não é satisfactoria a perspectiva das colonias militares do Imperio. No estado em se achão, pouco prometem, não se tendo podido colher até hoje as vantagens que dever-se-ão esperar de estabelecimentos dessa ordem” (BRASIL, 1871, p. 32-33). Diante disso, projeta-se uma reforma no sistema de colonização militar, para que ela pudesse cumprir os objetivos de sua criação (BRASIL, 1872, p. 60-61). Outro Ministro, João José de Oliveira Junqueira, ainda em 1871, pede a reforma do sistema, autorizada “pelo artigo 3º § 6º da Lei n. 2261 de 14 de

⁸¹ Os relatórios do Ministério do Império e da Guerra, utilizados neste trabalho foram consultados na página do Center for Research Library. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>.

Maio do anno findo foi o Governo autorizado a dar novo plano e organização aos Presídios e Colonias Militares” (BRASIL, 1874, p. 58-59). Contudo, em 1876, a reforma ainda não havia acontecido, mas houve a nomeação de uma comissão de estudos composta pelo:

Marechal de Campo, Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, como Presidente, do Conselheiro Quartel-Mestre-General, Brigadeiro Antonio Francisco Raposo, do Brigadeiro honorário Dr. José Vieira Couto de Magalhães e do Diretor da Repartição Fiscal, José Ruffino Rodrigues de Vasconellos, afim de elaborar um plano de organização uniforme para as Colonias e Presídios Militares, tendo em vista as alterações aconselhadas pela pratica e experiencia: muito confia o Governo nas luzes da comissão, no seu zelo e dedicação pelo serviço publico. (BRASIL, 1877, p. 41).

Pouco se sabe sobre as condições em que os trabalhos dessa comissão aconteceram, mas deram origem a duas memórias sobre Colônias Militares, uma escrita por José Ruffino Rodrigues de Vasconcellos, oferecida ao Ministro da Guerra (OLIVEIRA, 2015, p. 13), e outra de José Vieira Couto de Magalhães, *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas* (BRÜGGEMANN, 2013). A reforma do sistema, longamente aguardada, efetivamente nunca aconteceu, mas ainda assim algumas dessas colônias e presídios resistiram ao fim do Império, para serem finalmente extintos em 1891.

3.2 A Colonização Militar em Goiás

A determinação de criação dos presídios às margens do rio Araguaia se deu em virtude do Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845 (*Regulamento das Missões*), conforme pode ser observado no relatório do Ministério do Império, em 1848:

Na Província de Goyaz, onde a fundação de presídios como núcleos de futuras povoações he hum meio eficaz de promover o desenvolvimento da navegação do Araguaia, vai também tornar-se sensível a falta de Missionários, porque os poucos que há alli mal chegam para as Aldéas existentes [...]. (BRASIL, 1850b, p. 39-40).

A dificuldade de enviar missionários em número suficiente e a impossibilidade de enviar colonos estrangeiros para a Província de Goiás leva a buscar uma alternativa diferente, mas que garantisse o controle do território e o fluxo de mão de obra:

[...] he a Provincia do Pará a que contém maior numero de indígenas, seguindo-lhes as de Mato Grosso, Goyaz e Maranhão, que com ella confinão; he por tanto com especialidade para estas quatro Provincias, ou antes para as três primeiras, onde he por ora irrealizável, e o será por muitos annos, a fundação de colonias europeas, que cumpre estudar os meios mais faceis e seguros de attrahir ao grêmio da sociedade

essa imensa população que vive para ella perdida [povos indígenas]. (BRASIL, 1850b, p. 37).

A opção adotada na Província de Goiás foi a colonização militar, pela implantação de presídios militares, o que muito provavelmente justifica o tratamento dado a essas instituições por grande número de pesquisadores goianos, como uma continuidade dos presídios, anteriores a 1850.

Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula (1972) lembra que a palavra “presídio” tem sua origem no latim, *Praesidium*, podendo ser um substantivo próprio neutro que designa alguns topônimos dentro e fora da Península Ibérica, indicando cidades, estações postais, postos militares ou acampamentos fortificados. Ainda conforme a autora (1972, p. 3), como substantivo apelativo neutro deriva de *praeses*, “que tem o significado de força armada encarregada de guardar ou defender, guarnecer, escoltar ou um reduto”. Portanto, é comum a utilização do termo para designar praça de guerra ou guarnições militares, com finalidade de ocupação e colonização do território. Os presídios ibéricos tiveram sua origem nas instituições romanas, utilizados como forma de conservação e assimilação dos territórios conquistados, associados às colônias.

Portugal e Espanha conservaram essas instituições – “[...] tanto é assim que, por onde eles andavam levavam consigo esta tradição” (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 6) –, desembarcadas nos territórios conquistados pelos ibéricos na África e na América, “os portugueses quando colonizaram o Brasil, naturalmente empregaram a instituição dos *presídios*” (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 20, destaque no original).

No Brasil, desde o início da colonização portuguesa houve a implantação de presídios no litoral, nos Rio Iguatemy, no Rio Madeira e no Estuário do Rio da Prata (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 25). Sobre o Presídio do Iguatemi, fundado em 1767, Laura de Mello e Souza (1997, p. 71) nos fala de seus objetivos, bem como das dificuldades:

Integrando um conjunto de medidas da administração colonial destinado a fazer do Tietê uma linha estratégica que possibilitasse a ocupação mais efetiva do Oeste e do Sudoeste e, ao mesmo tempo, contivesse os eventuais avanços dos espanhóis. Enquanto existiu foi o terror dos desertores, dos desocupados, dos miseráveis – negros, mulatos e criminosos com pouco a perder, a quem não interessava a honra e só a conveniência podia obrigar, como dizia um dos militares que lá serviram, valendo-se de eufemismos para sugerir que seguiam à força para povoarem aquela frente avançada.

Em Goiás, os primeiros presídios, também chamados de quartéis-aldeamentos, tiveram sua fundação ainda no século XVIII, localizados no atual Triângulo Mineiro, tendo por

finalidade combater os Kayapó do Sul. Destinados principalmente a acolher os Bororo, trazidos pelo sertanista Antônio Pires Campos, e defender as estradas e os comboios que transportavam o ouro de Goiás (RAVAGNANI, 1986-1987, p. 120-122).

Alguns desses primeiros presídios ficavam próximos aos aldeamentos e sua força era utilizada na “pacificação” dos indígenas. Entre esses presídios podemos citar: São Pedro de Alcântara, fundado em 1820, próximo à vila de Carolina (hoje estado do Maranhão); o de São Pedro do Sul, na Ilha do Bananal, criado em 1776 (RAVAGNANI, 1986-1987, p. 128); o de Santa Maria do Araguaia, fundado em 1812, destruído por duas vezes (ALENCASTRE, 1978, p. 331-336), refundado e incorporado ao projeto de colonização militar; o presídio de Xambá, fundado em 1832, às margens dos rios Maranhão e Bagagem (PEDROSO, 1994, p. 44; BERTRAN, 1998, p. 112). Esses presídios, anteriores a 1850, tiveram, em sua maioria, vida breve, uns por falta de guarnição, outros pelo fim do motivo de sua criação ou pela ação dos grupos indígenas.

Entre os fatores que permitiram a implantação da colonização militar na Província de Goiás, Simões de Paula destaca: o sucesso da viagem de Castelnau, que, a pedido do presidente da província, relatou a experiência de sua expedição nos rios Araguaia e Tocantins, o qual consta ter chegado às mãos do Imperador (1972, p. 101-102), e a nomeação do Major d’Engenheiros Dr. João Baptista Moraes Antas⁸², como supervisor de obras públicas e incumbido de levantar a carta hidrográfica dos rios Araguaia e Tocantins (1972, p. 101). A estes se podem acrescentar as dificuldades, já mencionadas, de implementar as determinações do *Regulamento das Missões* ou a criação de colônias de estrangeiros.

Pela necessidade de conhecimento sobre todas as regiões do Império, é destaque a atividade dos engenheiros militares pelas províncias, que deveriam fazer o levantamento de cartas topográficas, planejar pontes e estradas; averiguar as condições de navegabilidade dos rios; produzir mapas e roteiros; esforços depreendidos na concretização da posse das diversas regiões para o Império. As províncias que mais receberam os engenheiros militares foram

⁸² João Baptista de Castro Moraes Antas era natural do Rio de Janeiro e faleceu em 1858, completou o curso da Academia Militar e assentou praça no exército em 2 de abril de 1838 sendo promovido a segundo tenente em 2 de dezembro de 1839. Doutor em **Mathematicas**, foi tenente-coronel do corpo de engenheiros, cavaleiro da Ordem de Cristo, e membro da comissão de melhoramentos do material do exército. Em 1856, foi nomeado como o primeiro Comandante do Corpo de Bombeiros, por indicação do Imperador D. Pedro II. Moraes Antas escreveu as seguintes obras: *Dissertação acerca da theoria mathematica das probabilidades*; *O Amazonas: breve resposta a Memoria do tenente da armada americana-ingleza F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas*; *O Amazonas e as costas atlânticas da America Meridional*; *Relatório apresentado a 15 de março de 1852, acerca da exploração dos rios Tocantins e Araguaia*; *Informação acerca da navegação do Tocantins e seu afluentes, o Maranhão, Almas e Urubu, com preferência a navegação do rio Araguaia e seus afluentes* (BLAKE, 1895, p. 335, v. 3).

Mato Grosso e Pará, seguidas de Goiás, Paraná, Piauí e Amazonas, em grande esforço para, ao mesmo tempo, colonizar e modernizar o Brasil (OLIVEIRA, 2015, p. 2).

Percebia-se no século XIX, com mais nitidez do que anteriormente, que a nação abria-se em duas frentes de ação: de um lado as ideias ligadas ao mundo urbano do litoral, voltado para fora e procurando “civilizar-se” pelo contato com os ares europeus; do outro, as ideias voltadas para o mundo interiorano, procurando conhecer seus territórios e incorporá-los às tentativas de elaboração de projetos nacionais. Desses dois movimentos surgiu uma mescla que resultou em uma nação. (GARCIA, 2010, p. 12).

Se, antes da expedição de Castelnau, a necessidade da navegação dos rios Araguaia e Tocantins já era vista como a única alternativa para a província de Goiás, inclusive com várias tentativas de viagens, criação de companhias de comércio e navegação, após o feito de Castelnau a navegação ganha mais visibilidade e imediata divulgação em um relatório escrito em Goiás, em 22 de outubro de 1844, endereçado ao Ministro da Instrução Pública e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em abril de 1845.

Sr. Ministro. – Tenho a honra de noticiar a V. Exc. que há bem poucos dias acho-me de regresso a *Goyaz* [capital da província], depois de um excursão de 800 leguas nos sertões, que separam esta cidade dos confins meridionais do Pará. N’esta viagem desci o Rio Araguaya, que por mais de 30 annos não fora visitado por Europeu. (CASTELNAU, 1845, p. 196, itálico no original).

Diante da certeza da navegação, agora endossada por um cientista renomado, restava vencer as principais dificuldades: a falta de população às margens do Araguaia para socorrer os viajantes com mão de obra e víveres e conter o grande número de povos indígenas que poderiam ameaçar a segurança das expedições. Ao engenheiro Moraes Antas coube a responsabilidade de demarcar, no rio Araguaia, os melhores sítios para a implantação de cinco presídios. Após a escolha das localidades pelo engenheiro, são fundados dois presídios, que, em homenagem às “Sereníssimas Princezas Brasileiras”, foram denominados: Presídio Santa Leopoldina e Presídio Santa Izabel (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 47).

O decreto n. 750, de 2 de janeiro de 1851 (BRASIL, 1852, p. 1-14), principia a colonização militar em Goiás. Simões de Paula (1972) ressalta que a colonização militar era uma política de alcance tridimensional, que visava ocupar os vazios demográficos, controlar os povos indígenas e favorecer a navegação. Mas é necessário lembrar que do projeto original à execução eram feitas adaptações, com o predomínio de um aspecto sobre os demais, claro, sem excluí-los.

No caso dos presídios do Araguaia, o objetivo principal se destinava a favorecer a navegação e a ocupação era pensada em razão desse fato. Nos presídios do Tocantins é predominante a necessidade de conter os avanços dos povos indígenas e assegurar a ocupação da terra por colonos. Para o Governo Imperial, a política de colonização militar era a propulsora da ocupação das áreas mais remotas e também utilizada na divulgação do Brasil no exterior, com vistas a atrair imigrantes estrangeiros, como pode ser observado no catálogo apresentado na Exposição Universal de Viena, realizada em 1873:

Conhecer exatamente as regiões da America é hoje necessidade dos Estados da Europa, onde superabunda a população. A uberidade do solo do Brazil e seus variados tesouros de riquezas naturaes oferecem vasto campo a todo o gênero de atividade industrial. [...] Entretanto fique registrado que o pensamento diretor da *Breve Notícia de 1867*⁸³, e no presente trabalho não foi o do falso patriotismo que, exagerando as vantagens de uma região, occulta seus defeitos. Tendo-se por alvo principal tornar bem conhecido o Imperio do Brazil e esclarecer os imigrantes, procurou-se com todo o cuidado dizer somente a verdade. (BRASIL, 1873, s.p.).

No mesmo documento, sobre a Colonização Militar em Goiás, afirma: “No intuito de facilitar os trabalhos da navegação dos rios Tocantins e Araguaya, attrahir ao mesmo tempo habitantes ás margens do segundo, e por meio da catechese chamar os indios á civilização, foram fundados 9 presidios militares na província de Goyaz” (BRASIL, 1873, p. 104). E finaliza: “Em todos estes Presidios ha guarnição militar correspondente ao desenvolvimento e importancia da colonia, medico, capellão e enfermaria” (BRASIL, 1873, p. 106).

Mesmo que inicialmente se afirme que a modéstia e a verdade foram os elementos norteadores para a apresentação que se fazia do Brasil, podemos ver que, quando se trata da descrição da colonização militar em Goiás, houve alguns “equivocos”, intencionais ou não (não há como saber!), ao se omitir as reais condições das instituições de modo geral na Província: a catequese continuava incerta em 1873 e sabemos que mesmo na capital os serviços de atendimento à saúde eram precários no período, imaginem nos sertões!

Esse fato também indica outra análise: a dificuldade de controle e as diferentes visões que nortearam a Colonização Militar no Brasil e em Goiás. Essas diferentes visões não chegam a mostrar a existência de contradições na colonização militar implantada em Goiás, mas ressalta as peculiaridades do projeto, uma vez que ela foi apropriada por diferentes sujeitos, de acordo com seus próprios objetivos. Francisco Mariani, antes da consolidação dos Presídios do Araguaia, cria a Linha do Tocantins; Couto de Magalhães, por sua parte, prioriza a Linha do Araguaia, em função do projeto de navegação a vapor.

⁸³ Refere-se à Exposição Universal de 1867, realizada em Paris.

Esses fatos ficam ainda mais evidentes quando se observam as diferenças de tratamento dadas à questão dos presídios por diferentes autoridades. Para o governo provincial goiano, tais instituições eram percebidas como respostas a problemas mais urgentes (presença de indígenas e/ou falta de comunicação com as províncias marítimas), tratados sob a epígrafe *Presídios Militares* nos relatórios oficiais, havendo poucas alusões ao projeto de colonização militar. Já nos relatórios dos Ministros do Império, e, posteriormente, da Guerra, eles são tratados de forma conjunta, como *Colônias e Presídios Militares*, deixando claros os interesses do Império de controle humano e territorial, seja na formação de núcleos populacionais permanentes ou na produção de alimentos para consumo local e exportação, por meio da política de colonização.

Essa dicotomia entre a concepção e a execução do projeto, ao contrário de ressaltar a condição periférica e o isolamento da província de Goiás, evidencia a fragilidade de um sistema de governo baseado em atos, decretos, avisos e regulamentos, uma administração calcada na escrita, que torna a Província refém de seus administradores e de suas elites, cujos objetivos, muitas vezes, suplantam os nacionais e sobre os quais o Império nada podia fazer. A grande dimensão do território brasileiro, a escassez de recursos e a heterogeneidade das instituições tornava impossível uma fiscalização *in loco*, e, para o controle, careciam de informações prestadas pelos próprios presidentes das províncias, que nem sempre eram atendidas:

Dos presidentes das províncias se exigirão repetidas vezes relatórios concernentes aos mesmos estabelecimentos [presídios e colônias militares], afim de organizar-se um regulamento geral (tendo-se com atenção as necessidades e condições peculiares de cada um) para submetê-los a um regimen uniforme de administração e custeio. Sinto porém declarar-vos que bem poucas informações nesse sentido tem chegado ao conhecimento do governo. (BRASIL, 1863, p. 26).

Somado a isso a grande rotatividade de presidentes da província, em virtude de seus curtos mandados, a colonização militar em Goiás adquire um aspecto de mosaico, tentando compatibilizar projetos diversos (do Império e das elites provinciais, por meio dos presidentes da província).

A administração dos presídios goianos era centralizada pela Inspeção Geral dos Presídios, sediada na capital da província (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 55), que deveria contar com certa autonomia. Contudo, percebemos conflitos, principalmente nos primeiros anos, entre os inspetores e os presidentes da Província, que cada vez mais restringiam a ação dos inspetores e centralizavam em torno de si as decisões.

No primeiro regulamento dos presídios do Araguaia previa-se que toda a correspondência deveria ser enviada ao Presidente da Província, sendo ele obrigado a arbitrar questões menores, como intrigas entre as mulheres dos militares.

No regulamento dos presídios posteriores, percebe-se uma ligeira tentativa de descentralização. O Inspetor Geral dos Presídios passa a intermediar as comunicações entre os presídios e o Presidente da Província. Essa maior autonomia durou por pouco tempo e, ao que parece, pode ter desencadeado uma crise no sistema de colonização local, conforme pode ser constatado em ofício de 14 de dezembro de 1861: “D’ora em diante a escripturação dos Presídios feita pelos modelos de que trato será enviada directa e unicamente a esta Presidencia acompanhada de officio, e n’este mesmo serão prestadas as informações...”⁸⁴, deixando latente a existência de tensões entre alguns presidentes da província e inspetores.

Durante o período de existência da colonização militar, eram comuns reclamações com relação ao pessoal dos presídios, especialmente a negligência dos comandantes, como salienta Moraes Antas: “Todos estão como passageiros a espera de rendimento. O comandante, não planta, não faz plantar, ocupa-se apenas de dias a dias em caçadas, e no princípio do mez improvisa o diário, e escreve ao Govêrno o que lhe parece”⁸⁵.

Para Couto de Magalhães (apud SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 45), o “péssimo pessoal” era a justificativa para o fracasso das colônias e presídios militares, uma vez que para as colônias eram dirigidos as piores praças: “[...] todos tem interesse em ver-se livre das más praças, e sempre se aproveitam dos destacamentos remotos, cujo serviço corre sob responsabilidade do corpo, para expurgal-o de seu mao pessoal”. Para o ministro da Guerra, em 1862, a principal dificuldade para as colônias militares estava justamente no fato de serem formadas por pessoas do exército “[...] pelo pouco apreço que dão as praças que obtem suas baixas a concessão da data de terras, quando têm completado o tempo de serviço á que são obrigadas, favor cuja effectividade raros são os que solicitão” (BRASIL, 1863, p. 27).

O arranjo adotado em Goiás deixava dúvidas quanto à gestão das instituições e até mesmo em relação aos critérios de escolha de comandantes e engenheiros. Sabe-se que Moraes Antas havia sido indicado pelo Governo Imperial, mas quanto aos demais existem dúvidas, como a indicação de Ernesto Vallée, que anteriormente exercia o cargo de engenheiro na Companhia de Mineração instalada em Traíras e foi contratado pelo Império para substituir Moraes Antas, tornando-se também Inspetor Geral dos Presídios: “O

⁸⁴ Ofício 236. AHE-GO (1853-1859) Secretaria de Governo – Correspondência com os presídios – LIVRO 0406.

⁸⁵ AHE-GO (Secretaria de Governo) 1851 - Relatório dos Presídios Santa Isabel, Leopoldina, da Piedade, aldeia de São Joaquim e Jamimbú. Sala de documentação encadernada n. 0297.

engenheiro encarregado da exploração do Tocantins exercerá o cargo de inspector geral dos presídios” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 186).

Posteriormente, o presidente Aristides de Souza Spíndola (MEMÓRIAS GOIANAS 12, 1999, p. 273) também demonstra insatisfação com a forma como o Ministério da Guerra conduzia a colonização militar, com “demasiada centralização”, segundo ele, motivo para o seu pouco sucesso.

Além desses problemas, outra questão recorrente era a exiguidade de recursos, que, segundo o entendimento do engenheiro Ernesto Vallée, era responsável pelo pouco desenvolvimento das povoações:

a somma diminuta posta a disposição do governo e cuja a metade é absorvida pelas gratificações dos Commandantes, ficando insufficiente a quantia destinada a compra do material e ao auxilio das mudanças das povoações que existem miseravelmente nos lugares os mais estereis da Provincia, e muito mais insufficiente ainda para os fornecer dos generos que não se encontrão nos Presídios, ao menos até a primeira colheita.⁸⁶

Conforme Simões de Paula (1972, p. 28-9), em 1865, a distribuição de recursos para as Colônias e Presídios Militares será quintuplicada, mas, no caso de Goiás, se manterá sempre inferior às necessidades orçadas pela Província. Ainda assim, com recursos considerados insuficientes, o período compreendido entre os anos de 1850 e 1861 foi o de maior expansão da política de colonização militar em terras goianas, como pode ser percebido no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Colonização Militar em Goiás

Criação	Presídio	Linha	Histórico
1850	Leopoldina	Araguaia	Transferido para o Lago dos Tigres em 1852, retorna ao sítio original em 1856. Emancipado do regime militar em 10 de março de 1877.
1850	Santa Izabel	Araguaia	Transferido para o sul da Ilha do Bananal, em 1851, pelo engenheiro Moraes Antas, desativado em 1854.
1852	Januária	Araguaia	Fundação abortada e sua tropa enviada para a fundação dos presídios do Tocantins.
1854	Santa Bárbara	Tocantins	Extinto pelo presidente da Província, por Aviso de 15 de julho de 1880.

(continua)

⁸⁶ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

(Continuação do Quadro 2 – Colonização Militar em Goiás)

Criação	Presídio	Linha	Histórico
1854	Santo Antônio	Tocantins	Transferido para a confluência do rio Bagagem, no Maranhão, próximo ao antigo Presídio de Xambá, município de São José do Tocantins, em 29 de outubro de 1883. Em fevereiro de 1884, recebe o nome de Presídio Nova Belém, sendo transferido para o município de Pilar e finalmente extinto, em 1886.
1855	Santa Cruz	Tocantins	Extinto em 1864, transferido para Jurupensen. Recriado no Rio Gregório no Sertão de Amaro Leite, em 1887.
1857	Mont’Alegre	Araguaia	Comunica-se com os Presídios de Leopoldina, Santo Antônio, Santa Cruz e Santa Bárbara.
1861	Santa Maria do Araguaia	Araguaia	Após duas tentativas, é refundado em 1859 e incorporado à Colonização Militar, transferido para seu local definitivo em 1862. Extinto pela Lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1891.
1864	Jurupensen	Araguaia	Extinto pela Lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1891.
1864	São José do Araguaia	Araguaia	Criado em 29 de março de 1864.
1864	São José dos Martírios	Araguaia	Extinto pela Lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1891.

Fonte: Relatórios Ministério do Império (1850, 1851, 1854, 1856, 1858) e Relatório Ministério da Guerra (1871).

Um fato singular da Colonização Militar adotada em Goiás é a existência de presos, visto que, apesar da denominação “presídio”, elas não eram instituições penais. A presença de presos nos presídios militares, em Goiás, é considerada, por Simões de Paula (1972, p. 52), uma entre as várias adaptações que o projeto de colonização militar sofreu para se adequar às especificidades do território brasileiros: “Nunca seria demais insistir que a presença de presos nos presídios colonizadores do interflúvio goiano, não constituía condição *sine qua non*, mas sim um acidente numa comunidade pioneira, onde havia estímulos e prêmios, mas também penas e castigos”.

A utilização dos presídios militares como local de guarda de presos era parte de arranjos locais, diante do número insuficiente de cadeias na província de Goiás e da impossibilidade de construção de novas em virtude das poucas rendas disponíveis (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 54-5) e também para aumentar o número de braços disponíveis na implantação e defesa das instituições. Foram encontrados presos no Presídio Santa Leopoldina por ocasião da visita de inspeção, em 1851⁸⁷, como também nos presídios de Santo Antônio⁸⁸ e Jurupensen (MORAES, 1995, p. 122), mas que poderiam ser em número

⁸⁷ AHE-GO (Secretaria de Governo) 1851 – Relatório dos Presídios Santa Isabel, Leopoldina, da Piedade, aldeia de São Joaquim e Jamimbú. Sala de documentação encadernada nº 0297.

⁸⁸ MuBan – 01.02.04.008 (caixa 80) – Ministério da Guerra – Presídios e Colônias- Presídio Santo Antônio – 7. Pessoal, f. Preso – 1885.

muito superior, visto que não havia controle sobre eles por parte do governo (MORAES, 1995, p. 123).

Os presídios da Província de Goiás estavam submetidos aos preceitos contidos no decreto n. 750, de 2 de janeiro de 1851, expressos no *Regulamento para os Presídios Militares Fundados às margens do Rio Araguaia na Província de Goyaz*, que vigorou, com exclusividade, até 1854, quando o Governo Imperial, por meio do Ministério do Império, entendendo as especificidades da implantação da colonização militar, autoriza a criação de regulamentos diferenciados:

Tenho pois somente de informar-vos que não podendo ser applicaveis todas as disposições dos decretos e regulamentos, que regem as primeiras colonias militares, a todas as que se tem fundado, porque circunstancias especiais das localidades exigem muitas vezes providencias peculiares, tem feito o governo acompanhar a fundação de algumas das novas colonias de instruções próprias. (BRASIL, 1855, p. 64).

A autorização para criação de regulamentos individualizados expõe, na prática, aquilo que era percebido: a multiplicidade de instituições e a heterogeneidade de objetivos, vinculados à colonização militar. Por outro lado, também é um elemento de enfraquecimento do sistema, uma vez que, por suas especificidades, tornava o controle à distância muito mais difícil, ou quase impossível, em vista de não mais haver um parâmetro de acompanhamento.

Em Goiás, essa medida do Império permitiu a criação dos Presídios da Linha do Tocantins com a adoção de um regulamento próprio, mas sem abandonar o decreto anterior: “Serão dadas ao diretor geral e aos commandantes dos presídios copias d’este acto da presidência, e do regulamento de 2 de janeiro de 1851 para sua intelligencia e fiel execução” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 199), explicitando que a criação de novos núcleos coloniais era a continuação da política de colonização militar, e não a criação de presídios de forma isolada.

3.3 A Colonização Militar no Sertão de Amaro Leite

Em 1854, os presídios do Araguaia ainda se encontravam frágeis, mas há a continuidade da política colonizadora, com o abandono temporário dos presídios já fundados e a criação de novos presídios, agora com foco na região do rio Tocantins. Os seus regulamentos demonstram um amadurecimento da política colonizadora em Goiás e a tentativa de resolver alguns problemas anteriormente detectados, especialmente o isolamento

das instituições, com a previsão de no futuro as duas frentes de ocupação, do Araguaia e do Tocantins, se encontrarem (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 40).

Os motivos que levaram à escolha da localidade pelo engenheiro Ernesto Vallée não são claros: “Tendo no relatório⁸⁹ do anno próximo passado tratado das razões, que determinarão a colocação dos Presídios do certão do Amaro Leite, e da posição de cada um d’elles [...]”⁹⁰, mas o relatório do Presidente da Província Francisco Mariani esclarece a necessidade de ocupação das terras do Sertão de Amaro Leite, tanto por sua fertilidade quanto para repelir os ataques indígenas e favorecer a navegação do rio Araguaia (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 40):

A população aglomerada na margem esquerda [sic.] do Tocantins lança vistas sobre a esquerda, onde se encontram os férteis campos de Amaro Leite, infestados pelo feroz, e audaz Canoeiro: empregando-se a 2ª Companhia de Pedrestres, que nenhum serviço prestou nos Presídios do Araguaya, em rebater as incursões d’este índio; à proporção, que se forem desinfestando esses campos, não deixarão de ser aproveitados por meio da venda das terras, e formar-se-hão povoações, que se vão estendendo até que em epocha, talvez não muito remota alcancem a margem direita do mesmo Araguaya; e como o seu curso é quasi desimpedido, conseguir-se-há o desideratum da sua navegação, sem os sacrifícios pecuniários, que ora se fazem, sem disseminar-se a população, e tendo-se extirpado o cancro do Canoeiro.

Em documentos variados – como nos relatórios de viagem de Pohl, nos administrativos de Cunha Mattos e em diversos relatórios de presidentes de província – é comum encontrar alusões à fertilidade dos terrenos do Sertão de Amaro Leite, inclusive servindo como parâmetro de qualidade para os solos da província, conforme assinala Ernesto Vallée: “[...] encontrei lugares próprios para habitação e criação de gado vaccum e cavalari, e mais adiante terrenos analagos [sic] aos de Amaro Leite com agoas abundantes e permanentes [...]”⁹¹. Esse argumento da suposta fertilidade das terras do Sertão será questionado mais tarde pelo mesmo engenheiro Vallée, no relatório de 1864, quando afirma que os terrenos auríferos do Sertão de Amaro Leite eram pouco propícios para a agricultura (VALLÉE, 1865, p. 17).

Foram criadas duas linhas de atuação: os presídios de 1ª linha, do Tocantins; e os de 2ª linha, do Araguaia. Entre 1854 e 1856, os investimentos foram concentrados somente na 1ª

⁸⁹ Infelizmente esse relatório não foi encontrado no Arquivo Histórico de Goiás nem no Museu das Bandeiras, mas, pelo caráter fragmentário da documentação relativa à colonização militar, pode posteriormente ser localizado, o que muito contribuirá para pesquisas vindouras.

⁹⁰ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

⁹¹ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

linha, quando foi reimplantado o Presídio de Santa Leopoldina e fundado o Monte Alegre, em 1857. A denominação 1ª e 2ª linha não significava uma hierarquização das instituições:

Os presídios coloniaes desta provincia formão duas linhas principaes, ambas destinadas a proteger a navegação e as povoações contra as incurções dos índios, sobre tudo na parte da margem esquerda do rio Maranhão, compreendida entre a barra do rio Santa Thereza ao norte, e a confluência do das Almas ao sul, onde achase estabelecida a primeira [linha], principiando a segunda na margem direita do rio Araguaya abaixo da confluência do rio Vermelho.⁹²

O *Regulamento*, criado para atender as necessidades dos novos presídios, além dos objetivos da colonização militar, também elencavam as atribuições dos comandantes, que eram responsáveis por zelar pelos objetos do presídio, assistir aos colonos, inclusive com a distribuição de alimentos e ferramentas, manter a ordem, a disciplina, não permitir a permanência de estranhos e que mulheres solteiras, excetos as presas, viessem a se estabelecer no presídio, cuidar da segurança dos presos, prestar auxílios aos navegantes, manter a harmonia entre os habitantes do presídio e os “selvagens” das proximidades, cuidar para que os colonos não praticassem nenhuma hostilidade aos indígenas e reportar ao presidente da província todos os acontecimentos. Para isso, haveria livros nos quais seriam anotadas todas as ocorrências. Qualquer alteração no presídio, como saída e entrada de praças e colonos, somente poderiam ocorrer com a anuência do presidente da província (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 186-204).

Ainda, conforme o *Regulamento*, cada presídio teria uma lavoura comum e cada colono, inclusive os presos, poderia cultivar gêneros alimentícios. Para tal, disporia, além dos domingos e dias santos, de um dia útil em cada semana. Poderia ser cultivado qualquer tipo de lavoura, mas, principalmente, produtos exportáveis, sem que isso comprometesse a cultura dos “gêneros necessários ao sustento do presídio”. Para o cultivo das roças comuns, todos “os braços” seriam requisitados. As colheitas deveriam ser comunicadas ao presidente da Província, quanto ao tipo e quantidade, e aqueles colonos que se destacassem na produção agrícola seriam premiados (BRASIL, 1852, p. 1-14).

Haveria uma área reservada para a construção do arraial, lembrando que um dos objetivos da colonização militar era criar núcleos de povoamento em áreas remotas. Soldados casados poderiam ter suas próprias habitações e o comandante os auxiliaria na construção de suas casas. Todos os habitantes do presídio deveriam observar o alinhamento de suas construções, de acordo com um traçado pré-determinado. Muito provavelmente, os demais

⁹² IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

presídios goianos eram semelhantes ao Presídio de Santa Maria, que pode ser observado na Figura 10, por ser a construção dos povoados dos presídios determinada pelo regulamento colonial (BRASIL, 1852, p. 1-14).

Figura 10 – Presídio de Santa Maria (1896-1897)



Santa Maria primitive, l'église et le fort.

Fonte: Coudreau (1897, p. 225).

A distribuição das terras para as roças seria feita pelo comandante, com tamanho variando conforme o número de familiares, e, após o término do tempo de serviço, os soldados que o quisessem poderiam solicitar a posse das terras ocupadas. Isso também poderia ser feito por paisanos e presos que vivessem no local. Cada presídio teria uma capela para as celebrações religiosas, e assim que possível seria feita a construção de uma igreja. O regulamento determinava ainda que toda criança, cuja família contasse com a assistência do governo, deveria aprender a ler, contar e escrever e um ofício útil ao presídio: “[...] devem porem merecer a preferencia os officios de ferreiro e de carpinteiro, aos de alfaiate e sapateiro, quando destes dous últimos officios houver um número sufficiente para as necessidades da povoação” (BRASIL, 1852, p. 13).

As famílias que fossem viver nos presídios, colonos, além de terem direito às terras, também contavam com proteção, fornecimento de víveres, ferramentas e demais auxílios às lavouras, bem como ajuda para a construção de um rancho para abrigo. Cada família, por ocasião da mudança, receberia 100 réis por pessoa da família, por cada légua da viagem, desde seu ponto de saída até o presídio. As famílias ainda receberiam alimentos e medicamentos. Essa ajuda aos paisanos ocorreria por um período de dois anos, iniciando a

contagem em 1º de agosto de 1854, até que suas plantações estivessem produzindo (MEMÓRIAS GOIANAS, 1997, p. 192-194).

No *Regulamento* dos presídios criados na área de influência do Tocantins chama a atenção os objetivos e a forma de pagamento das etapas⁹³ das praças. Se nos presídios do Araguaia há um destaque para o atendimento às necessidades dos navegantes da “carreira para o Pará”, no Tocantins é o policiamento através das “batidas de inteligência”, com a demarcação da área, que deveria ser coberta pela guarnição de cada presídio (MEMÓRIAS GOIANAS, 1997, p. 192-194). Isso sem descuidar da navegação do rio Tocantins, uma vez que ela acontecia de forma regular, demonstrando a existência de rotas comerciais e de um comércio insipiente, antes mesmo da implantação da colonização militar, como confirma o regimento, no artigo 22:

[...] os víveres que não se acharem nos arredores do Genipapo [Santa Bárbara] deverão ser procurados de preferencia em Campinas, visto que ahi há lavradores, e a fertilidade das terras d’esse lugar, situado no caminho de Amaro Leite e Trahiras, em face do porto da Jovi, garante a barateza dos preços. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 190).

O pagamento das etapas seria feita em gado de criar (MEMÓRIAS GOIANAS, 1997, p. 192-194), ao invés do pagamento em dinheiro, como determinava o regulamento anterior. Para Moraes Antas, somente a fixação do soldado à terra poderia tornar a colonização militar uma iniciativa de sucesso e, para isso, os pagamentos das etapas, ao serem feitos com gado de criar, tornaria os soldados “afeiçoados ao lugar em que vivem”⁹⁴. Pode-se acrescentar a defesa da propriedade privada, especialmente o gado, que tornaria a guerra contra o indígena um ato lícito.

Com essas providências, foi iniciada a implantação da colonização militar no Sertão de Amaro Leite, abrindo uma nova frente de ocupação. Sobre a criação dos presídios na região do Rio Tocantins, o ministro Luiz Pereira do Couto Ferraz destaca as “agressões indígenas” e a importância da estrada do Sertão de Amaro Leite (ou Estrada do Norte) para justificar sua criação:

A falta de gente para o serviço no 1º desses rios [Araguaia], e as grandes dificuldades na prestação de recursos e providências, tendo-se de transpôr a enorme distancia que vai do Presidio Leopoldina, na confluência do Rio Vermelho, á cidade

⁹³ Ração diária dos soldados e bestas de um exército em marcha; pode ser também o lugar onde para a tropa (SAMPAIO, 2011, p. 223).

⁹⁴ AHE-GO (Secretaria de Governo) 1851 – Relatório dos Presídios Santa Isabel, Leopoldina, da Piedade, aldeia de São Joaquim e Jamimbú. Sala de documentação encadernada nº 0297.

de Belém, fizeram com que temporariamente se suspendesse a fundação dos presídios Januária abaixo da ilha de Santa Anna [Ilha do Bananal] e Santa Izabel fronteira á mesma ilha, território da Província de Matto Grosso.

O Presidente da Província á vista destes inconvenientes tomou a deliberação de empregar a força estacionada nestes presídios em outros pontos mais adaptados, para livrar das aggressões dos índios selvagens a estrada denominada – Amaro Leite, – por onde se podem fazer as communicações da capital da província com as comarcas do norte por caminho mais curto, e assegurar a navegação do rio Tocantins. (BRASIL, 1855, p. 40-41).

Assim, o presidente da Província, Antônio Candido da Cruz Machado (1854), dando continuidade ao projeto iniciado por Francisco Mariani, anuncia a implantação da colonização militar na linha do Tocantins (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 135-142).

A colonização militar, no Sertão de Amaro Leite, inicia uma nova fase dos presídios na província de Goiás, estabelecidos em conjunto, com menor distância entre um e outro para que eles pudessem se proteger mutuamente, e próximo aos povoados de Pilar, Amaro Leite, Descoberto, Traíras e Peixe. Os presídios fundados no Sertão de Amaro Leite foram denominados Santa Bárbara, Santo Antônio e Santa Cruz.

O presídio de Santa Bárbara foi fundado em 7 de novembro de 1854, com 56 pessoas (entre as praças e suas famílias⁹⁵) no território do Genipapo, à margem do Ribeirão Macaco, ao norte da confluência do Rio Maranhão com o Rio das Almas, conforme pode ser observado na Figura 11, a seguir:

Figura 11 – Detalhe da localização do Presídio de Santa Bárbara



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (modificações realizadas pela autora). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg. Acesso em: 15 nov. 2015.

O Presídio de Santo Antônio foi fundado em 25 de novembro de 1854, com 59 pessoas (praças e famílias), localizado próximo ao povoado de Amaro Leite, ao sul da passagem do Rio do Ouro. Conforme se observa na Figura 12:

⁹⁵ De acordo com o artigo 8º do Regulamento: “considerar-se-ão as pessoas das famílias dos soldados a mulher, mãe ou sogra, as irmãs honestas, e irmãos menores, filhos, sobrinhos, e netos legítimos, ou naturaes, que viverem em sua companhia, conforme o artigo 61 do regulamento de 2 de janeiro de 1851” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 187).

Figura 12 – Detalhe da localização do Presídio de Santo Antônio



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (modificações realizadas pela autora). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg. Acesso em: 15 nov. 2015.

O último presídio fundado nesta linha foi o de Santa Cruz, em 17 de fevereiro de 1855, com 52 pessoas, entre as povoações de Descoberto da Piedade e Espírito Santo do Peixe, às margens do Rio Cana-brava. A região escolhida para sua implantação pode ser observada na Figura 13, abaixo:

Figura 13 – Detalhe da região escolhida para a implantação do Presídio de Santa Cruz⁹⁶



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (modificações realizadas pela autora). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁹⁶ Nesse mapa, de 1872, é possível observar o território de implantação do Presídio de Santa Cruz, não estando ele identificado na figura, pois foi extinto em 1864.

A implantação dos presídios do Sertão de Amaro Leite foi seguida da abertura de estradas, que proporcionaram a ligação aos núcleos urbanos existentes em suas proximidades, bem como às regiões mais distantes, como Porto Imperial e a capital, pela Estrada do Norte, que passando pelos três presídios do Sertão reduziria a distância, da capital a Porto Imperial, de 180 léguas para 127 léguas (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 240-253), sendo recomendado pelo presidente da província que “preferisse os trabalhos das estradas aos de edificações” (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 247). Sobre as estradas, em 1856, afirmou o presidente da Província:

Concluíram-se as estradas que partem do presidio de S. Antonio; no de S. Cruz está se fazendo a nova estrada para Porto Imperial, e por fazer-se a picada que deve ir ter aos campos da margem esquerda do rio S. Thereza, procurando a serra das Trombas, e resta acabar a que vem ao Descoberto, no de S. Barbara terminou-se a que vai a Campinas e tiverão começo as outras. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 26).

A construção dessas estradas, juntamente com o fato dos novos presídios do Sertão de Amaro Leite estarem localizados em áreas menos isoladas (do que às margens do Araguaia), próximos a pequenos núcleos urbanos, permitiram que colonos se dirigissem para suas imediações para estabelecerem suas roças (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 248), aumentando a população, conforme se observa na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4 – População dos presídios do Sertão de Amaro Leite (1854-1880)

Ano	Santa Bárbara	Santo Antônio	Santa Cruz
1854 ⁹⁷	56	59	52
1856	50	60	48
1858	64	Não consta	76
1859	100	120	89
1861	117	110	68
1862	148	95	103
1863	151	100	121
1864	-	-	Extinto
1867	170	90	-
1880	Extinto	-	-

Fonte: Relatórios de Presidentes da Província (Memórias Goianas).

Entre os fatores que contribuíram para o rápido aumento populacional, podemos destacar a maior segurança devido aos presídios e sua guarnição, a incorporação de novas

⁹⁷ Os primeiros habitantes dos Presídios do Sertão de Amaro Leite foram as praças e suas famílias (MEMÓRIA GOIANA 6, 1997, p. 141).

áreas mediante a expulsão dos povos indígenas, a abertura de estradas e picadas e também a nomeação de um capelão para o presídio de Santa Cruz.

A presença de um capelão nas áreas de colonização militar foi insistentemente cobrada, desde a instalação de Leopoldina, pelo engenheiro Moraes Antas. Entretanto, a chegada do capelão ao Presídio de Santa Cruz expõe outra dificuldade da colonização militar, a escassez de alimentos, como pode se observar no ofício endereçado ao comandante do Presídio de Santa Cruz pelo presidente da província Francisco Januário da Gama Cerqueira⁹⁸:

Tenho presente seu officio de 2 de setembro ultimo, participando-me que o Capellão nomeado para esse Presidio Padre Antonio Marques Santaren tendo certeza da falta de gênero [sic] alimentícios que ahi há, resolveo residir temporariamente no Arraial do Descoberto até que melhorem as circunstancias actuaes; bem como as providencias que [ilegível] tomou afim de obter viveres para sustento das praças e colonos desse Presidio. Inteirado de tudo declaro-lhe que pelo Inspector Geral receberá [ilegível] os esclarecimentos e instruções sobre o modo por que devia ter procedido nas circunstancias que expõe restando-me somente recomendar-lhe que impregna todo o zelo e atividade em promover a cultura dos generos alimenticios para que haja maior abundancia bem como que dê o devido impenho as construções e mais trabalhos, de que depende o progresso e prosperidade do Presidio sob seu Commando, esforçando-se ao mesmo tempo por conservar a disciplina e subordinação das praças que formão as respectivas guarnições – Francisco Januário da Gama Cerqueira ao Capitão Comandante do Presidio Santa Cruz.⁹⁹

A carência de alimentos nos Presídios do Sertão de Amaro Leite foi bastante comum nos primeiros anos, causada principalmente pelo pouco conhecimento dos terrenos escolhidos para a implantação das instituições, vulneráveis a enchentes, como em Santo Antônio e Santa Cruz, ou falta de água, como em Santa Bárbara, obrigando o governo a estender o período de auxílio inicialmente previsto no *Regulamento*.

Além dos acontecimentos de ordem climática e naturais, no caso do Presídio de Santa Cruz também o seu primeiro comandante foi responsabilizado pelas dificuldades iniciais: “[...] confiado, no principio, à um comandante que em nada correspondeu as vistas do governo, ficou duas vezes atrasado, quero diser, pela pouca que se podia faser, e pela má direção dada aos trabalhos indicados, [...]”.¹⁰⁰

Dando continuidade ao projeto de colonização militar, o engenheiro Ernesto Vallée, em seu relatório de 1857¹⁰¹, expõe um detalhado plano de navegação a vapor para a província, que se iniciava com o retorno do Presídio de Santa Leopoldina para seu sítio original; a

⁹⁸ Foi presidente da província de Goiás, de 8 de outubro de 1857 a 1º de maio de 1860.

⁹⁹ AHE-GO (1853-1859) Secretaria de Governo – Correspondência com os presídios – LIVRO 0406.

¹⁰⁰ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

¹⁰¹ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

criação de novos presídios nos dois rios com o objetivo de proteção e entrepostos comerciais; a escolha do terreno para a fundação do Presídio Monte Alegre, em um local próximo ao Lago de Luiz Alves¹⁰²; a construção e a melhoria de estradas e de suas ramificações; a melhoria das condições dos aldeamentos existentes; a aquisição de um barco a vapor para o rio Araguaia, estendendo a navegação do Araguaia até a Província de Mato Grosso: “A vista da navegação do rio Araguaya, onde a povoação do Corumbá pode tornar-se um verdadeiro porto da província de Goyaz”.¹⁰³

O relatório de Ernesto Vallée, escrito em 1857, muito provavelmente é o responsável por incutir em Couto de Magalhães, que só chegaria à Província em 1863, a ideia da viabilidade da navegação a vapor no Araguaia. Se Couto de Magalhães é considerado o fundador da navegação a vapor no Planalto Central, podemos atribuir a Ernesto Vallée ser o idealizador do projeto. Foi enviada uma cópia a Libânio Augusto da Cunha Mattos¹⁰⁴ desse mesmo relatório:

Animado pelos bons desejos de V. Exc. para com a Província de Goyaz, que em gratidão ao benefícios que ja tem recebido de V. Exc. acaba de o nomear unanimamente seu representante pelo 1º distrito eleitoral, rogo a V. Exc. queira ter a bondade de aceitar as inclusas informações relativas aos serviços à meu cargo, e de perdoar as faltas, que encontrar nesses trabalhos que alem de imperfeitos são escriptos n'hum lingua, que não obstante meus esforços, continua a apresentar-me ainda muito estrangeiro [Ernesto Vallée era francês].¹⁰⁵

No projeto apresentado por Vallée, não havia hierarquia de um rio sobre o outro, mas ele acreditava na possibilidade de um desenvolvimento contínuo e simultâneo, com a necessidade de investimentos em ambos os rios, transformando os presídios do Araguaia em apoio para a navegação (fornecendo mão de obra e víveres) e os do Tocantins, já existentes e os que se pretendiam criar, entrepostos comerciais, distribuindo, assim, os produtos trazidos dos portos marítimos por toda a província, mas, principalmente, beneficiando os fazendeiros e lavradores da região do Sertão de Amaro Leite. Em virtude dos altos custos da viagem, poucos poderiam ir a Porto Imperial trocar seus produtos: “sem grande despesa de material e

¹⁰² Provavelmente seja a origem do povoado Luiz Alves do Araguaia, distrito de São Miguel do Araguaia.

¹⁰³ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

¹⁰⁴ Filho de Raymundo José da Cunha Mattos. Foi diretor geral da 1ª diretoria da secretaria da guerra, oficial da Ordem da Rosa, sócio do IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Representou a Província de Goiás na 10ª. Legislatura (BLAKE, 1899, p. 310, v. 5).

¹⁰⁵ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

de pessoal, o que favorecesse os mais abastados em prejuízo dos pequenos lavradores, primeiro elemento da Colonização”.¹⁰⁶

Entre as estradas há um destaque, dado pelo engenheiro à Estrada do Norte, que tem seu traçado alterado para unir os três presídios criados, cuja construção ficou sob a responsabilidade do pessoal dos presídios do Sertão de Amaro Leite.

O desenvolvimento do comércio e da navegação não ocorreu conforme previa o plano original de Ernesto Vallée. Entre os motivos podemos elencar: os poucos recursos disponíveis para as obras necessárias, o número insuficiente de militares para a execução do projeto, talvez devido à Guerra do Paraguai; e um evidente desprezo pela navegação do Tocantins, disfarçado de medida protecionista: “porque nesse caso os botes subvencionados vão matar a indústria dos botes particulares que navegam o Tocantins, criando um verdadeiro monopólio em favor da empresa” (COUTO DE MAGALHÃES, 1870 apud DOLES, 1973, p. 94).

Mas, é evidente, a colonização militar sobre o território goiano, por meio da implantação dos presídios, conseguiu promover e conservar populações em áreas até então desabitadas por não indígenas, das quais algumas deram origem a cidades e povoados, uns de origem confirmada, outros, por suposições, como: Santa Leopoldina, originou Aruanã; São José do Tocantins, o povoado do município de Crixás, de São José dos Bandeirantes; Monte Alegre, o povoado de Luís Alves do Araguaia, em São Miguel do Araguaia; Santa Cruz, o povoado de São Sebastião, em Porangatu; Santa Maria, origina Araguacema; entre outros, além da sobrevivência dos antigos arraiais do tempo da mineração: Amaro Leite e Descoberto da Piedade.

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (1997, p. 28) afirma que a “onda colonizadora, orientada pelo Estado, a partir de 1850 com a fundação e criação dos resídios [sic] de Leopoldina (hoje Aruanã), em 1851, e de Monte Alegre (hoje Bandeirantes), pode ser considerada como a primeira política de ocupação da região da Estrada do Boi”.

Antes de prosseguir, é necessário fazer uma ressalva: a localização, e descrição em documentos disponíveis levam a crer que Luiz Alves, hoje, seja o antigo Monte Alegre, e São José do Araguaia tenha dado origem ao povoado de São José dos Bandeirantes. Discussões topográficas e toponímicas à parte, continua a autora (1997, p. 29): “os presídios possibilitaram um povoamento mais seguro e, para a região da Depressão do Araguaia, criavam cabeças-de-ponte de navegação – que deram origem a Aruanã – servindo, como serviram a Goiás, Crixás e Porangatu à ocupação e ao povoamento do território”.

¹⁰⁶ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

A política de colonização militar, com a implantação de presídios colonizadores, antecedeu a qualquer política de ocupação territorial dirigida pelo Governo em toda a Província de Goiás e futuro estado de Goiás. Seu principal atributo foi favorecer a ocupação de áreas interiores, proporcionando que toda essa região passasse por um sistemático processo de transformações, efetivadas pela ação humana, criando as condições para que, a partir do século XX, ela fosse incorporada como uma nova fronteira ao território goiano. Os presídios militares e seus efeitos podem ser considerados, dessa maneira, uma marca pioneira do tipo de intervenção efetuada no século XX, antecipando projetos posteriores, como a própria “Marcha para o Oeste”, nos anos 1930, considerada por Dayrell (apud BARREIRA, 1997, p. 23) o “suporte físico e demográfico do avanço para o Norte”, mas que só foi possível mediante a conquista e a ocupação do território, empreendida no século anterior.

O projeto de colonização militar implantado na Província de Goiás conseguiu atrair e aumentar consideravelmente a população das áreas coloniais, ampliou as áreas de ocupação não indígena, interligou diferentes localidades, ao mesmo tempo em que conseguiu diminuir, e até extinguir, alguns povos indígenas, e, por algum tempo, promoveu a navegação do rio Araguaia. Pode-se afirmar que esse foi, do ponto de vista dos objetivos, um projeto de sucesso implantado pelo Governo Imperial; o mesmo não se pode afirmar com relação aos povos indígenas ou sobre o meio ambiente, nos quais os efeitos negativos são evidentes ainda na atualidade.

Apesar de incapaz de alterar substancialmente a economia da Província, a colonização militar conseguiu impor mais controle sobre o território, controlando e direcionando o fluxo de imigrantes pelos caminhos abertos; drenando a população das áreas de ocupação antiga, menos férteis, para novas áreas, com mais capacidade produtiva. As estradas abertas direcionavam o caminho a seguir. É necessário salientar que algumas estradas presentes no atual estado de Goiás tiveram seus contornos delineados ainda no século XIX, exatamente interligando antigas áreas de mineração às novas áreas de colonização militar.

Esse fato é incompatível com a ideia de isolamento, total ou relativo, de toda essa região, uma vez que a criação dos presídios – e, para garantir seu abastecimento regular, o deslocamento de populações para seu entorno – tem como medida prioritária, após a instalação das instituições, a construção de estradas e pontes, permitindo o tráfego de pessoas e mercadorias e garantindo a segurança com a permanência desses contingentes em áreas sertanejas.

O Estado procurava abrir caminhos para a modernização administrativa em amplas frentes, e diversas estavam relacionadas com o controle da população considerada perigosa. Se não valia a pena atacar abertamente crenças tradicionais instituíam-se colônias militares, construía-se estradas que mesmo não ligando pontos economicamente importantes do território, facilitavam o acesso aos locais dominados por escravos fugidos, homens livres pobres, índios bravos [...]. (OLIVEIRA, 2011, p. 8).

A colonização militar fez sentir seu impacto por seu potencial integrador das várias regiões do Império.

Para isto não só se instalaram os presídios como foram abertas picadas e estradas que os interligaram, permitindo tanto a mobilidade dos corpos de segurança, dos negociantes e viajantes, como escoamento da produção com ou sem a efetivação dos planos de navegação colonial. (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 169).

Na Província de Goiás, por meio de seus eixos principais – os rios Araguaia e Tocantins –, foi possível interligar, pelas estradas, os presídios às localidades abastecedoras (vilas e povoados). No caso do Sertão de Amaro Leite, este, por sua centralidade, era o local de convergência das estradas e picadas, formando uma espécie de entroncamento no interflúvio goiano.

O desvio da navegação para o Araguaia acabou interferindo na execução do plano de ampliação da colonização militar em áreas de influência do rio Tocantins e a ampliação das instituições colonizadoras se deu apenas às margens do Rio Araguaia, cujo marco é a extinção do Presídio de Santa Cruz. Contudo, de forma alguma o fim de Santa Cruz sinaliza o fim da colonização militar no Sertão de Amaro Leite ou um suposto momento de “isolamento”, mas, após a ocupação inicial e a abertura de estradas, tem continuidade a ocupação territorial e a incorporação de novas áreas.

O Sertão de Amaro Leite foi a localidade na qual a colonização militar contou, entre as instituições implantadas em Goiás, com mais regularidade, não sofrendo nenhuma alteração até o ano de 1864, quando o Presídio de Santa Cruz foi extinto. Mesmo que os demais presídios do Sertão, Santo Antônio e Santa Bárbara, tiveram o seu contingente reduzido em virtude da Guerra do Paraguai, isso também se deu, muito provavelmente por já haver diminuído consideravelmente o poder de reação dos grupos indígenas locais, sendo transferidos de localidade apenas ao final do período estudado, possivelmente para locais de ocupação mais recentes e em que a presença indígena, ou quilombola, ainda era mais sentida.

A extinção do presídio Santa Bárbara acontece em 1880 (BRASIL, 1882, p. 45) e a itinerância do Presídio de Santo Antônio a partir de 1883 (BRASIL, 1884, p. 33), sendo ele

transferido, primeiro, para o município de São José do Tocantins¹⁰⁷, depois, para o “Poço Grande”, na margem do rio Crixás, e posteriormente extinto em 1886 (BRASIL, 1884, p. 43). É relevante, ademais, a implantação de um novo Presídio Santa Cruz, em 1887: “na foz do Ribeirão Gregório, afluente do Rio Crixás¹⁰⁸”, avançando as áreas coloniais até próximo ao rio Araguaia. Deve ser considerado que a extinção ou mudança da localidade de um presídio não significava a desocupação da localidade anterior, mas somente a retirada do aparato governamental, e, provavelmente, a diminuição do fluxo populacional, devido a efetiva ocupação das terras, o que fica evidente pela manutenção de vários desses núcleos de povoamento, que atingiram o século XXI.

A ampliação da área de atuação dos presídios do Sertão foi responsável pela grande extensão do município de Pilar, e, posteriormente, grande parte dessas áreas, abertas após o impulso dado pela colonização militar, foram incorporadas ao município de Santana.

O principal aprendizado, com o fracasso da primeira implantação do Santa Leopoldina, foi, certamente, criar mecanismos para vencer o isolamento, realizado mediante a ligação de todas as zonas de colonização militar da Província pelas estradas e picadas.

A estrada é a própria mobilidade dos homens, é a busca de riquezas e de bem-estar, o seu suporte e sustentação, promovendo a comunicação entre várias outras estradas e caminhos e abrindo espaço à ação humana (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 4-5).

Simões de Paula (1972) divide a distribuição geográfica dos presídios em três zonas distintas: a primeira formada pelos Presídios de Leopoldina e Jurupensen; a segunda compreende os Presídios de Santa Cruz, Santo Antônio, Santa Bárbara, Monte Alegre e São José do Araguaia, e a terceira o Presídio de Santa Maria.

A primeira zona é marcada pela presença dos presídios de Santa Leopoldina, ponto final da navegação do Pará para Goiás, que é sucedido pelo presídio Jurupensen, às margens do rio Vermelho, criado por Couto de Magalhães para servir de entreposto comercial entre as margens do Araguaia e a capital da Província. Tinham por objetivo “assegurar o contato da capital e os núcleos circunvizinhos com o rio Araguaia” (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 160). Essa era a zona mais povoada da província, e, portanto, servida de uma rede de estradas.

O itinerário era, em linhas gerais: Leopoldina, encruzilhada de tesouras, Santa Rita – Antas – Barra do Rio Vermelho – capital; levando de 5 a 7 dias de “chão batido”. A área de influência desta 1ª zona presidiária alcançava os núcleos urbanos de

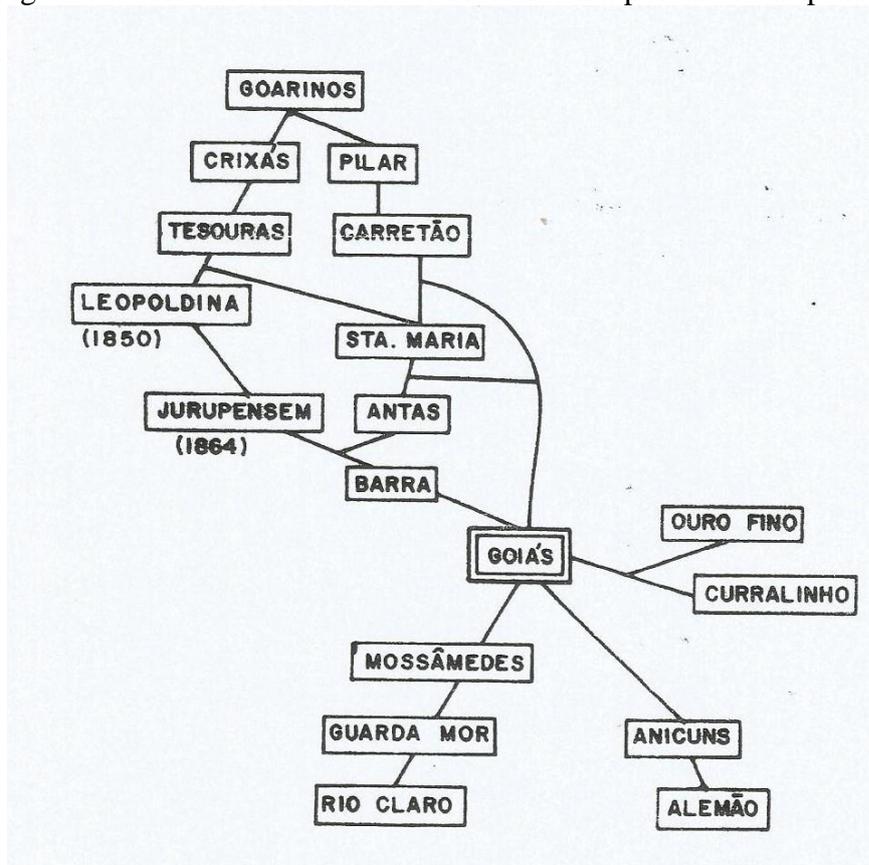
¹⁰⁷ MuBan – 01.02.04.001 (caixa 69) – Ministério da Guerra – Presídios e Colônias – Presídio Santo Antônio – 1. Transferência – 1884.

¹⁰⁸ MuBan – 01.02.06. 00 (caixa 73) – Ministério da Guerra – Presídios e Colônias – Presídio de Santa Cruz – k – pessoal. v. II (1855-1889).

Tesouras, Crixás, Goarinos, Piar [sic] e Carretão, sem falar na picada até o presídio de Monte Alegre, a evidenciar que Leopoldina funcionaria como centro receptor e distribuidor de mercadorias, [...]. (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 162).

Em *Tropas e Boiadas*, Hugo de Carvalho Ramos descreve várias dessas estradas. Destaca-se, na Figura 14 a seguir, a vila de Pilar, principal ligação do Sertão de Amaro Leite com a capital.

Figura 14 – Área de influência dos Presídios Leopoldina e Jurupensem



Fonte: Simões de Paula (1972, p. 159).

Mesmo sem um aumento significativo da produção agrícola nessas áreas, a colonização militar e a navegação do rio Araguaia permitiram que um pequeno excedente fosse comercializado, através de Leopoldina:

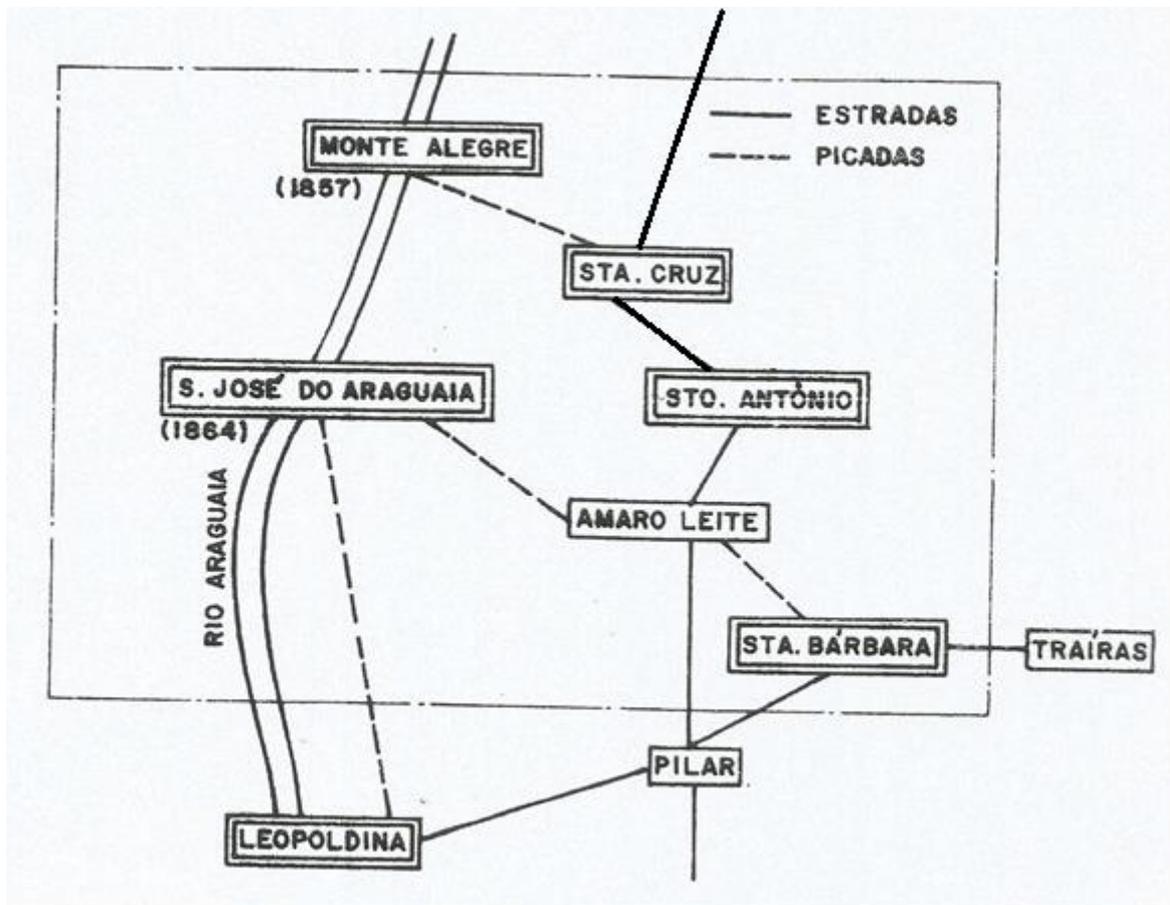
As populações ribeirinhas do Araguaia se levantavam, contribuindo com seus produtos as povoações de Pilar, Crixás, Amaro Leite, Rio Bonito, Santa Rita, S. José do Araguaia e Leopoldina, além de outras da região sul como Curralinho e Goiás e do sudoeste como Jataí. (DOLLES, 1973, p. 127).

A segunda zona de presídios elencada por Simões de Paula se destaca tanto pela amplitude geográfica quanto por seus objetivos. Ocupando uma extensa faixa desde as

margens do rio Araguaia até o rio Tocantins, implantada com vista à “[...] criação de um sistema de segurança pública que estimulasse os geralistas a recolonizarem a margem esquerda do Tocantins e em sequencia estenderem as suas pastagens até às margens do Araguaia” (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 165).

Os presídios de Monte Alegre e São José do Araguaia foram os últimos criados nessa zona, que, além dos próprios presídios, contava com os povoados de Amaro Leite, Descoberto, e após 1864, o povoado originado com o Presídio Santa Cruz, como se observa a seguir, na Figura 15. Interessante notar o traçado das picadas e estradas, que se aproximam muito do atual trajeto da Rodovia do Boi¹⁰⁹ (BARREIRA, 1997).

Figura 15 – Área de influência dos Presídios Santa Barbara, Santo Antônio, Santa Cruz, Monte Alegre e São José do Araguaia



Fonte: Simões de Paula (1972, p. 164); modificações realizadas pela autora.

¹⁰⁹ Trata-se da GO-164, que liga os atuais municípios de Porangatu, São Miguel do Araguaia, Crixás, Mundo Novo de Goiás, Nova Crixás, Mozarlândia, Aruanã e Nova América (BARREIRA, 1997, p. 14).

Sobre a figura anterior, o destaque é para o traçado da Estrada do Norte, lembrando que ela se estendia até Porto Imperial, passava também por Amaro Leite, Descoberto e o Povoado do Peixe, com a função de interligar o sul e o norte da província. Com a colonização militar, esse trecho passa a receber várias outras estradas vicinais, que permitiam a intercomunicação entre todos os presídios da província de Goiás, tendo como entroncamento o Sertão de Amaro Leite. Em uma análise mais acurada, é fácil perceber que o traçado dessa estrada, com ligeiras alterações, foi sobreposto pela rodovia Belém-Brasília em seu segmento goiano-tocantinense:

Esta estrada destina a unir o município de Pilar co [sic] sertão do Amaro Leite com a capital, é ao ponto de vista da agricultura e do commercio, uma das mais importantes pela riqueza dos terrenos atravessados e pelo fácil acesso que ella offerece as povoações emigrantes, d'importar seus productos de um lado para a capital e d'outro para o Maranhão.¹¹⁰

A Estrada do Norte, também chamada de Estrada ou Caminho do Sertão, ou Estrada de Pilar a Porto Imperial, tem origem pouco clara, mas que deve ter ocorrido ainda no século XVIII, garantindo o abastecimento das minas da região de produtos vindos de Porto Imperial, e a ligação até a capital. Chama a atenção, nos documentos consultados, a quantidade de vezes que essa mesma estrada foi renomeada e reconstruída no século XIX, demonstrando uma ação ainda comum, nos governantes atuais, de apropriação, abandono ou renomeação de projetos de seus antecessores.

O contato entre o Sertão de Amaro Leite com Traíras, São José do Tocantins e São Félix (POHL, 1976) remonta a tempos anteriores à existência dos presídios. Merece destaque também a proximidade com o povoado de Muquém¹¹¹ e sua conhecida Romaria, ainda hoje realizada no município de Niquelândia, antigo São José do Tocantins, e que, no século XIX, atraíaromeiros de diversas regiões de Goiás e de outras províncias, e que além da prática religiosa, se tornava, nos dias que antecediam e nos dias da festa, uma grande praça de comércio (BERTRAN, 1998, p. 125).

Em o norte da provincia se faz algum commercio com a provincia do Pará por via do Tocantins, permutando-se os couros e outros objectos que para ali se exportão pelo sal e outros artigos que se lá se importão; e no arraial de Moquem para onde affluem muitos romeiros, devotos de N. S. da Abbadia, há uma feira anual, que dura uns quinze dias, no mez de Agosto, na qual aparecem negociantes do norte e da

¹¹⁰ IHGB – DL 92.6. VALLÉE, Ernesto. Informações sobre a navegação, estradas e obras públicas, presídios e aldeamentos da província de Goiás.

¹¹¹ Paulo Bertran (1998, p. 121-135) afirma que, no século XIX, a Romaria do Muquém “já era um fato consolidado”.

provincia da Bahia, e outros que vem de Meiaponte, fazendo-se ali algumas compras e vendas e saldando-se as dividas contrahidas nos annos anteriores. (MEMÓRIAS GOIANAS 10, 1998, p. 137).

Trata-se de região vizinha ao Sertão de Amaro Leite, com estradas que ligavam as duas localidades, onde os habitantes do Sertão, além da assistência religiosa e do pagamento de promessas, tão comum do catolicismo rural, teriam um amplo mercado para comercializar seus produtos. Paulo Bertran (1998, p. 125) ressalta ainda, além da atividade religiosa – que durava apenas uma semana –, as atividades da Irmandade de Nossa Senhora D’Abadia, que recebia vultosas doações e funcionava como um “banco moderno”: “[...] emprestava dinheiro a juros de 6% ao ano, muitas vezes mediante hipoteca registrada no tabelionato de São José, e os devedores insolventes sofriam execução de seus bens em pagamento da dívida” (BERTRAN, 1998, p. 126).

De São José do Tocantins existiam caminhos até Meia Ponte, Corumbá e Antas. Corumbá era o principal fornecedor de gêneros alimentícios para a capital (MEMÓRIAS GOIANAS 10, 1998, p. 55). As estradas, ou picadas, mesmo que em situação precária, poderiam ser percorridas pelas tropas e boiadas, e os produtos do Sertão de Amaro Leite chegavam à capital e até mesmo a outras províncias. Fato é que, no início do século XX, esse era um caminho conhecido na região, como podemos ver na citação a seguir:

A viagem demorou mais de mês. As estradas mal cabia as patas dos animais. [...] Depois, o rio dos Patos, o azul da Serra dos Pireneus, fazendas aqui e ali. A fazenda Prisca, Currais, Monjolo, Moinho de Pedra... Rego d’água, Pomar! Finalmente, Corumbá! diga-se [sic] que esta cidade, por muito tempo, foi o mercado onde muita cidades do Norte Goiano se abasteciam de querosene, sal, café, tecidos e objetos de mais luxo, inclusive artefatos de couro. O comércio era feito, pachorrentamente, sobre tropas carregadas, enfreando-se sol e chuva, secas e enchentes, dificuldades indescritíveis! Outras cidades, como Natividade, São José do Duro (hoje a próspera Dianópolis) e Paranã comerciavam, levando e trazendo mercadorias á cidade de Barreiras, na Bahia. Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Afonso, Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) e Santo Antônio (hoje Itaguatins) faziam comércio com as cidades do Maranhão, Carolina e outras ou com o Pará, via dos botes e, depois batelões e “motores”, [...]. (GONTIJO, 1973, p. 38).

A figura anterior permite também ver a ligação do Sertão de Amaro Leite com Traíras, por onde passavam as estradas de São Paulo e Salvador,

Para o norte da capitania, em direção às minas do Tocantins, o caminho [Real de São Paulo] servia as localidades de Trayras (atual Tupiraçaba, um dos mais prósperos arraiais do ouro, hoje reduzido a ruínas), São José do Tocantins (Niquelândia), Cavalcante, São Félix (praticamente desaparecida do mapa), Arraias, Conceição do Norte, (Conceição do Tocantins), Natividade, onde se juntava com o

caminho da Bahia, Monte do Carmo e a importante cabeça-de-navegação no Tocantins, que era o arraial de Porto Real (depois batizado de Porto Imperial e, hoje, de Porto Nacional). (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 6).

A estrada de Salvador para Goiás, existente desde o século XVIII, adentrava em território goiano no Duro (Dianópolis) ou Natividade, cidade que exercia o papel de entroncamento dos caminhos, levando ao Tocantins e às minas de Arrayas, Chapéu (Monte Alegre de Goiás), São Domingos, Cavalcante, São Félix, Trayras, São José do Tocantins, Cocal, Água Quente, Amaro Leite, Pilar, Guarinos, e seguia em direção à capital (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 8).

A terceira e última zona é composta por um único presídio, o Santa Maria, região na qual as tentativas de controle são do início do século XIX, por ser a entrada para o rio Araguaia, na Província de Goiás, próximo às províncias do Pará e do Maranhão:

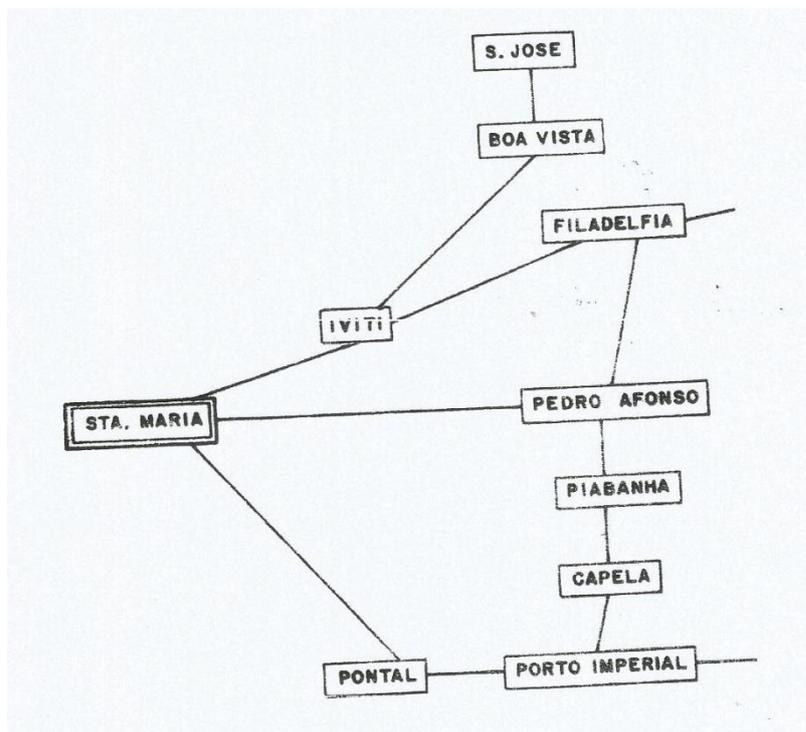
o extremo norte de Goiás foi rapidamente ocupado nas primeiras décadas do século XIX por contingente populacionais do Nordeste – regiões menos favorecidas – e do Pará, especialmente durante a crise da independência, [...] ocupando os vazios cortados pelas estradas que ligaram Santa Maria aos núcleos do Tocantins. (SIMÕES DE PAULA, 1972, p. 171).

A criação do Presídio de Santa Maria foi autorizada por D. João VI, em 1812, comandado pelo Tenente Francisco Xavier de Barros, que seguiu de Vila Boa, acompanhado de oitenta pessoas, entre praças e paisanos, para sua fundação. Passado um ano da sua fundação, o presídio foi atacado por indígenas das nações Xavante, Xerente e Karajá juntos, que o cercaram e destruíram. Houve duas outras tentativas frustradas de refundá-lo, até que o Presidente da Província, Alencastre, finalmente conseguiu, em 1861. Um dos cercos ao presídio foi assim descrito por Hugo de Carvalho Ramos, no conto *Nostalgias...* (1984, p. 48):

Era pelo meio da noite, um luar tão claro como dia. A caboclada tingira-se de preto, uma larga faixa branca pintada na testa. Isso servia de pontaria. Não perdera um tiro. O rancho ficara que nem porco-espim [sic]: crivado d'alto a baixo de frechas [sic] e tanto que, ao outro dia, andando os soldados a apanhá-las nos arredores, ajuntaram feixes enormes, que depois serviram para manter o fogo da cozinha semanas a fio. De sua parte, por conta e risco, só êle matara oito.

Desse presídio partiam estradas, ligando-o aos núcleos populacionais mais significativos da região, conforme se pode observar na Figura 16:

Figura 16 – Área de influência do Presídio de Santa Maria



Fonte: Simões de Paula (1972, p. 170).

Na figura anterior, observa-se a ligação entre o Presídio de Santa Maria e Porto Imperial, localidade de grande importância no período por sua função de entreposto comercial, fornecendo inclusive sal para diversas regiões da Província (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 249) e ponto terminal da Estrada do Norte.

Não estamos afirmando, aqui, que essas estradas, caminhos e picadas, que podem ser observadas na Figura 17, a seguir, eram bons, mas sim existentes, tendo possibilitado que migrantes, inclusive de outras províncias, se estabelecessem no Sertão de Amaro Leite, como vimos no segundo capítulo deste trabalho, além do estabelecimento de um insipiente comércio, que obedecia ao caráter sazonal da economia de então, como é característica da atividade agropecuária tradicional ainda hoje. Com o momento certo de preparar a terra, plantar e colher (RAMOS, 2014, p. 50), e, no caso de Goiás, naquele período, comercializar o pequeno excedente, quando houvesse. Nem a pecuária (RAMOS, 2014, p. 12) mantém o mesmo nível de comércio ao longo do ano, variando de acordo com o ritmo da safra e entressafra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, intitulado “O Sertão de Amaro Leite no século XIX”, que ora chega ao fim, constituiu-se em uma tentativa de investigar uma região muito presente na historiografia goiana, em trabalhos que versam sobre relações interétnicas; mineração; expansão agropecuária; demografia; redes de arrecadação, abastecimento e transportes; mas, mesmo sendo bastante citada, nota-se a ausência de trabalho e pesquisa anterior em que tenha sido sistematicamente estudado como objeto de análise. Utilizando fontes primárias, literárias e a produção historiográfica, procurei compreender a gênese e as transformações ocorridas no Sertão de Amaro Leite na centúria destacada, e, ao mesmo tempo, opor argumentos à ideia corrente na historiografia goiana do isolamento e decadência dessa região durante todo o século XIX. Por esse motivo, tratou-se de trabalho desafiador.

Desde o início era latente a insuficiência de informações sobre o século XIX na região, tanto nos trabalhos dos pesquisadores locais quanto na historiografia goiana. Em busca da sistematização dessas informações, procurei analisar o Sertão de Amaro Leite, com base em diferentes discursos: científico (Pohl e Castelnau), militar (Cunha Mattos) e administrativo (relatórios dos presidentes da província), construídos no século XIX, o que permitiu aumentar o conhecimento sobre uma porção central e significativa da província.

No primeiro capítulo, trouxe algumas considerações sobre o Sertão de Amaro Leite, seu “descobrimento” em virtude da prospecção de metais, incentivada pelo governador da Capitania, do estabelecimento da mineração e da pecuária, inicialmente como atividade subsidiária, e, pelas imagens eternizadas pelos viajantes-narradores, motivados pelo interesse do Estado em conhecer seu território, pode-se vislumbrar esse Sertão ao longo da primeira metade do século XIX.

Busquei, no segundo capítulo, compreender o significado da denominação sertão: o lugar do outro, marcado pelo medo, fome e doenças, mas também como lugar passível de transformação, identificando as tentativas de intervenções empreendidas no Sertão de Amaro Leite e contidas nos relatórios dos presidentes da Província (1835-1889), tais como criação de estradas, estabelecimento do correio, isenção de dízimos, bandeiras para afugentar os indígenas e criação dos presídios militares, além de como elas foram determinantes para o gradual crescimento da população não indígena e seus impactos sobre a população indígena.

A criação dos presídios militares no Sertão de Amaro Leite era parte da política de colonização proposta pelo governo imperial, que visava o domínio e o povoamento de

grandes extensões de terras no Brasil independente, por permitir o enfrentamento dos “inimigos” de além das fronteiras, como dos “inimigos internos”. No terceiro e último capítulo, procurei elucidar os objetivos da colonização militar, enfocando, principalmente, seus efeitos sobre a região e seu papel na integração das diversas partes do Império, pela abertura de estradas e da migração dirigida.

O estudo do Sertão de Amaro Leite acabou reunindo temas pouco estudados, além do próprio Sertão e outros, como a ocupação e o desenvolvimento de áreas periféricas da Província de Goiás no século XIX e a colonização militar, o que poderá contribuir, em pesquisas posteriores, para o preenchimento dessas lacunas na historiografia goiana.

Ao apontar as transformações ocorridas no Sertão de Amaro Leite, ao longo do século XIX, não se esgotou o tema, mas, ao contrário, permitiu-se que ele se multiplique em muitos outros questionamentos, que poderão contribuir sobremaneira para um maior conhecimento de toda a região compreendida no Cerrado: como era a vida dos lavradores na região, como se deu a titulação das terras dos antigos presídios, quem eram os colonos, entre outras questões.

A análise do Sertão de Amaro Leite me permitiu também compreender essa região como um território marcado por conquistas, e mensurar a importância daquele espaço social e cultural para onde se dirigiram, desde o século XIX, levas de migrantes com seus sonhos de ter um “pedaço de chão”. Ao mesmo tempo, possibilitou cogitar os motivos da negligência e do “esquecimento”, por parte do poder público e da população, para com os bens patrimoniais que formam o Sítio Histórico do Descoberto, permitindo concluir que, ao contrário de um símbolo de conquista, este se torna, a partir da década de 1970, o emblema de uma derrota, por ser local de abrigo para muitos daqueles que tiveram os seus sonhos interrompidos quando por ali passou uma rodovia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX**. 2006. Tese (Doutorado em Educação: História, política, sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3662. Acesso em: 3 out. 2015.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)**. Goiânia: Ed. UCG, 1993.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Sudeco/Governo de Goiás, 1978.
- AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. **Revista de Cultura, Artigos e Ensaios**, n. 5, p. 47-69, 1993. Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/57>>. Acesso em: 1º jun. 2015.
- _____. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>>. Acesso em: 1º jun. 2015.
- _____. Um livro escrito com o coração. In: ABREU, Sebastião Barros de. **Trombas: a guerrilha do Zé Porfírio**. Brasília: Editora Goethe, 1985.
- AMOROSO, Marta. **Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulencia do Brazil**, por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Casa de Souza e Comp, 1835. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- ARAÚJO, Romilda Alves da Silva. **A Congregação São Pedro Ad'Víncula em Mara Rosa GO (1961-1985): memórias e representações**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. Colégios Jesuíticos e o servir a Deus: a experiência e o tempo ensinam tudo. **Em aberto**, Brasília, v. 21, n. 78, p. 59-76, dez. 2007. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1241/1109>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- ATAÍDES, Jézus Marco de. **Documenta indígena do Brasil Central**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1963.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. v. 2 Um lugar no Universo. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a modernidade. **Revista UFG**, ano VIII, n. 1, p.62-67, jun. 2006. Disponível em: <http://proec.ufg.br/revista_ufg/junho2006>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. Apresentação. In: MEMORIAS GOIANAS, 5. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996b.

_____. **História da terra e do homem do Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

_____. **História de Niquelândia: do Distrito de Tocantins ao Lago de Serra da Mesa**. Brasília: Verano Editora, 1998.

_____. (Org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Brasília: Solo Editores, 1996a.

_____. Porangatu: uma cidade de origens lendárias. Da série Cidades Históricas de Goiás. **O Popular**, Goiânia, 27 de outubro 1979.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. 2010. 464f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6959>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1895. v. 3. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. v. 4. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899. v. 5. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BORGES, Humberto Crispim. **O pacificador do Norte**. Goiânia: Editora do CERNE, 1984.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e domicílios goianos na época da independência. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 29/30, p. 71-102, jul./dez. 2003-jan./jul. 2004. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/19144/10291>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **População e nação no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRAGA, Ana. Primórdios históricos, educacionais e culturais de Porangatu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia: Asa Editora, n. 20, p. 169-186, 2009. Disponível em:

<http://www.ihgg.org/ArquivosUpload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%2020.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil**, Tomo XI, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. Advertencia. In: **O Império do Brasil na Exposição Universal de Viena em 1973, em Vienna D'Áustria**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242551>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845**, Tomo VIII, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1849**, Tomo XII, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1849**, Tomo XII, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Coleção de leis do Imperio do Brasil de 1851**, Tomo XIV, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Quadros Gerais. Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1876. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872bras>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. **Ministério da Guerra**. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da decima-primeira legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Luís Alves de Lima e Silva. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1862. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. **Ministério da Guerra**. Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da decima quinta legislatura pelo Minsitro e Secretario de Estado dos Negocios

da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na terceira da sessão da decima-primeira legislatura pelo Minsitro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na terceira da sessão da decima-quarta legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da decima-quarta legislatura pelo Ministro Interino e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na terceira da sessão da decima-segunda legislatura pelo Minsitro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado à décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Franklin Americo de Menezes Doria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2222/000001.html>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2222/000001.html>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado à décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caixas. Rio de Janeiro: Empreza do Figaro, 1877. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2222/000001.html>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado à décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Filippe Franco de Sá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório apresentado à décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1884. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Data de acesso: 13/07/2015.

_____. **Ministério da Guerra.** Relatório do anno de 1857 apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Data de acesso: 23/08/2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do anno de 1848, apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Império José da Costa Carvalho. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850b. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 4 ago. 2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do ano de 1850 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José da Costa Carvalho, Visconde de Mont' Alegre. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do ano de 1851, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Oitava Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José da Costa Carvalho, Visconde de Mont' Alegre. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do ano de 1854 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 9ª Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do ano de 1856, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **Ministério do Império.** Relatório do ano de 1858, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 5 ago. 2015.

_____. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867, Paris.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242455>. Acesso em: 1º jul. 2015.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883).** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em

História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107321/319599.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 1º mar. 2015.

CAMPOS, Francisco Itami; SILVA, Sandro Dutra. Coronéis e camponeses: a fronteira da fronteira e a tese da “ficção geográfica” em Goiás. In: SILVA, Sandro Dutra; PIETRAFESA, José Paulo; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). **Fronteira Goiás: sociedade e natureza no Oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política Indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 7-10.

CASTELNAU, Francis de La Porte. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

_____. Expédition dans le parties centrales de L´Amérique du Sud, de Rio de Janeiro et Lima au Pará. **Vues et Scènes** (Deuxième Partie). Paris: Chez P. Bertrand, Libraire-Editeur, 1852. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books/about/Vues_et_Scenes.html?id=U3FNAAAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. Relatório dirigido ao Ministro da Instrução Pública pelo Sr. Castelnau, encarregado de uma comissão na América Meridional. In: **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil**. Tomo Sétimo, n. 25, p. 196-203, 1845. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás 1749-1811**. 2. ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

_____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Graciete Guerra da. **O Mapa de Goiás de Tosi Colombina e o Mapa das Cortes**. In: IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica Porto, 2011. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/71.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re)descobrimento do reino tropical**. 1997. 299f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em:

<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/CORR_A__Margarida_Maria_da_Silva._1997.pdf>.

Acesso em: 8 maio. 2015.

COSTA, Maria de Fátima. A paisagem do Brasil representada por Francis Castelnau. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (Org.). **Conceitos e Linguagens: construções identitárias**. São Paulo: Intermeios/Capes, 2013. p. 71-95.

COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaya**, 31 décembre 1896 – 23 mai 1897. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897. Disponível em:

http://biblio.etnolinguistica.org/coudreau_1897_araguaya. Acesso em: 25 jan. 2016.

COUTO DE MAGALHÃES, Gen. **Viagem ao Araguaya**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em:

<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-araguaya/preambulo/9/texto>. Acesso em: 25 ago. 2015.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Geraes e Goiás**: seguido de huma descripcao chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta Província ás de Mato Grosso e S. Paulo, v. 1-2, 1836. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=CwVLAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 dez. 2014.

_____. Chorographia Historica da Provincia de Goyaz. In: **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil**. Tomo XXXVII, Parte Primeira, 1874. p. 210-398. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. Chorographia Historica da Provincia de Goyaz. In: **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil**. Tomo XXXVIII, Parte Primeira, 1875. p. 5-150. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. **Carta chorographica da província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da província de Minas Geraes**. 1836b. Disponível em: <<http://purl.pt/3432>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Chorographia Historica da Provincia de Goyaz**. Goiânia: Secretaria de Planejamento, 1979.

DOLES, Dalísia Elizabeth. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

_____. **Uma visão de Goiás através de Moraes Anta**. (1977). Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62245/65072. Acesso em: 2 out. 2015.

_____; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia: UFG, v. 3, n. 12, 1992.

ÉLIS, Bernardo. **Ermos e gerais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, Regina Helena Martins de. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29.2, 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/235>. Acesso em: 10 maio. 2015.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. Como surgiu a cartografia do interior do Brasil. In: **Memórias Goianas I**. Universidade Católica de Goiás. Centro de Cultura Goiana. Goiânia: Centauro Gráfica e Editora, 1982. p. 171-190.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GARCIA, Ana Claudia Alves de Aquino. **O rastro e o laço**: o contrabando do boi no sertão dos Goyazes (1830-1870). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2009.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz**: uma província do sertão. Goiânia: Cãnone Editorial/Editora da PUC-Goiás, 2010.

GOIÁS. AGEPEL. **A Informação Goyana**: a revista de Henrique Silva, editada no Rio de Janeiro e distribuída no Brasil entre 1917 e 1935 (coleção fac-similar). Goiânia: AGEPEL, 2001. Livro em CD-ROM.

GONTIJO, Ana Braga Machado. **A comunicação no Médio Norte Goiano**. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume I**: 1831-1870. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O Brasil Imperial, volume II**: 1831-1870. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Brasil Imperial, volume III**: 1831-1870. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume II**: 1831-1870. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 385-424.

JANKE, Leandro Macedo. **População e território na constituição da nação brasileira**. In: ANPUH, XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1284.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta Corográfica da Província de Goyaz organizada em 1874 por ordem do Ministério d'Agricultura commercio e Obras Publicas pelo Capitão de Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim conforme as melhores cartas existentes e observações próprias reduzida e gravada por C. Lomelino de Carvalho**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital, 1875. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.jpg. Acesso em: 15 nov. 2015.

KARASCH, Mary. **Catequese e cativo político indigenista em Goiás: 1780-1889**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 397-412.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11 (suplemento 1), p. 109-29, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/05>>. Acesso em: 12 maio. 2015.

LEITÃO, Cândido de Melo. **História das explorações científicas no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. (Coleção Brasileira: Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 2ª., v. 209). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/6/historia-das-exploracoes-cientificas-no-brasil>>. Acesso em : 6 abr. 2015.

LEITÃO, Tania Maria de Maio. Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/TANIA_MARIA_DE_MAIO_LEITAO.pdf. Acesso em: 5 jan. 2016.

LEMES, Fernando Lobo. Por uma leitura da história. A historiografia de Goiás e o paradigma da decadência. In: _____. (coord.). **Para além das Gerais: Dinâmicas dos povos e instituições na América Portuguesa Bahia, Goiás e Mato Grosso**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015b . p. 169 - 219.

_____. Introdução. In: _____ (Coord.). **Para além das Gerais: Dinâmicas dos povos e instituições na América Portuguesa Bahia, Goiás e Mato Grosso**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015a. p. 15-20.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. Relatório. No. 4 (Plano de uma Colonia Militar no Brasil). **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil**, tomo sétimo, n. 25, p. 240-255, 1845. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Males do sertão**: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis** [Online], v. 4-5, 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/343>. Acesso em: 3 nov. 2015.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico-Geographico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726. Acesso em: 23 ago. 2015.

MASCARENHAS, D. Francisco de Assis. Carta escripta por D. Francisco de Assis Mascarenhas no dia em que deu posse do Governo da Capitania de Goyaz a Fernando Delgado Freire de Castilho nomeado seo sucessor. In: **Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Tomo V. 3. ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885. p. 60-71. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2015.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume I: 1831-1870**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MAYER, Sidney Luiz. **Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará**: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na aplicação da liberdade dos índios. 2010. 242f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000000/00000085.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. **Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, pelos Drs. Arthur Neiva e Belisário Penna**: Estudos feitos á requisição da Inspetoria de Obras contra a sêca. Direção Dr. Arrojado Lisboa. Tomo VIII, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 3. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1986.

MEMÓRIAS GOIANAS 4. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996

MEMÓRIAS GOIANAS 5. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 6. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 7. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 8. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 9. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 1998.

MEMÓRIAS GOIANAS 10. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 1998.

MEMÓRIAS GOIANAS 11. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 1999.

MEMÓRIAS GOIANAS 12. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 1999.

MEMÓRIAS GOIANAS 13. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 2001.

MEMÓRIAS GOIANAS 14. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás.** Goiânia: UCG, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis** [Online], p. 4-5, 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2005.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira; RABELO, Danilo. Inventário de fontes para a História Regional em Goiás. **História revista: revista de História (UFG)**, Goiânia: Ed. UFG, v. 1, n. 2 jan./jun. 1996.

MORAES, J. A. Leite. **Apontamentos de viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822: dimensões.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 251-282.

MOTT, Luís. Transgressão na calada da noite: um sabá de feitiçeras e demônios no Piauí colonial. **Texto de História**, v. 14, n. 1/2, p. 57-84, 2006. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6055/5013>. Acesso: 24 ago. 2015.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira. Apresentação. In: _____ (Org.). **Nação, civilização e história: leituras sertanejas.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. v-xiii.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 2001.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico e Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. O medo dos colonizadores em relação ao indígena na expansão da fronteira colonizadora, em Goiás, nos séculos XVIII e XIX. In: SILVA, Sandro Dutra e et al. (Org.). **Fronteira Cerrado**: sociedade e natureza no Oeste do Brasil. Goiânia: Ed. da PUC Goiás: Gráfica e Editora América, 2013.

_____. Vivendo sem um tostão furado!: o uso cotidiano do dinheiro em Goiás (1808-1848), **Rev. Hist. Regional**, v. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2393>. Acesso em: 15 nov. 2015.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. **A Construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. 2006. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/hamiltonafonso.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 195-215, jul. 1998.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Exército, a circulação e a ocupação – embates pela construção da unidade nacional na segunda metade do XIX. In: **39º. Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9601&Itemid=461. Acesso em: 17 dez. 2015.

_____. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional 1850-1870. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf. Acesso em: 17 dez. 2015.

PALACÍN, Luis. Apresentação. In: MEMÓRIAS GOIANAS, 3. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: Ed. UCG, 1986.

_____. **Goiás 1722-1822**. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

_____; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás (1722-1972)**. 7. ed. Goiânia: ed. da UCG/Ed. Vieira, 2008.

PEREIRA, Edna Lemes Martins. **Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Avá-Canoeiro. In: MOURA, Marlene de Castro Ossami de (Coord.). **Índios de Goiás**: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006.

_____. A História de Resistência dos Avá-Canoeiros. In: **XVI Encontro Anual da Anpocs**, 20 a 23 de outubro de 1992. Disponível em:
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7130&Itemid=365. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. **O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX**. Goiânia: UCG, 1994.

_____. Memória de migração: um estudo de caso sobre as relações interétnicas entre índios e colonizadores em Goiás no século XIX. In: FREITAS, Lúcia Gonçalves (Org.). **Cenários da Memória e identidade goiana: o caso de Jaraguá**. Goiânia: Editora da Agepel, 2004. Disponível em:
http://www.cdn.ueg.br/source/jaragua/conteudoN/4136/livro_1_Cenrios_da_Memoria_e_Identidade_Goiana.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

RAMOS, Hugo de Carvalho. Gente da Gleba. In: **Tropas e Boiadas (Contos)**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. Disponível em: <http://www.bibliologista.com/2014/02/tropas-e-boiadas-de-hugo-de-carvalho.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e boiadas**. 6. ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. **Perspectiva**, São Paulo, v. 1/10, p. 119-143, 1986-1987. Disponível em:
<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1866/1533>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ROCHA, Leandro Mendes. **O estado e os índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. Disponível em:
http://www.tedeabc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=573. Acesso em: 24 ago. 2015.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu-GO (1940-1964)**. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SAMPAIO, Luiz Augusto P. **Legislação sobre Goiás no Reino e Império: Dom Pedro II e glossário**. Goiânia: Contato Comunicação, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERPA, Élio Cantalicio; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás: um balanço. In: _____. **Histórias de Goiás: memória e poder**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 7-16.

SILVA, Carolina Rocha. **O sabá do Sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58)**. 2013. 222f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1681.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

SILVA, Marcelo Gonçalves Oliveira e. **Auwê Xavante: dos primeiros contatos ao confinamento territorial**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15703/1/2013_MarceloGon%C3%A7alvesOliveiraSilva.pdf. Acesso em: 14 set. 2015.

SIMÕES DE PAULA, Regina da Cunha Rodrigues. **O Presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e sua importância em termos de colonização (1850-1865)**. 1972. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/11111/749413.pdf?sequence=4>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SOARES, Walquíria dos Santos. **Configuração sócio-espacial de Porangatu-GO**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. Antonil sua vida e sua obra: Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escagnolle Taunay. In: **Cultura e Opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. **Estrangeiros Ilustres e Prestimosos**. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LVIII, Parte II, 1895. p. 225-248. Disponível em <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>> Data de acesso: 26/04/2015.

_____. **A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01898100/018981_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2015.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América Portuguesa**. 1995. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 1995. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-1995_TAVARES_Celia_Cristina_da_Silva-S.pdf. Acesso em: 21 ago. 2015.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na literatura de viagem. **Revista Mosaico**, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/2749/1675>. Acesso em: 10 jan. 2016.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins**. XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões. Goiânia: UFG. 25 a 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_TEIXEIRA-NETO_caminhos_dire%C3%A7%C3%A3o_tocantins.pdf. Acesso em: 25 ago. 2015.

TOSI COLOMBINA, Francisco. **Mapa da Capitania de Goyaz e regiões circunvizinhas que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas**. 1751. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=767. Acesso em: 25 ago. 2015.

VALLÉE, Ernesto. Exploração do Rio Araguaia. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretario de estado dos Negócios d'Agricultura Commercio e Obras Publicas Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Anexo P, p. 15-33. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1949/000472.html>. Acesso em: 29 fev. 2016.

VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil Colonial: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: LEMES, Fernando Lobo (Coord.). **Para além das Gerais: Dinâmicas dos povos e instituições na América Portuguesa Bahia, Goiás e Mato Grosso**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015. p. 67-110.

VIEIRA, Tamara Rangel. **Médicos do Sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás**. 2012. Tese (Doutorado) – Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz/Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ppgchs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_tamara_vieira.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2014.